

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Camilla Sá Esteves

**Protagonismo Juvenil na gestão de políticas públicas educacionais: o caso da
Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí-MG**

**Juiz de Fora
2024**

Camilla Sá Esteves

**Protagonismo Juvenil na gestão de políticas públicas educacionais: o caso da
Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

**Juiz de Fora
2024**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Esteves, Camilla Sá.

Protagonismo Juvenil na gestão de políticas públicas educacionais : o caso da Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí-MG / Camilla Sá Esteves. – 2024.

222 p. : il.

Orientadora: Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2024.

1. Protagonismo Juvenil. 2. Participação Estudantil. 3. Ensino Médio. 4. SRE de Araçuaí-MG. 5. Plano de Ação Educacional. I. Oliveira, Rafaela Reis Azevedo de, orient. II. Título.

Camilla Sá Esteves

Protagonismo Juvenil na gestão de políticas públicas educacionais: o caso da Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 13 de dezembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Dr. (a) Rafaela Reis Azevedo de Oliveira – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. (a) Dr. (a) Rogéria Campos de Almeida Dutra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. (a) Dr. (a) Elias Evangelista Gomes
Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Reis Azevedo de Oliveira, Professor(a)**, em 13/12/2024, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Evangelista Gomes, Usuário Externo**, em 17/12/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogéria Campos de Almeida Dutra, Professor(a)**, em 14/01/2025, às 21:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2101664** e o código CRC **85CEE797**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram, ainda que indiretamente, para a realização deste sonho. Gratidão!

Agradeço a Deus, que me guiou e me deu forças para continuar. Ainda que as dificuldades tenham sido muitas, tive minha fé fortalecida e desistir não foi uma opção.

Agradeço aos gestores da política de formação de educadores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) que instituiu o Programa Trilhas Educadores, me oportunizando o acesso ao Mestrado.

Saulo Henrique, meu marido, minha eterna gratidão! Agradeço o apoio incondicional para que eu pudesse dedicar, desde as intermináveis horas de estudo para o processo seletivo até os dias inteiros de dedicação à conclusão da pesquisa.

Agradeço a minha mãe que me ensinou a achar estudo “uma coisa muito chique”. Obrigada, mãe, por me guiar pelo caminho certo. Obrigada por acreditar em mim, quando nem eu mesma confiava ter o potencial necessário. Obrigada por me ensinar que não há limite para nossos sonhos!

Minha gratidão a minha irmã, Carliany, minha fonte de inspiração primária. Com você, aprendi que somos mulheres fortes e que merecemos as melhores oportunidades. Aprendi que podemos ascender degraus em qualquer instituição, porque não nos contentamos em fazer algo de modo simples, se podemos fazer o seu melhor.

De modo muito especial, agradeço a minha orientadora, a Dra. Rafaela Reis Azevedo de Oliveira pela inestimável contribuição. Obrigada pelos desafios impostos. Foram esses que permitiram meu crescimento acadêmico. Quando questionava se eu ainda tinha fôlego, eu sabia que vinha coisa boa para agregar na minha pesquisa, mesmo que fosse exigir de mim, mais empenho.

Como a cereja do bolo, meus sinceros agradecimentos ao Dr. Daniel Eveling da Silva. Daniel, não há palavras que possam externar minha gratidão. Você é um profissional ímpar! É exigente e complacente na medida certa. A UFJF tem um profissional exemplar. Que sabe dialogar com a ignorância inicial dos mestrandos e vai lapidando pesquisadores. Hoje, ao final da pesquisa, me considero uma pesquisadora da área da educação, lapidada por este profissional inigualável.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 1994, p. 49)”.
.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora. O trabalho busca responder à seguinte questão: Como a Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Araçuaí pode atuar para fortalecer estratégias de protagonismo juvenil nas escolas sob sua jurisdição? O objetivo geral destina-se a analisar a implementação das ações da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular (CTETC) voltadas ao protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí e propor um plano de ação educacional que fomente estratégias de participação. Para tanto aponta como objetivos específicos: apresentar as ações de fomento ao protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí; identificar e explicitar as ações de protagonismo desenvolvidas pela SRE de Araçuaí nas escolas de sua jurisdição, com as suas dificuldades de execução; analisar as relações existentes entre o protagonismo proposto pela SRE de Araçuaí e as ações desenvolvidas pelas escolas; e propor um Plano de Ação Educacional que tenha em seu arcabouço estratégias de fomento ao protagonismo juvenil no âmbito da Regional. Em relação à metodologia, é de cunho qualitativo e tem como instrumentos de pesquisa técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental, realização de grupo focal e entrevistas semiestruturadas. Para a parte teórica, as discussões estão colocadas em torno do protagonismo juvenil e juventude e foram adotados, entre outros, os trabalhos de Souza (2006), Silva (2023), Dayrell (2013) e Seba e Bressanin (2021). A partir dos dados gerados nos grupos focais e nas entrevistas com estudantes, diretores e especialistas da educação, identificou-se problemas no monitoramento das ações voltadas à juventude, lacunas na comunicação entre SRE de Araçuaí, CTETC e escolas e discrepâncias entre as propostas de ações da Juventude e suas concretizações, como o diálogo com os estudantes e a constituição de mecanismos de participação para os discentes. A partir disso, o Plano de Ação Educacional (PAE), concentra-se na criação de uma Equipe da Juventude na SRE de Araçuaí e a implementação do Portal da Juventude, plataforma digital para acompanhamento das ações de protagonismo juvenil na Regional.

Palavras-chave: Protagonismo Juvenil. Participação Estudantil. Ensino Médio. SRE de Araçuaí-MG. Plano de Ação Educacional.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Professional Master's Degree in Management and Evaluation of Public Education, at the Federal University of Juiz de Fora. The work seeks to answer the following question: How can the Regional Education Superintendence (SRE) of Araçuaí act to strengthen youth protagonism strategies in the schools under its jurisdiction? The general objective is to analyze the implementation of the actions of the Coordination of Special Themes and Curricular Transversality (CTETC) aimed at youth protagonism in the SRE of Araçuaí and to propose an educational action plan that promotes participation strategies. To this end, it points out as specific objectives: to present the actions to promote youth protagonism in the SRE of Araçuaí; to identify and explain the protagonism actions developed by the SRE of Araçuaí in the schools under its jurisdiction, with their implementation difficulties; to analyze the existing relationships between the protagonism proposed by the SRE of Araçuaí and the actions developed by the schools; and propose an Educational Action Plan that has in its framework strategies to promote youth protagonism within the Regional scope. Regarding the methodology, it is qualitative in nature and uses bibliographic research techniques, documentary analysis, focus groups and semi-structured interviews as research instruments. For the theoretical part, the discussions are centered around youth protagonism and youth and the works of Souza (2006), Silva (2023), Dayrell (2013) and Seba and Bressanin (2021) were adopted, among others. Based on the data generated in the focus groups and interviews with students, principals and education specialists, problems were identified in the monitoring of actions aimed at youth, gaps in communication between SRE of Araçuaí, CTETC and schools and discrepancies between the proposals for Youth actions and their implementation, such as dialogue with students and the establishment of participation mechanisms for students. From this, the Educational Action Plan (PAE) focuses on the creation of a Youth Team at the Araçuaí SRE and the implementation of the Youth Portal, a digital platform for monitoring youth leadership actions in the Region.

Keywords: Youth Protagonism. Student Participation. High School. SRE of Araçuaí-MG. Educational Action Plan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	- Uso do Termo “Protagonismo Juvenil” em documentos oficiais	37
Quadro 2	- Menções aos termos “Protagonismo Juvenil”, “Protagonismo” e “Juventude (s)” no CREM-MG	43
Figura 1	- Organograma da SEE/MG para as ações da Juventude	45
Quadro 3	- Ações da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade da SEE/MG, voltadas ao protagonismo juvenil	46
Quadro 4	- Lista de Escolas da SRE de Araçuaí organizada por município de abrangência	50
Figura 2	- Organograma da SRE de Araçuaí com número de servidores.....	54
Figura 3	- Organograma da SRE de Araçuaí e suas Diretorias – Localização da Coordenação da Juventude	56
Quadro 5	- Particularidades no acompanhamento da Juventude em algumas escolas	63
Figura 4	- Logotipo escolhida para representar a SRE de Araçuaí no ano de 2017.....	68
Quadro 6	- Cronograma das ações do Conselho de Representantes de Turma 2023	72
Figura 5	- Etapas do plano de Ação da Juventude	75
Figura 6	- Etapas do processo de Eleição de Representantes de Turma	77
Quadro 7	- Síntese de algumas ações adotadas pela Coordenação da Juventude.....	81
Quadro 8	- Escolas selecionadas para recorte de pesquisa	85
Quadro 9	- Quantidade de pessoas pretendidas e quantidade investigada.....	86
Gráfico 1	- Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal CAPES por região brasileira	89
Gráfico 2	- Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal CAPES – Região Sudeste	91
Gráfico 3	- Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal CAPES – por ano de publicação	92
Gráfico 4	- Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal CAPES – por categoria de objetivos	93

Gráfico 5	- Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal SCIELO – por região brasileira	97
Gráfico 6	- Artigos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal SCIELO – por ano de publicação	98
Gráfico 7	- Artigos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal SCIELO – por categoria de objetivos	99
Quadro 10	- Lista de documentos e legislações analisados	100
Quadro 11	- Planejamento das Entrevistas	103
Quadro 12	- Realização das Entrevistas	105
Quadro 13	- Planejamento do Grupo Focal	109
Quadro 14	- Realização do Grupo Focal	112
Quadro 15	- Nomes fictícios escolhidos	113
Quadro 16	- Objetivos pretendidos com as questões dos Roteiros	114
Quadro 17	- Grupos de contato entre representantes de turma	125
Quadro 18	- Respostas dos sujeitos sobre reuniões dos Conselhos e registros	135
Quadro 19	- Respostas dos sujeitos sobre reuniões dos Conselhos e registros	141
Quadro 20	- Responsabilidades/Competências exigidas ao Diretor de Escola na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais	147
Quadro 21	- Plano de Ação Educacional (PAE)	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Quantidade de escolas estaduais sob jurisdição da SRE de Araçuaí, distribuídas por modalidade de ensino	60
Tabela 2	- Pesquisa sobre funcionamento de Coletivos ou Grêmios Estudantis no ano de 2021	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNCCEM	Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CTETC	Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular
DAFI	Diretoria Administrativa e Financeira
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DIPE	Diretoria de Pessoal
DIRE	Diretoria Educacional
DIVEP	Divisão Pedagógica
DJUV	Diretoria da Juventude
DMTE	Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFTI	Educação Fundamental em Tempo Integral
EMTI	Ensino Médio em Tempo Integral
ENCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FEAM	Fundação Estadual de Meio Ambiente
FDG	Fundação de Desenvolvimento Gerencial
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GIDE	Gestão Integrada da Educação Avançada
ICEB	Iniciação Científica na Educação Básica
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
JEMG	Jogos Escolares de Minas Gerais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	Medida Provisória

NAE	Núcleo de Acolhimento Educacional
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
PAE	Plano de Ação Educacional
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PRA	Plano de Recomposição das Aprendizagens
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PSE	Programa Saúde na Escola
PUC/MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SEEDUC/RJ	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SES/MG	Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
SIMA	Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos
SIMADE	Sistema Mineiro de Administração Escolar
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública
SME	Secretaria Municipal de Educação
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	Organização para a Educação, Ciência e Cultura
VEM	Virada Educação Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O PROTAGONISMO JUVENIL E SEU DESENVOLVIMENTO NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE ARAÇUAÍ	24
2.1 PROTAGONISMO JUVENIL.....	24
2.2 PROTAGONISMO JUVENIL NAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS.....	33
2.2.1 O Novo Ensino Médio e a previsão do protagonismo juvenil.....	38
2.3 PROTAGONISMO JUVENIL NAS LEGISLAÇÕES MINEIRAS	40
2.3.1 O Novo Ensino Médio no Currículo Referência de Minas Gerais.....	41
2.4 AÇÕES DE FOMENTO AO PROTAGONISMO JUVENIL NA SRE DE ARAÇUAÍ	49
3 QUE PROTAGONISMO JUVENIL SE APRESENTA NAS ESCOLAS DA SRE DE ARAÇUAÍ?	83
3.1 METODOLOGIA.....	83
3.1.1 Levantamento e pesquisa bibliográfica.....	88
3.1.2 Análise documental.....	100
3.1.3 Entrevistas.....	102
3.1.4 Grupo Focal.....	107
3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	115
3.2.1 O protagonismo juvenil percebido pelos sujeitos.....	116
3.2.2 Juventude e a comunicação entre SEE/MG, SRE de Araçuaí e Escolas	127
3.2.3 Eleição de representantes de Turma e outras ações para a Juventude	135
3.2.4 Juventude x Gestão Escolar – uma relação possível?.....	145
3.2.5 Síntese dos dados gerados.....	151
4 UM CAMINHO POSSÍVEL – A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL	154
4.1 REORGANIZAÇÃO DO SETOR – CRIAÇÃO DA EQUIPE DA JUVENTUDE ..	159
4.2 CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DA JUVENTUDE E ESCOLAS	161
4.3 IMPLEMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PORTAL DA JUVENTUDE	163
4.3.1 Primeira fase – Sensibilização para criação da Plataforma.....	164

4.3.2 Segunda fase - Criação da plataforma digital – Projeto Piloto.....	166
4.3.3 – Terceira fase - Funcionamento da plataforma.....	169
4.4 MONITORAMENTO DO PORTAL.....	170
4.5 AVALIAÇÃO.....	171
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS.....	175
APÊNDICE A – DETALHAMENTO DE PROGRAMAS/PROJETOS DA SRE ARAÇUAÍ.....	184
APÊNDICE B – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO PORTAL CAPES DE TRABALHOS SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL.....	191
APÊNDICE C – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO PORTAL SCIELO SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL	201
APÊNDICE D – SELEÇÃO DE TRABALHOS SOBRE PROTAGONISMO JUVENIL DO PORTAL SCIELO	206
APÊNDICE E – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS AOS GESTORES E ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	208
APÊNDICE F – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA O GRUPO FOCAL	212
APÊNDICE G - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PAE	216
ANEXO A – ORGANOGRAMA GERAL DA SEE/MG.....	218
ANEXO B – MAPA DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO DA SEE/MG.....	219
ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO DE DIRETOR DE ESCOLA ESTADUAL	220

1 INTRODUÇÃO

A participação da juventude na sociedade indica o envolvimento ativo de jovens nas diferentes áreas: sociais, econômicas, culturais e políticas. É considerada como eixo estruturante das propostas pedagógicas das escolas no texto que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM¹) e pode ser entendida como meio pelo qual os jovens interferem no meio em que vivem, transformando suas realidades.

Para Mileidi Ferreira e Antônio Pereira (2017), a reivindicação por maior participação pode ser compreendida como necessidade nata do sujeito, visto que, desde o nascimento, vai se constituindo nas relações com seus pares em sujeito social, compreendendo as mudanças históricas que ocorrem na sociedade (Bordenave, 1983 *apud* Ferreira; Pereira, 2017). Ainda que:

[...] por meio da participação, é possível resolver problemas que parecem insolúveis individualmente e “graças à participação às vezes resolvem-se conflitos de uma maneira pacífica e satisfatória para as partes interessadas” (Ferreira; Pereira, 2017, p. 49).

Nessa discussão sobre participação, surge o protagonismo juvenil que compreende a população jovem para além do desenho de uma faixa etária específica. Também amplia seu fundamento e ultrapassa a divisão por fases, como a passagem da adolescência para a maturidade, inclusive rompendo com a expertise de muitas definições em torno da adolescência e juventude enquanto fases de transitoriedade. Segundo Juarez Dayrell (2003) encarar a juventude singularmente enquanto passagem, fase de transitoriedade para a vida adulta é dar a ela um valor negativo, pois, desta forma, é o mesmo que encarar o jovem como um “vir a ser”, aquilo que ainda não o é.

¹ Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e contemplam os princípios e fundamentos definidos na legislação para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das instituições ou redes de ensino públicas e privadas que ofertam o ensino médio (Resolução Nº 3, de 21 de Novembro e 2018 disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>).

O protagonismo juvenil compôs pauta no Movimento Virada Educação Minas Gerais – VEM, inaugurado em território mineiro no ano de 2015. O Movimento foi uma proposta criada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) com o objetivo de aproximar a escola da juventude e contribuir para a diminuição dos índices de evasão escolar, que no ano supracitado alcançava em torno de 14% dos jovens de 15 a 17 anos no estado (Minas Gerais, 2016a). Diante de tais questões, a SEE/MG elaborou uma agenda com propostas de ações diversificadas a serem desenvolvidas em toda rede estadual. Dentre as ações estabelecidas encontravam-se as Rodas de Conversa, com participação de jovens e educadores; o Dia da Virada Educação, com foco na participação da comunidade escolar; e a Campanha VEM, caracterizada por amplo chamamento aos jovens evadidos e criação de Coletivos Juvenis².

De acordo com o consolidado das ações da Virada Educação Minas Gerais, emitido pela SEE/MG no ano de 2016, foi possível constatar reivindicações realizadas pelos estudantes de maior participação nas ações e decisões das escolas.

Os estudantes acreditam que sua participação na gestão pode melhorar a escola em vários aspectos, especialmente em relação à convivência, à organização da escola e ao maior pertencimento e compromisso deles próprios. Eles também apontaram a questão da comunicação como um problema, queixaram-se de que as informações não chegam até eles e até o restante da Comunidade Escolar (Minas Gerais, 2016a, p. 23).

Não foram falas isoladas, mas representativas do território mineiro que ainda não teve o acesso à educação básica garantido a todos (Minas Gerais, 2016a). Diante dessas considerações e do protagonismo juvenil, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais estabeleceu, dentre outras demandas, a de maior participação dos jovens nas ações e decisões das escolas. Foi emitido, logo depois, Ofício 37/2017 pela SEE/MG, que orientou, além de outras ações, o processo de Eleição de Representantes de Turma, a Criação dos Conselhos de Representantes

² O Estatuto da Juventude, instituído pela Lei 12.852/2013, define a população jovem como aquela compreendida entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

de Turma e a Criação das Redes de Representantes Estudantis em cada Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais.

Outra ação, como consequência do projeto VEM, foi a criação no âmbito da SEE/MG de uma Diretoria da Juventude (DJUV), que no ano de 2019 foi integrada à Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular (CTETC). Essa coordenação atua com foco nas ações dos Conselhos de Representantes de Turma, Semana Estadual das Juventudes e apoio na divulgação de programas como Jovem Senador e Parlamento Jovem Brasileiro³. A atuação da CTETC se dá por intermédio dos Coordenadores das Juventudes que atuam em cada Superintendência Regional de Ensino.

Ressaltamos que os diagnósticos obtidos pelo Movimento VEM apontaram para a necessidade de uma nova estrutura organizacional que aproximasse os jovens da escola e da própria Rede de Ensino. Contudo, não foi pensada uma estrutura organizacional na ponta. Em outras palavras, não foram discutidas ações ou mudanças na organização dentro de cada superintendência para que as ações pensadas no topo da pirâmide chegassem de forma mais eficaz na base, nas escolas.

Tendo em mente essas questões, o interesse pelo tema do protagonismo juvenil surgiu quase que de modo nato, visto que estive envolvida de uma forma ou de outra com o tema. Fazendo o contorno de minha trajetória, destaco que ainda muito jovem enquanto estudante de escola pública estadual no município de Araçuaí - MG, Vale do Jequitinhonha, fui representante de turma, líder de grupos teatrais, responsável por organização de eventos escolares e aluna ativa em movimentos estudantis variados.

Encerrei minha trajetória no Ensino Médio Regular no final do ano de 2005, quando vislumbrei a continuidade de estudos na cidade de Belo Horizonte - MG,

³ O Programa Jovem Senador é promovido anualmente pelo Senado Federal e visa proporcionar aos estudantes do Ensino Médio das escolas públicas conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil, promovendo a reflexão sobre o exercício da cidadania. O Parlamento Jovem Brasileiro é um programa de educação para democracia da Câmara dos Deputados voltado para estudantes do ensino médio de todo o Brasil. Ambos os programas possuem regulamentos próprios com informações sobre a inscrição e processo de seleção dos alunos. Todas as informações podem ser acessadas nos sites <https://www12.senado.leg.br/jovemsenador> e <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/experiencias-presenciais/parlamentojovem>.

dato que em meu município de origem não havia disponível o Ensino Superior em formato presencial de aulas para curso. Tendo me preparado durante o ano de 2006, ingressei no curso de Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS) em agosto de 2007, iniciando assim meu primeiro contato com aquilo que se tornaria a paixão de minha vida, a educação, em especial, do público jovem e adulto. Concluí a Graduação em 2011 com a defesa de monografia voltada à Educação de Jovens e Adultos no município de Araçuaí. Depois, me especializei em Psicopedagogia com produção de artigo final sobre o atendimento do público jovem e adulto. Especializei-me em Inspeção Escolar, investigando a relação existente entre a figura do Inspetor Escolar em escolas estaduais de Minas com o fazer pedagógico e burocrático voltado à Educação de Jovens e Adultos.

Desde jovem fui tocada pelo protagonismo juvenil, que perpassou minha atuação dentro da escola, para a vida profissional. Atualmente sou servidora pública estadual e atendo, no cargo de Analista Educacional, dentre outras demandas, a Coordenação da Juventude na Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Araçuaí. Além do exercício das funções na Coordenação da Juventude, sou responsável por coordenar o Programa Reforço Escolar, Programa Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB), Programa Gestão Integrada da Educação Avançada⁴ (GIDE) e Juventude.

Além dos programas específicos, alguns contemplando maior ou menor número de escolas participantes, coordenei um polo de nove escolas no ano de 2023, em suas demandas mais rotineiras, como intervenções pedagógicas, planejamento, monitoramento das entregas à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) de acordo com Calendário Pedagógico anual. Em 2024 esse polo sofreu alterações na sua organização e passou a contemplar 20 escolas, que atendo em parceria com outra analista do setor. Sou responsável também por acompanhar o trabalho pedagógico de cinco Secretarias Municipais de Educação (SME's)⁵ em parceria com a mesma analista. No ano de 2023 fui responsável por duas SME's, dos municípios Francisco Badaró e Jenipapo de Minas.

⁴ A analista encerrou suas atividades na GIDE no ano de 2023.

⁵ As Secretarias Municipais de Educação atendidas em 2024 fazem parte dos municípios de Comercinho, Francisco Badaró, Itaobim, Jenipapo de Minas e Virgem da Lapa.

Dentre as minhas funções, como mencionado acima, acompanho a Coordenação da Juventude que tem como uma de suas bases a ideia do protagonismo juvenil. Este, segundo Antônio Costa (2000 *apud* Fonseca, 2022)

[...] é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora (Costa, 2000 *apud* Fonseca, 2022, p. 28).

Contudo, embora se configurem como situações em que o jovem se manifeste, reivindique seu lugar de fala, conteste uma ordem social vigente, o protagonismo juvenil não se finda neste processo enquanto conceito e, a partir de tais concepções, surgiu o interesse em pesquisar essa temática na SRE de Araçuaí.

Segundo Rabello (2004), o jovem precisa pensar global, mas atuar localmente. Diante de tais elementos o interesse em investigar o protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí se dá pela inquietude e talvez certo incômodo de perceber lacunas na efetivação do protagonismo proposto pela SEE/MG para ação nas escolas.

Vivenciando as dificuldades em realizar a efetivação e o acompanhamento das políticas de Juventude na SRE de Araçuaí, devido ao baixo contingente de servidores, além de estar na Coordenação da Juventude desta Superintendência Regional de Ensino e perceber as evidências de participação estudantil ou mesmo ausência de participação, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Como a SRE de Araçuaí pode atuar para fortalecer estratégias de protagonismo juvenil nas escolas sob sua jurisdição?

O presente trabalho trata de um caso de gestão que tem como objetivo geral analisar a implementação das ações da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular (CTETC) voltadas ao protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí e propor um plano de ação educacional que fomente estratégias de participação juvenil.

Por sua vez os objetivos específicos são:

- Apresentar as ações de fomento ao protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí;

- Identificar e explicitar as ações de protagonismo desenvolvidas pela SRE de Araçuaí nas escolas de sua jurisdição, com as suas dificuldades de execução;
- Analisar as relações existentes entre o protagonismo juvenil proposto pela SRE de Araçuaí e as ações desenvolvidas pelas escolas;
- Propor um Plano de Ação Educacional que tenha em seu arcabouço estratégias de fomento ao protagonismo juvenil no âmbito da Regional.

Para o levantamento de evidências foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, com intuito de descrever o caso de gestão. Como segundo momento de pesquisa foram aplicados os instrumentos de entrevista e grupo focal para sete escolas da SRE de Araçuaí. As entrevistas foram realizadas individualmente com Diretores e Especialistas da Educação Básica (EEB)⁶ e o grupo focal foi realizado com 46 estudantes, em uma média de 6 estudantes por escola. Na oportunidade, foram obtidas autorizações pertinentes à participação dos discentes pelos pais e/ou responsáveis.

A proposta de recorte do campo de pesquisa figurou em sete escolas estaduais da SRE de Araçuaí, que possuem o nível de Ensino Médio. Ressalta-se que, atualmente, há nesta Regional duas escolas que possuem apenas o segmento de Ensino Médio Regular⁷. Deste modo as escolas sugeridas como recorte abrangem além do nível médio, por ocasião, outros níveis, como Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Mesmo considerando que a proposta da CTETC para a Juventude envolve os Anos Finais da Educação Básica, o recorte para a pesquisa envolveu apenas o Ensino Médio Regular, para melhor aproximação com a faixa etária pretendida, cerceando a faixa etária a partir dos 15 anos de idade. Além disso, a escolha das sete escolas deve-se ao fato de serem escolas com perfis institucionais variados,

⁶ Considerando a possibilidade de haver um servidor específico para demandas da Juventude nas escolas, a entrevista não se limitou a estes dois cargos. Como de fato, ocorreu da entrevista acontecer com o professor Coordenador do Novo Ensino Médio, indicado pela escola.

⁷ Na SRE de Araçuaí existem oito escolas que possuem apenas o segmento de Ensino Médio, contudo seis dessas são especificamente de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), que não é foco específico desta pesquisa, devido o EMTI só ter sido incluído como público alvo das demandas da Juventude pela CTETC no ano de 2023.

sendo representativas de municípios distintos e abrangendo pontos geográficos importantes para melhor contextualização da Regional.

A Regional de Araçuaí abrange 21 municípios. Para pesquisa, foram selecionadas sete escolas que se encontram nos municípios de Bela Vista, Canto do Sol, Harmonia, Luzeiro, Orvalho, Porto Feliz e Verdejante⁸. Os municípios possuem semelhanças regionais como o relevo, o clima, e estão localizados em regiões de semiárido com vegetação característica de cerrado e caatinga. Em relação à população, as cidades diferem em seus números de habitantes, variando em aproximadamente de 14 mil habitantes a mais de 35 mil habitantes⁹. Além dessas diferenças, ainda existem as de assistência, como municípios que não possuem hospital e os moradores, normalmente, se deslocam para cidades vizinhas quando necessitam de atendimento.

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. Este capítulo introdutório apresenta o mote da pesquisa, seus objetivos e as pretensões metodológicas.

O Capítulo 2 trata do protagonismo juvenil e sua conceituação, além dos amparos legais para sua efetivação e das formas pelas quais a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí (SRE de Araçuaí) têm promovido ações de protagonismo e participação estudantil. Neste capítulo é apresentado o levantamento de evidências para o caso de gestão.

No Capítulo 3, é apresentada a metodologia da pesquisa, sendo exibido o resultado de pesquisa realizada no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e portal de *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) de revistas de educação. Além desses elementos são apresentados os instrumentos de pesquisa propostos, grupos focais com os estudantes das escolas analisadas e entrevistas com Diretores e Especialistas da Educação Básica. A análise dos dados coletados por meio desses instrumentos em campo possibilitou entender, entre outras coisas, como os indivíduos percebem o

⁸ Com vistas a garantir o sigilo dos dados desta pesquisa e anonimato dos sujeitos envolvidos, os municípios receberam denominações fictícias.

⁹ Os números absolutos referentes à população residente nas cidades constam na página eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) podendo ser acessados em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>.

protagonismo juvenil nas escolas, como se envolvem ou se sentem parte das ações, e de que maneira ocorre a comunicação entre os diferentes setores, além da relação entre a gestão e os estudantes. Foi possível identificar, como potencial de análise, que os estudantes possuem o senso crítico em torno de um protagonismo juvenil mais amplo e ainda, não se contentam em realizar atividades sem o entendimento de suas razões. Como entraves, foram identificadas as deficiências de monitoramento das ações da Juventude nas escolas da SRE de Araçuaí.

É apresentado, no Capítulo 4, um Plano de Ação Educacional (PAE), resultado das análises das evidências e dados da pesquisa de campo. Objetiva-se, com o PAE, que esta dissertação ofereça proposições efetivamente práticas, voltadas ao fomento de participação e protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí. Como PAE, propõe-se, além da criação de uma Equipe da Juventude, a criação do Portal da Juventude como projeto piloto na SRE de Araçuaí. O Portal da juventude proposto se configura numa plataforma digital com instalação de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - formato *Moodle*.

Por fim, as considerações finais sintetizam os objetivos da pesquisa, os resultados da análise de dados e as expectativas em relação à elaboração do PAE. A autora conclui que o incentivo ao protagonismo juvenil é uma necessidade da SRE de Araçuaí e que os resultados desta pesquisa contribuem para a definição de estratégias pedagógicas.

2 O PROTAGONISMO JUVENIL E SEU DESENVOLVIMENTO NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE ARAÇUAÍ

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as ações de fomento ao protagonismo juvenil na Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí (SRE de Araçuaí) e identificar as ações desenvolvidas pelas escolas de sua jurisdição bem como as suas dificuldades de execução. Para tanto, ele se divide em quatro partes.

A primeira parte se atém à compreensão e análise do protagonismo juvenil, a partir do debate acadêmico acerca do tema. A segunda e terceira partes objetivam apresentar ações que buscam estimular o protagonismo juvenil, a partir de uma análise das legislações nacional e mineira, respectivamente, e apresentam, ainda, a estrutura da SEE/MG, da SRE de Araçuaí e as ações da CTETC voltadas para o protagonismo juvenil. Por fim, a quarta parte se concentrará nas ações de protagonismo desenvolvidas especificamente na SRE de Araçuaí.

2.1 PROTAGONISMO JUVENIL

O objetivo desta seção é apresentar e discutir o que se entende por Protagonismo Juvenil, a partir de um diálogo com referências acadêmicas existentes sobre o assunto. Pretende-se expor nesta seção, portanto, quais conceitos têm sido incorporados ao protagonismo juvenil, quais debates acadêmicos têm ocorrido em torno dele e, ainda, de que forma esse debate tem sido colonizado pela lógica do mercado e alcançado as Secretarias Estaduais de Educação em todo o Brasil.

Segundo Regina Souza (2006), em estudo dedicado à compreensão do discurso do protagonismo juvenil e valendo-se da contribuição de outros teóricos do campo da sociologia, o termo protagonista deriva de um termo francês, *protagoniste*, e advém de um termo grego, *prōtagōnistēs*, que significa aquele que “combate na primeira fila; que ocupa o primeiro lugar; personagem principal” (Machado, 1990 *apud* Souza, 2006, p. 8). Ainda segundo a autora, a composição vocabular em sua primeira inscrição para a língua portuguesa, datada de 1858, parece ter a junção dos termos gregos *prōtos* (primeiro, principal) e *agōnistēs* (lutador, competidor), com atenção especial para o significado do vocábulo *agōnía*, que significa “lutas nos jogos públicos; luta em geral” (Houaiss; Villar *apud* Souza, 2006, p. 8). Deste modo,

Souza (2006) apresenta o termo protagonista originalmente como “o principal competidor dos jogos públicos, mas também de uma assembleia, reunião, luta judiciária ou processo” (Souza, 2006, p. 8).

O jovem protagonista, ainda sob análise da mesma autora, segue aludido ao conceito de “ator principal’ no cenário público, posição de destaque que supõe algum tipo de ação política” (Souza, 2006, p. 9). Neste caso, a definição caminha para a conceituação de um jovem “ator principal”, protagonista que tem a luta original transformada em atuação. Souza (2006) defende a ideia de que:

[...] o discurso atual prescreve à juventude uma “nova forma” de política, que ocorre mediante a atividade/*atuação* individual e que contribui para a integração dos jovens. O apelo ao protagonismo ou à posição principal, presta-se, sobretudo, para motivar os jovens à integração (Souza, 2006, p. 9).

O protagonismo juvenil é um discurso que “suscita”, nas palavras de Souza (2006),

[...] no jovem a necessária motivação para ser integrado, na medida em que manifesta uma suposta posição de destaque da juventude diante do objetivo de uma certa mudança social e apela ao “sentir-se útil” ou à **valorização do indivíduo que se propõe a fazer coisas**, base das “novas formas” de política (Souza, 2006, p. 9, grifo nosso).

Deste modo, o protagonismo juvenil assume um discurso em torno da busca por integração, a partir da atuação/atividade. Essa busca ora se manifesta pelo alcance de objetivos individuais, ora coletivos (como as ações do voluntariado), mas sempre permeados pela ação do “fazer algo”. Segundo Souza (2006), assistiu-se em meados da década de 1990, pela mídia e outros meios de comunicação, a utilização do protagonismo juvenil para se referir a ações de voluntariado por organizações não-governamentais (ONGs), transmitindo a ideia de que ações individuais e coletivas podem transformar a sociedade.

O discurso do protagonismo juvenil, alinhado ao discurso da participação dos jovens que se constroem enquanto sujeitos sociais, considera que

A possibilidade de o ser humano se constituir como tal depende tanto do seu desenvolvimento biológico, em especial do sistema nervoso, quanto da qualidade das trocas que se dão entre os homens no meio

no qual se insere. O homem se constitui como ser biológico, social e cultural, dimensões totalmente interligadas, que se desenvolvem com base nas relações que estabelece com o outro, no meio social concreto em que se insere (Dayrell, 2003, p. 43).

As palavras de Juarez Dayrell explicitam uma visão holística da formação do ser humano, considerando não apenas o desenvolvimento biológico, mas também o contexto social e cultural no qual um indivíduo está inserido. Em se tratando das instituições formais de educação, locais onde as relações estão imbricadas, torna-se necessário compreender as situações de vivência articuladas com os contextos socioculturais de cada sujeito.

É neste estabelecimento de relações com o outro que Antônio Costa (2001) é considerado, por Ferreti, Zibas e Tartuce (2004), como um dos poucos autores que realizaram investidas na discussão da relação entre protagonismo e educação formal no Brasil. O primeiro autor utiliza o termo protagonismo para se referir à

[...] participação de adolescentes no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla [...], concebendo-o como um método de trabalho cooperativo fundamentado na pedagogia ativa 'cujo foco é a criação de espaços e condições que propiciem ao adolescente empreender ele próprio a construção de seu ser em termos pessoais e sociais'. Nessa perspectiva, o autor partilha da mesma postura que os outros autores citados quanto ao trabalho pedagógico que orienta a construção de conhecimentos e valores, pois atribui ao professor basicamente as funções de orientador, mais do que a de divulgador de conteúdos disciplinares, e situa o aluno no centro do processo educativo, deslocando o eixo desse processo para a aprendizagem, de modo a minimizar, assim, a dimensão do ensino. Nesse sentido atribui ao aluno a condição de protagonista desse processo e, por essa razão, considera-o "como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade)" (Ferreti; Zibas; Tartuce, 2004, p. 414-415).

Ao deslocar o aluno para o centro do processo educativo, Ferreti, Zibas e Tartuce (2004) conferem a ele o título de protagonista, de ator principal. Desta forma, considera que o aluno tem o papel e a responsabilidade por suas ações.

É importante destacar que, nos anos 2000, muito se discutia sobre a situação de pobreza e exclusão como justificativa para adesão dos jovens ao mundo das drogas, o que gerava uma sensação de insegurança e desestabilização social (Siqueira, 2021). Neste contexto, muitas organizações passaram a enxergar na

participação juvenil um meio estratégico de controle social, “enfatizando a preocupação dos governos e organismos internacionais com a integração da juventude pobre, que vive uma situação considerada como de exclusão” (Siqueira, 2021, p. 651). Assistiu-se, deste modo, a um esforço de organismos nacionais e internacionais para integrar o jovem, deslocando-o de sua posição de exclusão ou situação problema, para um lugar de integração.

Thaís Siqueira (2021), em acordo com Souza (2006), sugere que o protagonismo juvenil é, portanto, um discurso de adultos,

[...] produzido e compartilhado pelos organismos internacionais, órgãos governamentais, ONGs, empresários e educadores, ou seja, pelos adultos que se dedicam à integração da juventude, considerada objeto de intervenção (Siqueira, 2021, p. 652).

Roberto Rafael Silva (2023) também concorda com Souza (2006), no que tange à “ênfase ao fazer individual, até mesmo anulando o próprio território da política” (Silva, 2023, p. 2) e avança na formulação do conceito, lembrando que o protagonismo juvenil se “deslocou” do território de possibilidades de “transformação social” para ações cada vez mais individuais capazes de “atuar em problemas locais” (Silva, 2023, p.3).

Ao lembrar dessa desvinculação do poder de transformação social para um ativismo local, Silva (2023) apresenta um conceito de protagonismo atualizado, que se confirma na capacidade de escolha dos jovens, fazendo alusão à nova proposta curricular do Ensino Médio brasileiro.¹⁰ É neste sentido que o mesmo autor critica o conceito de protagonismo juvenil que desta forma se desenha, ao dizer que:

Atribuir centralidade aos interesses e às possibilidades dos jovens é um imperativo curricular importante; todavia, não podemos confundir protagonismo com responsabilização individual. A capacidade de escolha dos estudantes não é natural, mas precisa ser pedagogicamente construída e referenciada em um quadro valorativo comum (Silva, 2023, p. 6).

¹⁰ A Lei 13.415/2017 alterou a estrutura do Ensino Médio, ampliando a carga horária de 800 horas para 1000 horas anuais, com a proposta de um novo desenho curricular, a ser composto por uma parte comum contemplada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outra parte flexível a ser composta pelos chamados Itinerários Formativos de livre escolha dos alunos. O objetivo da Reforma do Ensino Médio é garantir uma educação de qualidade aos alunos, aproximando-os da escola e “considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade” (Brasil, 2017, recurso *online*).

A crítica acima muito diz sobre o debate acadêmico que vem sendo construído com relação ao protagonismo juvenil no Novo Ensino Médio brasileiro, visto que esse protagonismo, presente nessas políticas públicas, sustenta ações cada vez mais individualizadas e de responsabilização individual. O currículo para o Novo Ensino Médio se estrutura de tal forma que suscita nos jovens a ideia de que “eles” têm o poder de tomar as rédeas da própria vida, valorizando a individualidade e o empreendedorismo. A ideia é que os jovens se percebam enquanto responsáveis por sua sobrevivência neste mundo de desordem e mazelas.

No entanto, a ênfase na responsabilidade individual pode ignorar as desigualdades socioeconômicas e estruturais que afetam a vida dos jovens. Nem todos têm o mesmo acesso a recursos e oportunidades, o que pode dificultar a capacidade de "tomar as rédeas" de suas vidas. Dayrell (2003) chamava a atenção para perceber a singularidade da juventude anos antes da promulgação do Novo Ensino Médio. Para ele, os jovens são indivíduos que:

[...] amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se, possuem desejos e propostas de melhoria de vida. Acreditamos que é nesse processo que cada um deles vai se construindo e sendo construído como sujeito: um ser singular que se apropria do social, transformado em representações, aspirações e práticas, que interpreta e dá sentido ao seu mundo e às relações que mantém (Dayrell, 2003, p. 43-44).

Desta forma, uma retórica fundada em estabelecer as ações individuais, por si, e uma lógica marcadamente meritocrática e com aspectos neoliberais, conforme Silva (2023), influenciam novos modos de viver e relacionar e opõem-se centralmente ao pregado por Dayrell (2003) para pensar as juventudes. O protagonismo juvenil, enquanto atuação individualizada, responsabilizada pelo poder de escolha a ele atribuído, chega às instituições escolares não de forma inaugural, dado que já se apresentava nestes espaços, mas com “outras formas” de se fazer.

O impacto sobre a concepção de protagonismo juvenil está em que, segundo Silva (2023), além “da crença na naturalidade do mercado ou na redução do campo de intervenção do Estado”, o neoliberalismo se situa como “racionalidade orientadora das vidas contemporâneas” (Silva, 2023, p. 12). Assim sendo, as políticas públicas voltadas para o protagonismo juvenil, se consolidam em terreno

neoliberal, carregam estreitas significações que são próprias das práticas e ideologias desta lógica de mercado.

Deriva desse prolongamento a compreensão de que o neoliberalismo pode ser analisado além da crença na naturalidade do mercado ou na redução do campo de intervenção do Estado, se situando como racionalidade orientadora das vidas contemporâneas. De acordo com Laval e Dardot (2016), de forma mais ampla, “o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” (Silva, 2023, p. 12).

O protagonismo juvenil não é uma ideia nova, mas compreende uma mudança das abordagens anteriores de envolvimento dos jovens na educação. Silva (2023) e outros autores concordam que há uma mudança de abordagem do protagonismo juvenil, sendo atualmente marcado pela ótica do mercado e do neoliberalismo. Na verdade, ao longo da história da educação, tem havido diferentes formas de engajamento e participação dos jovens nas escolas. Em cada uma das fases históricas, a participação e o envolvimento dos jovens nas escolas têm sido moldados por diferentes ideias sobre educação, democracia e cidadania.

Segundo Adilson Seba e Joelma Bressanin (2021), há um movimento mundial que coloca este jovem no centro do processo educacional e foco de novos desenhos para a política de um Novo Ensino Médio.

Em diversos países do mundo, há uma inquietação por novas Políticas Educacionais que ofereçam propostas inovadoras que dinamizem o Ensino Médio, proporcionando aos jovens, perspectivas e metodologias que estejam alinhadas aos seus propósitos e contextos de vida. Pois, o modelo tradicional de ensino, já não é capaz de corresponder com as expectativas de aprendizagem e nem como nível intelectual, plural e diversificado dos alunos (Seba; Bressanin, 2021, p. 2).

Essas ideias sobre o Protagonismo Juvenil e as etapas educacionais que correspondem a juventude permeiam as discussões e, no caso brasileiro, aparecem no documento norteador das políticas educacionais, como na implementação da Base Nacional Comum Curricular para o Novo Ensino Médio (BNCC-EM), que conforme apontam Seba e Bressanin (2021), se coloca como uma forma de o Brasil alcançar resultados educacionais similares a de outros países, cujo modelo

educacional já tenha sofrido reformas. A BNCCEM é um documento normativo que, além de servir de referencial para elaboração de currículos de aprendizagem, traz em seu texto normativo uma proposta de protagonismo juvenil que “dá voz ao aluno”. “A tendência é ouvir os jovens e acatar seus anseios e suas projeções em relação à escola e ao mundo, como parte de um processo de integração social” (Seba; Bressanin, 2021, p. 3).

Para Yres Vieira (2023), a conceituação do protagonismo juvenil proposto no documento normativo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC¹¹) “coloca os jovens no centro do processo decisório escolar” (Vieira, 2023, p. 29). Ainda segundo a autora, a análise dos conceitos permitiu articular o protagonismo, além de habilidade a ser desenvolvida pelo estudante, como atuação social e política, “o desenvolvimento do Projeto de Vida do discente, a construção da sua autonomia, a edificação da vida cidadã do educando, a preparação para o mundo do trabalho” (Vieira, 2023, p. 29). A preparação para o mundo do trabalho, enfatizada na BNCC, alinhada à construção da cidadania, atuação e integração social, muito se vincula à ideia de empreendedorismo e empregabilidade (Seba; Bressanin, 2021).¹²

Isto posto, cumpre destacar que muitas vezes os jovens buscam formas de envolvimento que não se enquadram no protagonismo postulado pela BNCC ou em conceitos de protagonismos alinhados aos discursos de atuação e integração social, que estão vinculados à ideia de empreendedorismo e empregabilidade. É importante reconhecer que o protagonismo juvenil pode ser expresso de maneiras diversas e muitas vezes não convencionais. Em vez de estabelecer estruturas rígidas de participação, é fundamental criar espaços e oportunidades para que os jovens possam explorar suas paixões, interesses e formas de contribuir para a sociedade. Isso não apenas respeita a autonomia e a voz dos jovens, mas também contribui com a sociedade como um todo, aproveitando a diversidade de perspectivas e a energia criativa dos jovens.

¹¹ A sigla BNCC está sendo utilizada para se referir ao texto completo da Base Nacional Comum Curricular. Sabendo que a BNCC se divide em três etapas que compõem a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), quando se tratar especificamente da etapa do Ensino Médio, será utilizada a sigla BNCCEM (Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio).

¹² Esclarecemos ao leitor que a BNCC e sua vinculação, como política, será apresentado mais à frente no texto.

No contexto em que vivem, qualquer instituição, por si só – seja a escola, o trabalho ou aquelas ligadas à cultura –, pouco pode fazer se não estiver acompanhada de uma rede de sustentação mais ampla, com políticas públicas que garantam espaços e tempos para que os jovens possam se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude (Dayrell, 2003, p. 51).

Em comunhão com Dayrell (2003), pode-se argumentar que muitas vezes o jovem estará em posição de protagonista, mesmo que suas ações não estejam alinhadas ao protagonismo legalmente proposto, ou ainda vinculadas aos elementos da empregabilidade e empreendedorismo.

Para destacar esses elementos, Seba e Bressanin (2021) promovem diálogo entre o que se propõe como protagonismo juvenil na BNCCEM e as propostas realizadas pela Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Para eles, sendo esta organização de base internacional, suas propostas são acatadas por inúmeros países. A lógica de mercado, para os autores, permeia de forma dissimulada as temáticas educacionais.

Lá educación y el mundo del trabajo están estrechamente interrelacionados, y se requieren nuevos e inovadores esfuerzos a todos los niveles para integrar a los jóvenes [...] a las actividades significativas, así como a una plena participación social, cultural, económica y política (Congreso Mundial Sobre La Juventud, p.3, 1985 *apud* Seba; Bressanin, 2021, p. 7).¹³

No trecho produzido no Congresso Mundial sobre a Juventude, no ano de 1985, já era possível perceber a influência do neoliberalismo na temática educacional. Muito além de incentivar a participação do jovem, o discurso proferido enfatiza a “integração social ao mundo do trabalho” (Seba; Bressanin, 2021, p. 7).

A ênfase na “integração social ao mundo do trabalho” é característica do neoliberalismo, que comumente destaca a formação de uma força de trabalho extremamente competitiva e flexível, capaz de se adaptar às demandas e lógicas do mercado. Nesse sentido, a educação passa a ser vista mais como um meio de

¹³ “A educação e o mundo do trabalho estão estreitamente interligados, e são necessários esforços novos e inovadores a todos os níveis para integrar os jovens em atividades significativas, bem como na plena participação social, cultural, econômica e política” (Congreso Mundial da Juventude p.3, 1985 *apud* Seba; Bressanin, 2021, p. 7, tradução nossa).

preparação dos jovens para o mundo/mercado de trabalho do que como uma ferramenta para o desenvolvimento de cidadãos críticos.¹⁴

No neoliberalismo, o protagonismo juvenil é comumente associado à ideia de que os jovens devem desenvolver habilidades e competências que os tornem capazes de se adaptar às demandas do mercado de trabalho e de inovar dentro do sistema capitalista.

Isto posto, faz-se refletir sobre como as escolas e seus órgãos reguladores têm conduzido ações de protagonismo juvenil. Segundo Siqueira (2021), alinhados ao discurso neoliberal no que condiz à capacidade de inovação, liberdade de escolhas e adaptação ao sistema de mercado, documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) são recebidos pelas escolas públicas de forma receptiva e isenta de críticas. Para a autora, as diretrizes

[...] veem o protagonismo como uma forma de inserção da juventude, principalmente a juventude pobre, na ordem social vigente, confirmando o que Souza (2006) defende em sua tese¹⁵ (Siqueira, 2021, p. 655).

Desta forma, pensar o protagonismo juvenil requer compreender, como o discurso sobre ele vem se constituindo, sofrendo influências de mercado e como passa a compor pauta em ações locais, oriunda de agendas mais amplas, como as da Unesco, por exemplo.

A partir dessas ponderações, a pesquisa adota as reflexões de Dayrell (2003) a respeito do jovem enquanto sujeito social. Pensar o jovem nas escolas, requer pensar sobre quem é esse sujeito nas instituições, mas também, e talvez

¹⁴ O neoliberalismo surge como uma adaptação do liberalismo clássico. Dá ênfase ao livre mercado, redução do papel do Estado na economia e promoção da iniciativa privada. Das mais simples pesquisas a trabalhos engendrados por estudiosos, o neoliberalismo tem sofrido alterações de conceitos com o passar dos tempos e mudanças econômicas ou socioculturais. Conforme apresentado por Paulani (1999) “o neoliberalismo é baseado na liberdade e na propriedade privada de indivíduos que procuram maximizar suas preferências” (Peter *apud* Paulani, 1999, p. 123). Dizer de tal conceito significa que essa doutrina econômica e política valoriza princípios centrais como liberdade individual e propriedade privada e que cada indivíduo tem objetivos específicos e age de maneira a obter o maior benefício ou satisfação possível de suas decisões econômicas. Para maiores detalhes sobre o Neoliberalismo consultar Paulani (1999).

¹⁵ Para Souza (2006) “o discurso do protagonismo juvenil tem como objeto os jovens pobres, que utilizariam sua capacidade de ‘resiliência’ para realizar atividades em seu próprio benefício e dos outros” (Souza, 2006, p. 235).

mais importante, saber quem é nas relações que mantém para além dos muros das escolas, na comunidade, nos grupos que participa. De outra forma, olhar para o jovem nas escolas e não considerar seus modos de ser, viver e relacionar para além de seus muros, seria desconsiderar o protagonismo juvenil que se produz nas relações entre os sujeitos.

Buscamos trabalhar, nessa seção e subseções, com o conceito de protagonismo juvenil na sua composição etimológica apresentado no discurso sociológico de Regina Souza (2006) além das contribuições de autores como Dayrell (2003) para o debate do jovem enquanto sujeito social que se constitui nas relações que mantém com o outro. Abordamos a forma como a lógica de um mercado neoliberal impacta na formação discente e no imperativo do protagonismo em normatizações como a BNCC e na próxima seção deste capítulo será apresentado como o protagonismo juvenil tem se estruturado nas legislações nacionais.

2.2 PROTAGONISMO JUVENIL NAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS

A Educação é direito fundamental social amparado pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) devendo ser assegurado meio de acesso pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A Constituição de 1988 prevê em seu artigo 205 que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, recurso *online*).

O preparo para o exercício da cidadania, citado anteriormente, também é mencionado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394 de 1996, como um dos princípios e fins da educação nacional. As duas legislações comungam na prevalência da educação enquanto direito fundamental que deve ser assegurado a todos, sem discriminação. Neste ínterim, todos são livres para se expressarem, e, aqui entende-se, também o direito de participarem de ações diversas, pois o artigo 5º explicita como direito de todos, e, portanto, os conferimos aos estudantes, que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica

e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Brasil, 1988, recurso *online*).

Para garantia desse direito, em especial dos direitos dos jovens brasileiros, pode-se destacar algumas determinações como aquelas expressas no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), promulgada em 1988, que diz que a lei estabelecerá:

- I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;
- II - o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas (Brasil, 1988, recurso *online*).

Feita essa determinação na CF/1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei 8.069 no ano de 1990, uma das vertentes do protagonismo, a de representação e de participação em entidades estudantis, é inferida, embora ainda não conste o termo protagonismo, quando diz que fica assegurado ao jovem o “direito de organização e participação em entidades estudantis” (Brasil, 1990, recurso *online*). A partir dessa definição do ECA, podemos entender que uma das vertentes do protagonismo é expressa e se manifesta no direito de organização e participação em entidades estudantis e dá reconhecimento da autonomia e voz dos estudantes em várias instâncias.

Desta forma, os jovens podem se organizar com o objetivo de participarem de associações ou conselhos, constituírem Grêmios Estudantis, ou outras formas de representação estudantil. A participação confere aos jovens a oportunidade de dialogarem sobre questões relevantes, sugerirem soluções para problemas identificados, realizarem atividades culturais, além de fortalecer as relações e trabalho em equipe.

Ferreti, Zibas e Tartuce (2004) observam que, no contexto de participação, é importante ressaltar que pode acontecer uma não diferenciação conceitual do termo “protagonismo” de “participação”, “ou seja, um autor pode-se referir a ‘protagonismo’ em contextos em que outro falaria de ‘participação’, e vice-versa, havendo, ainda, casos em que as duas expressões são usadas como sinônimos” (Ferreti; Zibas; Tartuce, 2004, p. 413).

A garantia do direito de representação também aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, embora o termo protagonismo juvenil

também não conste da referida Lei. Seu conceito está atrelado a vários de seus artigos, especialmente quando estes trazem a garantia na Educação de se aprender e se expressar, a garantia da gestão democrática no ensino público, ou ainda que os conteúdos curriculares na educação deverão observar, dentre outras diretrizes, a “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (Brasil, 1996, recurso *online*).

Outra garantia ou ação pensada como política pública foi o Plano Nacional da Juventude, em fase de tramitação pela Lei 4.530 de 2004 no Congresso Nacional. Este constitui-se como um esforço em estabelecer princípios federais para as ações destinadas à população jovem de 15 a 29 anos de idade. A ideia é que como política nacional se possam concentrar temáticas da juventude, inclusive com Secretarias e Fóruns permanentes próprios, além de descentralização de recursos específicos para a Juventude.

Adiante, seguindo alguns marcos legais importantes para a legitimação de políticas voltadas à proteção e atuação da Juventude, é instituída, em 05 de agosto de 2013, a Lei 12.852, que dispõe sobre a criação do Estatuto da Juventude no âmbito nacional. No que tange à participação estudantil, essa lei em seu artigo 12º explicita que fica “garantida a participação efetiva do segmento juvenil, respeitada sua liberdade de organização, nos conselhos e instâncias deliberativas de gestão democrática das escolas e universidades” (Brasil, 2013, recurso *online*). Isso significa que os jovens devem ter a oportunidade de influenciar decisões e políticas que afetam seu ambiente educacional.

A lei assegura que os jovens tenham liberdade para se organizar e se envolver em atividades que promovam sua participação nos processos de gestão escolar, além da possibilidade de criar grêmios estudantis, associações de alunos e outras organizações representativas. Ao promover a participação estudantil, a legislação contribui para o fortalecimento da cidadania dos jovens, ajudando-os a compreender a importância da participação ativa na sociedade e nos processos democráticos.

Na Base Nacional Comum Curricular do ensino médio (BNCCEM) de 2018, o termo protagonismo aparece de modo explícito em seu texto e evidencia um esforço em confirmar uma política nacional de incentivo à participação estudantil em seu

processo de ensino-aprendizagem. Ademais, no texto para o Ensino Fundamental, o protagonismo também surge enquanto proposta pedagógica.

No item 4.4 da área de Ciências Humanas da BNCC (2018) para o Ensino Fundamental é previsto que:

As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a **participação e o protagonismo voltados para o bem comum**; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais (Brasil, 2018a, p. 354, grifo nosso).

A BNCC (2018) reconhece a necessidade de participação e efetivação do protagonismo direcionados ao bem comum, embora nem sempre os sentidos empregados pelo termo protagonismo utilizado em seu texto sejam os mesmos, como mostra a autora Yres Vieira (2023) em sua pesquisa sobre o protagonismo juvenil. Vieira (2023), ao realizar um levantamento no documento da Base Nacional Comum Curricular¹⁶, mapeou a utilização do termo “protagonismo” e de que forma ou sentido ele tem sido mencionado no documento da Base Nacional. Seu levantamento está presente no Quadro 1.

¹⁶ A autora Vieira (2023) não faz distinção da BNCC por segmento, Ensino Fundamental ou Ensino Médio, para sua pesquisa.

Quadro 1 - Uso do termo “Protagonismo Juvenil” em documentos oficiais

DOCUMENTO	LOCALIZAÇÃO	IDEIA ASSOCIADA
BNCC	p. 146-147	Ampliação da participação juvenil; Atuação política e social; Habilidade a ser desenvolvida pelo estudante.
BNCC	p. 468	Desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante; Habilidade a ser desenvolvida pelo estudante; Metodologia Pedagógica para a juventude.
BNCC	p. 478	Desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante; Construção da autonomia do estudante; Construção da vida cidadã do estudante; Preparação para o mundo do trabalho; Habilidade a ser desenvolvida pelo estudante; Metodologia Pedagógica para a juventude.
BNCC	p. 512	Habilidade a ser desenvolvida pelo estudante; Metodologia Pedagógica para a juventude.
BNCC	p. 562	Habilidade a ser desenvolvida pelo estudante; Metodologia Pedagógica para a juventude.

Fonte: Vieira (2023, p. 29).

Conforme Vieira (2023), o termo protagonismo juvenil na BNCC “surge como base para a construção do projeto de vida e é utilizado 46 vezes no documento” (Vieira, 2023, p. 24). Sobre a utilização do termo, especificamente com relação às Ciências Humanas, mencionado na citação acima, a autora apresenta uma passagem literal da BNCC que segundo ela, trata-se de uma “citação exemplar do termo protagonismo juvenil na BNCC” (Vieira, 2023, p. 27). Assim apresenta:

É necessário, ainda, que a Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas favoreça o protagonismo juvenil investindo para que os estudantes sejam capazes de mobilizar diferentes linguagens (textuais, imagéticas, artísticas, gestuais, digitais, tecnológicas, gráficas, cartográficas etc.), valorizar os trabalhos de campo (entrevistas, observações, consultas a acervos históricos etc.), recorrer a diferentes formas de registros e engajar-se em práticas cooperativas, para a formulação e resolução de problemas (Brasil, 2017, p. 562 *apud* Vieira, 2023, p. 27).

Esta passagem da BNCCEM considera o estudante como atuante no processo educativo, e a escola enquanto propulsora de diversificadas estratégias de envolvimento. Cabe considerar que o protagonismo juvenil trilhou percursos tanto conceituais, de entendimento do discurso, quanto na sua ascensão enquanto pauta de agendas e preocupações governamentais. Inclusive com relação ao corte etário

que caracteriza o jovem brasileiro como sendo aquele sujeito com idade entre 15 e 29 anos de idade.

Esta seção apresentou alguns amparos legais ao protagonismo juvenil, além de como este tem se apresentado na BNCC (2018). De forma continuada a esta linha de raciocínio, a próxima seção situa o protagonismo juvenil na política do Novo Ensino Médio das escolas brasileiras.

2.2.1 O Novo Ensino Médio e a previsão do protagonismo juvenil

Considerando o recorte etário desta pesquisa (jovens de 15 a 17 anos de idade, estudantes do Ensino Médio), esta seção tem o propósito de situar o leitor no redesenho curricular recentemente aplicado ao Ensino Médio brasileiro através da Medida Provisória (MP) 746, incorporada à Lei nº 13.415/2017. Ademais, de que forma o protagonismo juvenil tem sido, por essas legislações, suscitado.

A MP 746, proposta no ano de 2016, foi motivo de debates no país. À época, propunha mudanças significativas no ensino médio brasileiro, com exposição de variados motivos para tal. Desses, faz-se importante mencionar: a diversificação do currículo prevista na LDB (1996), os problemas de evasão e baixo desempenho dos estudantes no Ensino Médio, além da falta de atrativos ao jovem discente. De acordo com a MP:

Um novo modelo de ensino médio oferecerá, além das opções de aprofundamento nas áreas do conhecimento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional de acordo com as disponibilidades de cada sistema de ensino, o que alinha as premissas da presente proposta às recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para Infância – Unicef (Brasil, 2016, recurso *online*).

A Medida proposta em 2016 foi aprovada e transformada em Norma Jurídica, a Lei 13.415 de 16/02/2017. Alguns especialistas e educadores elogiaram as mudanças como uma forma de tornar o ensino médio mais relevante e atrativo para os estudantes, enquanto outros criticaram a medida por considerá-la impositiva e por

não ter sido amplamente discutida com a sociedade e a comunidade escolar antes de ser implementada¹⁷.

Para Esteves e Oliveira (2022), em pouco tempo de implementação em Minas Gerais, já se pode observar críticas anteriormente feitas pelos mesmos autores, dentre elas a “diluição dos conteúdos estruturantes” (Esteves; Oliveira, 2022, p. 6), sendo consideradas obrigatórias as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Estrangeira – Inglês, “cabendo às quatro áreas de conhecimento trabalhar os demais componentes curriculares de forma interdisciplinar” (Esteves; Oliveira, 2022, p. 6). Os pesquisadores apontam o processo de escolha pelos estudantes, através dos Itinerários Formativos, como outro fracasso da Reforma, pois “bem sabemos que eles foram ou serão estabelecidos, a priori, pelas Secretarias de Educação ou pela própria escola” (Esteves; Oliveira, 2022, p. 6).

A Lei do Novo Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017, resultante da conversão da Medida Provisória (MP) 746/2016, trouxe mudanças para a estrutura e organização do ensino médio no Brasil. Como previsto na MP, ficou estabelecida a flexibilização do currículo do ensino médio – que passa a ter duas partes (uma base nacional comum e uma parte diversificada que compõe os Itinerários Formativos), além da carga horária ampliada – até 1400 horas aumentadas progressivamente.

A Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2018, foi proposta como aquela que

[...] definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas (Brasil, 2017, recurso *online*).

Embora não tenha havido menção explícita aos termos “protagonismo” ou “protagonismo juvenil”, nem na MP 745/2016 ou Lei 13415/2017, seus motivos e

¹⁷ Priscila Cruz, vice presidente do Todos pela Educação afirmou em entrevista fornecida ao Globo News que o Novo Ensino Médio permite ao aluno “mergulhar e aprofundar em determinadas áreas”, defendendo a flexibilidade proposta. Link completo da entrevista disponível em: <https://www.facebook.com/GloboNews/videos/a-presidente-executiva-dos-todos-pela-educa%C3%A7%C3%A3o-priscila-cruz-diz-que-reforma-n/1116833086025470/>. Já Goulart e Cássio (2021) tecem duras críticas à implementação da Reforma em “A farsa do Ensino Médio self-service”.

justificativas permearam ideias em torno de um Ensino Médio mais atraente, que dialogasse com a juventude, proferindo a esta mais possibilidades de escolhas, tal como se apresenta na BNCC (2018), texto normativo resultante das duas primeiras. Na BNCC (2018), como já descrito anteriormente por Vieira (2023), é explicitado o termo “protagonismo” de forma literal e algumas ideias associadas ao termo foram detalhadas pela mesma autora no Quadro 1 desta pesquisa.

Não obstante, a Reforma do Ensino Médio, mesmo que contemple em suas diretrizes discurso proferido à juventude brasileira e a proposta de um ensino mais atrativo e condizente com a realidade do estudante, ainda tem sido objeto de críticas e debates. Para Silva (2023), é preciso refletir acerca dos moldes deste processo.

Esta seção discutiu a presença do protagonismo juvenil nas legislações nacionais. Percebemos que o termo protagonismo pode ser encarado como recente, embora seu sentido já estivesse presente em legislações mais antigas. Das agendas nacionais, surgem também as preocupações estaduais, como tratará a próxima seção. Nesta, o objetivo é apresentar como o protagonismo juvenil também trilhou percursos conceituais e/ou tem estado presente nas preocupações do estado de Minas Gerais.

2.3 PROTAGONISMO JUVENIL NAS LEGISLAÇÕES MINEIRAS

No Estado de Minas Gerais, o primeiro marco de políticas desenvolvidas para a juventude, desde a promulgação da CF/88, consta de 2009, quando foi sancionada a Lei 18.136/2009, que instituiu a Política Estadual de Juventude e definiu como sendo uma de suas diretrizes, a participação juvenil. De acordo com a lei, o Estado buscará:

- IV – estimular a participação dos estudantes do ensino médio no processo de gestão educacional; e
- V – facilitar a criação de entidades de representação estudantil nas escolas estaduais de nível médio, orientando a direção das escolas a oferecer espaço para as sedes dessas entidades (Minas Gerais, 2009, recurso *online*).

A Lei mencionada permite às instituições escolares mineiras terem o amparo legal de uma política estadual para as Juventudes. Para isso, reconhece a

importância de envolver os estudantes do ensino médio na gestão educacional e denota que os jovens devem ter a oportunidade de colaborar ativamente para a tomada de decisões concernentes à educação, incluindo aspectos relativos ao currículo, às políticas escolares e aos programas educacionais.

A intenção com a Política Estadual de Juventude é promover a participação ativa dos estudantes do ensino médio nas questões educacionais, além do incentivo à criação de espaços para os jovens exercerem seu protagonismo. Para isso, as diretrizes precisam estar alinhadas com os princípios de empoderamento e envolvimento da juventude nas decisões que afetam suas vidas e seu ambiente educacional.

2.3.1 O Novo Ensino Médio no Currículo Referência de Minas Gerais

Amparos legais de incentivos e fomento à participação juvenil vão se constituindo em subsídios para ações dentro da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). A exemplo disso, a partir do ano de 2015, a SEE/MG passa a ter uma agenda específica voltada para ações da Juventude nas Superintendências Regionais de Ensino (SRE) e escolas. O objetivo principal da SEE/MG era se aproximar dos jovens, famílias e escolas. Talvez o motivo propulsor para essa aproximação tenha sido o alto índice de evasão escolar apurado neste ano de 2015, cerca de 160 mil jovens de 15 a 17 anos estavam fora da escola.

Assim, foi criada no âmbito da SEE/MG uma Diretoria específica para ações da Juventude, a Diretoria da Juventude (DJUV). Sua principal ação de impacto em 2015 era a Campanha Virada Educação Minas Gerais (VEM). Com a previsão de diálogo com estudantes, a Campanha Vem objetivava trazer de volta às escolas jovens evadidos e fortalecer ações de protagonismo aos que já estavam estudando. A agenda da DJUV era ampla: Rodas de Conversa, Encontros Estaduais e Regionais, Dia da Virada entre outros, todos voltados a momentos de escuta aos jovens e incentivo à participação e busca ativa a estudantes evadidos.

Incentivos à participação juvenil também estão postos no Currículo Referência do Estado de Minas Gerais (CRMG¹⁸), implementado no Estado pela Resolução

¹⁸ Após implementação da BNCC (2018), o Estado de Minas Instituiu documento normatizador para a Rede, passível de adesão pelos municípios, o CRMG.

CEE 470/19¹⁹ e a Portaria nº 230/2021²⁰. O CRMG prevê para a Etapa da Educação Infantil²¹ que:

Para efetivação de seu papel formativo as instituições de educação infantil deverão desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagens dessa população, garantindo a ela seu **protagonismo**, um rico contexto de aprendizagens significativas, preservando as especificidades de sua cultura (Minas Gerais, 2018a, p. 80, grifo nosso).

Não foi a única menção para a Educação Infantil, o que denota, talvez, preocupações com o discurso do protagonismo em etapas anteriores. Na parte destinada à organização do Ensino Fundamental são retomadas orientações da BNCC (2018), como aquela que estabelece que as Ciências Humanas devem estimular a “participação e o protagonismo voltados ao bem comum” (Minas Gerais, 2018a, p. 780).

Especificamente no Currículo Referência do Ensino Médio de Minas Gerais (CREM-MG) ocorrem 16 menções literais do termo “protagonismo juvenil”, 58 menções para “protagonismo” e 125 menções à “juventude (s)”. Sem intenção de julgar os discursos normativos pela incidência de termos específicos, o que seria uma falácia, pois dependem da aplicação e interpretação do discurso, o sentido atribuído no documento normativo traz maiores significações e observa-se que houve um avanço do discurso em torno do protagonismo.

Embora as menções não signifiquem efetivamente a atuação do jovem no cenário educacional, há que se pensar, a despeito das garantias legais, que pouco se afirmava em torno do protagonismo juvenil, mesmo sob outras denominações. Trazer à tona, envolver o currículo mineiro, recheando de citações à juventude e sua participação, produz um sentimento de importância desta categoria. Resultante ou

¹⁹ A Resolução 470/19 institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental nas escolas do Sistema de Ensino de Minas Gerais.

²⁰ A Portaria 230/21 homologou o Parecer CEE 192/2021 que tratou manifestar-se favorável à elaboração e implementação do Currículo Referência de Ensino Médio (CREM-MG) do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais.

²¹ Não pretendemos nos delongar-se na exposição do CRMG, muito embora seja prudente salientar que perpassa todo o documento, desde a etapa da Educação Infantil ao Ensino Médio, conceitos e orientações de protagonismo e participação estudantil e envolvimento com seu entorno, seja dentro ou fora dos muros da escola.

não de uma mudança de paradigma que desloca o jovem da situação de problema para solução (Souza, 2006), Petermann (2022) entende que “mesmo o protagonismo juvenil se apresentando com diversas interpretações, trata-se de uma construção de ideia mais relevante e alinhada à **contemporaneidade**” (Peterman, 2023, p. 77, grifo nosso).

O Quadro 2 apresenta algumas menções aos termos no CREM-MG e a ideia associada à sua leitura. O quadro foi elaborado tendo como referência ao trabalho de Vieira (2023) sobre as menções na BNCC.

Quadro 2 – Menções aos termos “Protagonismo Juvenil”, “Protagonismo” e “Juventude (s)” no CREM-MG

TERMO	LOCALIZAÇÃO	IDEIA ASSOCIADA
Protagonismo Juvenil	p. 31	Habilidade a ser desenvolvida pelo estudante.
Protagonismo Juvenil	p. 68	Diversidade histórica e cultural das juventudes; O jovem tratado como aquele que é, e não um “vir a ser” da leitura de Dayrell (2003).
Protagonismo Juvenil	p. 206	Formação integral do sujeito.
Protagonismo Juvenil	p. 215	Atuação social e política.
Protagonismo Juvenil	p. 262	Currículo flexível e atrativo aos jovens.
Protagonismo Juvenil	p. 437	Sujeito que aprende nas suas relações com o outro; Processo de avaliação da aprendizagem mais amplo.
Protagonismo Juvenil	p. 484	Apresentação do termo enquanto glossário da BNCC; Participação ativa dos jovens na solução de problemas reais.
Protagonismo	p. 15	Currículo flexível e atrativo aos jovens.
Protagonismo	p. 16	Habilidade a ser desenvolvida pelo estudante; Competência da BNCC para a Educação Básica.
Protagonismo	p. 46	Desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante.
Protagonismo	p. 50	Atuação política e social; Entrada no mundo do trabalho.
Protagonismo	p. 55	Proposta metodológica diferenciada e articulada.
Juventude (s)	p. 26	Diversidade social e cultural do público jovem das escolas.
Juventude (s)	p. 34	Integração dos jovens.
Juventude (s)	p. 60	Legislação sobre as juventudes; Autonomia e direitos dos jovens.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Habilidade a ser desenvolvida pelo estudante e atuação política e social são ideias associadas aos termos que incorrem mais de uma vez no texto e podem ser analisadas sob vários aspectos. Ao se retomar Petermann (2022), o autor expõe que

[...] a escola é um ambiente para o pleno e contínuo desenvolvimento de conhecimento político, entretanto, o simples acesso a tal não garante a formação de jovens interessados e engajados na **atuação política** cidadã (Petermann, 2022, p. 30, grifo nosso).

A ideia associada de habilidade a ser desenvolvida pelo estudante está atrelada à ideia presente na BNCC (2018) e faz parte de um conjunto de habilidades previstas para que o estudante desenvolva as competências elencadas na Base.

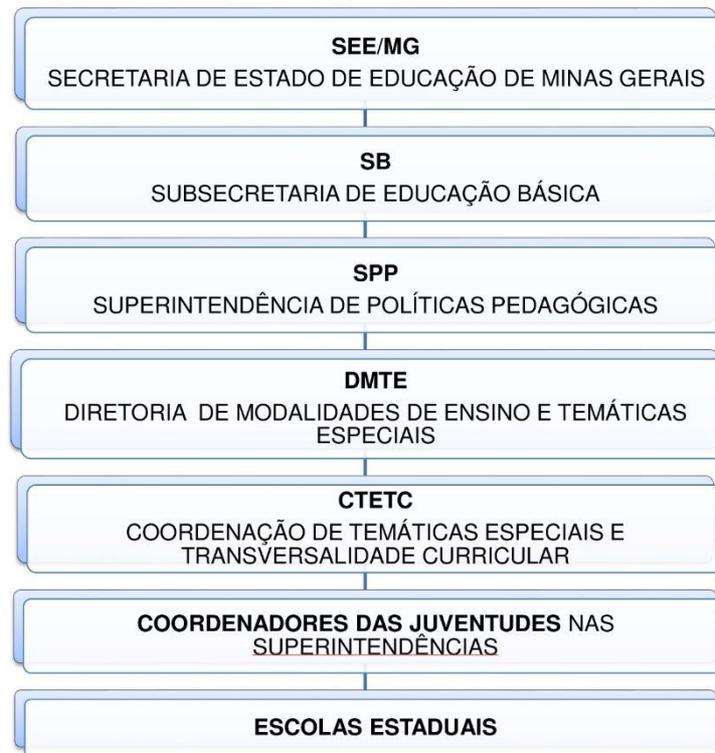
Há um esforço em motivar os estudantes a se desenvolverem integralmente, com saberes necessários a uma formação crítica e transformadora? Ou, ainda se vê discursos carregados de significações que não se percebem à primeira leitura? Pode-se pensar a recorrer novamente a autores como Souza (2006) em seu discurso do protagonismo juvenil e Siqueira (2021) com sua crítica ao mesmo discurso alinhado à política neoliberal. Também, analisar a forma como a SEE/MG vem implementando as menções de protagonismo do currículo em seu território.

Para discutir os modos pelos quais a SEE/MG vem implementando suas políticas de juventude, faz-se importante analisar as ações da CTETC.

A Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular (CTETC), criada pela SEE/MG no ano de 2019, substituiu a DJUV e corrobora no que tange a seu objetivo primário, qual seja: fomentar a participação estudantil e o protagonismo juvenil nas escolas mineiras. A CTETC integra a equipe da Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais (DMTE) da SEE/MG. Como coordenação, suas atribuições estão voltadas a fomentar a participação estudantil e o protagonismo juvenil, por meio da criação de espaços de participação estudantil nas escolas, além de contribuir para a redução da evasão escolar e ampliação da permanência e aprovação dos jovens.

A Figura 1 apresenta o organograma que permite visualizar como as políticas e ações da SEE/MG voltadas para a juventude são descentralizadas até atingirem as escolas estaduais, perpassando a CTETC e a Coordenação da Juventude. O Anexo A desta pesquisa serviu de base para elaboração deste organograma.

Figura 1 - Organograma da SEE/MG para as ações da Juventude



Fonte: Elaborado pela autora com base no Organograma da SEE/MG disponível em <https://www.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/2.-Organograma-Educacao.pdf> (2023) e segue na íntegra no Anexo A.

Desde 2019, as ações principais da CTETC voltadas ao protagonismo, como detalha o Quadro 3, têm tido como foco: Criação dos Conselhos de Representantes de Turma; Incentivo à criação dos Grêmios Estudantis; Semana Estadual das Juventudes e apoio na divulgação de programas como Jovem Senador e Parlamento Jovem Brasileiro.

Quadro 3 – Ações da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular da SEE/MG, voltadas ao protagonismo juvenil:

(continua)

Ações	Objetivo	Desenvolvimento
Criação dos Conselhos de Representantes de Turma	Promover a participação estudantil nas escolas e estimular o protagonismo dos estudantes.	1° Eleição de Representantes de Turma em todas as escolas estaduais da rede. 2° Constituição dos Conselhos de Representantes de Turma. 3° Elaboração e execução dos planos de ação.
Incentivo à criação dos Grêmios Estudantis	Incentivar a criação ou reativação dos Grêmios Estudantis nas Escolas. O Grêmio é de livre organização e participação dos estudantes, portanto, não (grifo nosso) é uma instância de representação da instituição escolar. Cabe à escola apoiar e dar o suporte para que os estudantes possam organizar o Grêmio e desenvolver suas atividades.	1° Levantamento referente à existência e funcionamento de Grêmios Estudantis nas escolas da Rede Estadual de Ensino. 2° Constituição de Grupo de Trabalho para elaboração de materiais orientadores de incentivo à criação/reactivação de Grêmios Estudantis, com representantes de alguns Grêmios Estudantis. 3° Produção de materiais de orientação e incentivo à criação de Grêmios Estudantis nas escolas. 4° Divulgação do material produzido para os gestores, docentes e estudantes. 5° Levantamento, com os estudantes, sobre a criação/reactivação ou o interesse em constituir Grêmio Estudantil na escola, bem como, as atividades desenvolvidas pelas agremiações já ativas.

Quadro 3 – Ações da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular da SEE/MG, voltadas ao protagonismo juvenil:

(conclusão)

Ações	Objetivo	Desenvolvimento
Atividades da Semana Estadual das Juventudes	Incentivar o debate sobre políticas públicas para juventude, estimular a participação juvenil, fortalecer a cultura da paz, dos direitos humanos e das igualdades fundamentais, dentre outros pontos que versam sobre a diversidade das juventudes e do papel fundamental das juventudes no processo de construção da agenda política.	As Regionais são orientadas a desenvolverem ações diversas na Semana Estadual das Juventudes, que foi instituída por meio da Lei 22.413, de 16 de dezembro de 2016 e é comemorada no período de 12 a 18 de agosto.
Divulgação de Programas Diversos	Parlamento Jovem Brasileiro: Fomentar o engajamento dos estudantes de Ensino Médio nos processos democráticos, mediante a participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados em Brasília. Jovem Senador: Proporcionar aos estudantes do ensino médio da rede estadual de ensino conhecimentos sobre o Poder Legislativo Brasileiro, incentivando a reflexão sobre a política, a democracia e o exercício da cidadania.	1º Mobilização das escolas da rede para inscrição e participação nos projetos. Trabalho de divulgação e campanha. 2º Monitoramento de participação das escolas, por meio do percentual de inscritos, por vez disponibilizado pela SEE/MG.

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações enviadas pela SEE/MG em apresentação de *PowerPoint* (2021).

A apresentação das ações de incentivo ao protagonismo juvenil nas escolas foi organizada em documento de *PowerPoint* e apresentada aos Coordenadores da Juventude das SRE's. O Quadro 3 sintetiza o documento, e mantém na íntegra as orientações como a ação de Incentivo à Criação dos Grêmios Estudantis que diz que o objetivo desta ação será:

Incentivar a criação ou reativação dos Grêmios Estudantis nas Escolas. O Grêmio é de livre organização e participação dos estudantes, portanto, **não** é uma instância de representação da instituição escolar. Cabe à escola apoiar e dar o suporte para que os estudantes possam organizar o Grêmio e desenvolver suas atividades (Minas Gerais, 2021, grifo nosso).

A princípio a SRE de Araçuaí entendeu se tratar de uma falha na escrita do documento. E que não era objetivo da CTETC dizer que o Grêmio Estudantil não fosse uma instância de representação da instituição escolar. Depois refletiu-se que o intuito da CTETC fosse, talvez, deixar claro que os Grêmios Estudantis, nas escolas, são de livre organização dos estudantes, não cabendo determinadas interferências da instituição escolar no que tange impor barreiras às ações protagonistas. Mas, não se chegou a ter uma conclusão do objetivo dessa orientação, o que acarreta um problema. Pois, uma vez que a orientação emitida pela SEE/MG afirma não ser, o Grêmio, uma instância de representação da instituição escolar, exime desta e da SRE a responsabilidade de sua participação e promoção. Além disso, provoca problemas no entendimento do protagonismo nas Regionais e escolas.

A SEE/MG identificou baixo índice de constituição de Grêmios Estudantis e propôs pela CTETC, como 1º passo no plano de ação desta, o levantamento do número de Grêmios Estudantis na Regional. O levantamento foi realizado em Araçuaí e consta neste trabalho.

Ricardo Oliveira, Maria Luiz e Camila Silva (2022), em artigo que analisa a participação e protagonismo juvenil na perspectiva dos Grêmios Estudantis, discursam sobre o processo de normatização de Grêmios por meio de uma Diretoria de Ensino da rede estadual paulista, apresentando dados de pesquisa importante neste cenário. A pesquisa mostra que, ainda que tenha ocorrido o incentivo para as agremiações, as expectativas com as ações estavam na contramão dos atores

envolvidos. Apesar de analisarem uma Diretoria de Ensino em São Paulo, nota-se uma semelhança: perceber o baixo índice de agremiações na rede.

Um baixo índice de constituição de grêmios estudantis pode ser problemático, uma vez que limita a participação dos estudantes na vida escolar, sua voz na tomada de decisões e a oportunidade de desenvolver habilidades e valores importantes. Encorajar a formação de grêmios estudantis e apoiar a participação ativa dos estudantes é fundamental para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e participativo. O baixo índice de agremiações nas redes pode ser um problema para os dois lados. Tanto para a rede de ensino, que não consolida intenções de participação previstas, quanto para os alunos, que se abstém de uma forma de organização que talvez viesse a ser profícua.

Em contrapartida, não basta apenas que as instituições gremistas sejam constituídas, visto que estariam deste modo fazendo cumprir orientações e determinações voltadas à Juventude. Elas precisam ser compreendidas pelos jovens enquanto instâncias de participação onde eles possam agir, representar, tomar decisões.

A seguir, este trabalho abordará de modo mais detalhado sobre como a SEE/MG e SRE de Araçuaí têm agido quando das orientações para composição de Grêmios Estudantis. Além deste aspecto, a próxima seção abordará, de modo mais pormenorizado, as formas como a SRE de Araçuaí tem conduzido as ações de protagonismo juvenil.

2.4 AÇÕES DE FOMENTO AO PROTAGONISMO JUVENIL NA SRE DE ARAÇUAÍ

Tendo por base os elementos citados na seção anterior, é preciso compreender a SRE de Araçuaí, enquanto uma das 47 Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais que possuem as Coordenações das Juventudes, responsáveis por receberem as demandas e acompanharem a execução das ações propostas nas escolas de cada SRE. O Anexo B expõe Mapa com todas as Regionais de Ensino e localiza a SRE de Araçuaí enquanto a 43ª Regional.

Situada à Rua das Tulipas, S/N, Nova Terra, zona urbana do município de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, esta SRE atende 87 escolas estaduais, distribuídas em 21 municípios que constam discriminados no Quadro 4.

Quadro 4 – Lista de Escolas da SRE de Araçuaí organizada por município de abrangência.

(continua)

Município	Escolas
Araçuaí	EE Arthur Berganholi EE Bom Jesus da Aguada Nova EE Da Fazenda Diamantino EE Dom José de Haas EE Frei Rogato EE Hilário Pinheiro Jardim EE Industrial São José EE Isaltina Cajubi Fulgêncio EE José dos Santos Neiva EE Professor Leopoldo Pereira EE Professora Aparecida Dutra EE Terezinha Gonçalves dos Santos
Berilo	CESEC São Geraldo EE De Berilo EE De Lelivédia EE Hermano José EE Nossa Senhora Aparecida EE Professor Jason de Moraes EE Ribeirão do Altar EE Santo Isidoro
Berizal	EE Conrado Veríssimo de Oliveira EE João Álvaro Bahia
Chapada do Norte	EE Antônio Marques de Abreu EE Inhô Figueiredo EE José Rodrigues Figueiredo EE Monsenhor Mendes EE Olívia Lemos de Oliveira EE Professor Geraldo Wilson Benício EE Professora Maria Gomes da Silva EE Zé de Calu
Comercinho	EE Alphonsus de Guimaraens EE Fernando da Costa Amaral
Coronel Murta	EE Arthur Antônio Fernandes EE Coronel Mariano Murta
Francisco Badaró	CESEC Francisco Badaró EE Cônego Figueiró EE Presidente Juscelino Kubitschek EE São Sebastião
Fruta de Leite	EE Aníbal Gonçalves das Neves
Indaiabira	EE Antônio Miranda EE João Caldeira EE Joaquim Vieira
Itaobim	EE Chaves Ribeiro EE de Itaobim EE Irmãos Fernandes EE Professora Deys Lopes Jardim

Quadro 4 – Lista de Escolas da SRE de Araçuaí organizada por município de abrangência.

(conclusão)

Município	Escolas
Itinga	EE Comendador Murta EE De Itinga EE Do Povoado de Taquaral EE Manoel da Silva Gusmão
Jenipapo de Minas	EE Antônio Ramalho Mota EE Nossa Senhora de Fátima EE Padre Willy
José Gonçalves de Minas	EE Doutor Tancredo Neves EE João Motoso Filho
Medina	CESEC Nanete Antunes Guimarães EE Aníbal Melo EE Doutor Max Machado EE João Francisco Costa EE Luiz Tanure EE Monsenhor Manoel EE Professor Querubim Cirino de Matos
Ninheira	EE David Ferraz de Oliveira EE De Ninheira EE Professor Marcionílio Pereira Dutra
Novorizonte	EE João Bernardino de Souza
Rubelita	EE Do Povoado de Lagoa de Baixo EE Leônidas Alves Ribeiro EE Rui Barbosa
Salinas	EE Coronel Idalino Ribeiro EE Doutor Osvaldo Prediliano Sant'Ana EE João José Ferreira EE Manoel Pedro Silva EE Professor Elídio Duque EE Professor José Miranda EE Professor Levindo Lambert EE Vicente José Ferreira
Santa Cruz de Salinas	EE De Ensino Fundamental e Médio EE Tenente Felismino Henriques de Souza
Taiobeiras	EE Dona Beti EE Doutor José Americano Mendes EE Oswaldo Lucas Mendes EE Presidente Tancredo Neves
Virgem da Lapa	EE Nossa Senhora da Lapa EE Olegário Maciel EE São Domingos EE São João da Vacaria

Fonte: Elaborado pela autora com base em lista de escolas do Setor DIVEP (2023).

A maioria dos municípios listados no Quadro 4 compõe a região do Vale do Jequitinhonha. Excetuam-se os municípios Berizal, Fruta de Leite, Indaiabira, Ninheira, Novorizonte, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas e Taiobeiras, que

pertencem ao Norte de Minas na região Alto Rio Pardo. O Vale do Jequitinhonha, que abrange 55 municípios mineiros, é uma região localizada no nordeste do Estado de Minas Gerais, se subdivide em três outras regiões menores: Alto Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha. Dos municípios abrangentes da SRE de Araçuaí, a maior parte se localiza nas regiões Médio e Baixo Jequitinhonha.

Por um lado, o Vale do Jequitinhonha apresenta índices alarmantes no que diz respeito à situação política, social e econômica, como baixo percentual de renda *per capita*, carência de assistência e condições básicas de vida, que permeiam as áreas da saúde, alimentação, moradia. Como afirmam Maria Schierholt e Geraldo Silva Jr (2016), “a região apresenta, ainda, índices de pobreza que a colocam entre as mais carentes do país” (Schierholt; Silva Jr, 2016, p. 2).

Por outro, percebe-se em sua população uma grande riqueza na produção de cultura, fortemente marcada por suas festas, geralmente com temáticas religiosas, grupos de teatro, coral e dança, dentre outras diversas manifestações populares, além do artesanato que se destaca como arte popular desenvolvida e transmitida de geração em geração. Joaquim Silva (2005) concorda com o exposto acima convergindo para a ideia de unidade desse povo, quando diz que:

O artesanato (barro, madeira, fibras vegetais, tecelagem, couro) os grupos de dança, cantos e ritmos, as festas religiosas, as histórias, os símbolos, apesar da diversificação, mantêm uma proximidade estética e ética que lhes dá um sentido de unidade (Silva, 2005, p. 55).

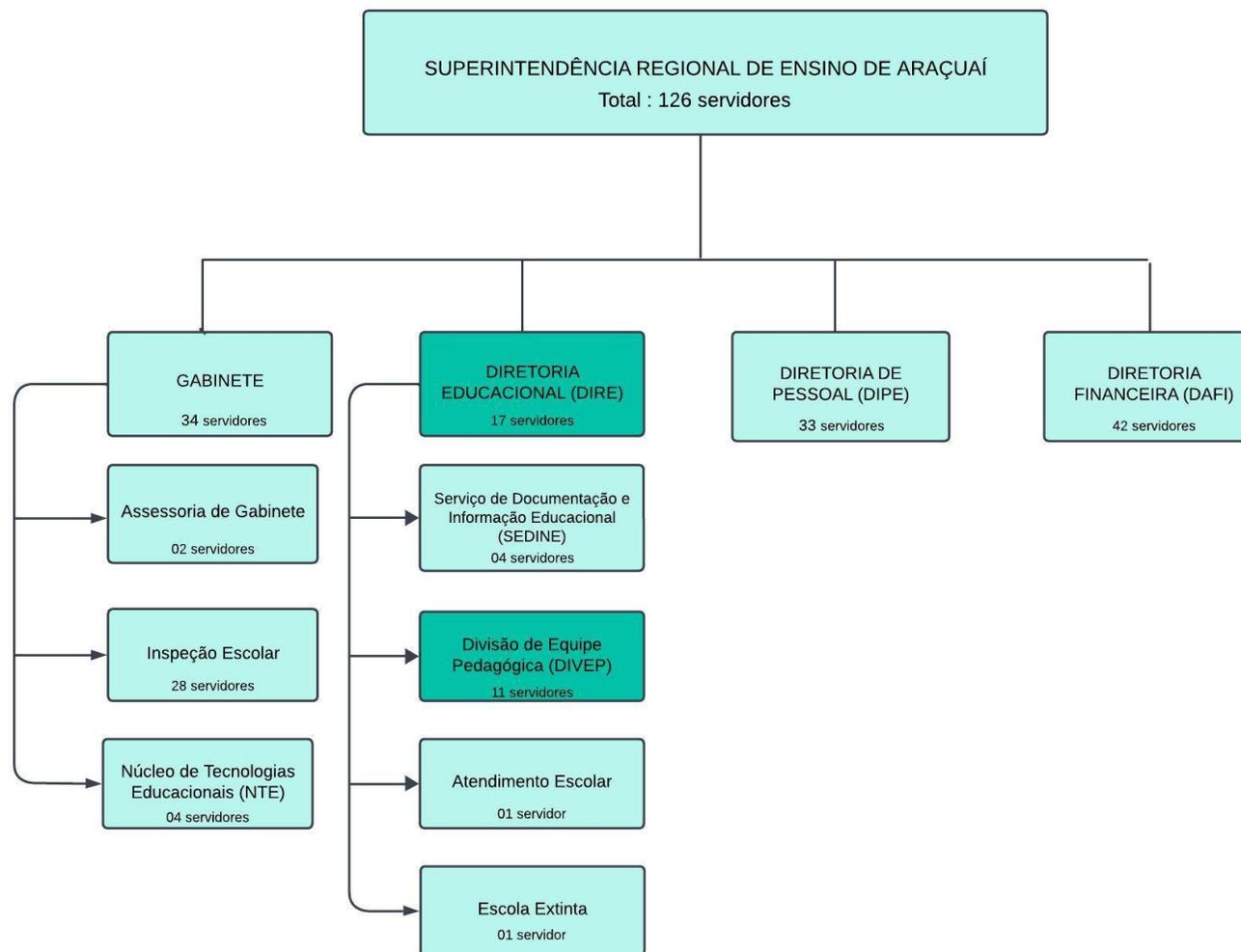
Estarem inseridas numa região de Minas, ainda estereotipada como Vale da Miséria ou Vale da Pobreza, onde os baixos índices socioeconômicos ainda se sobrepõem à imensa riqueza e produção cultural, fazem dessas escolas instituições que possuem o sentido de unidade descrito por Silva (2005). São escolas que se aproximam nas dificuldades vividas por suas comunidades. É quase como dizer que o Vale é um só, apesar de serem muitos. Existe uma proximidade, uma semelhança que une seus municípios. Une nas dificuldades, na riqueza de sua cultura, na sua religiosidade. As escolas e seus jovens atores estão unidos neste emaranhado de símbolos culturais.

Perceber este Vale ao mesmo tempo múltiplo e uno, contribui para compreender as manifestações e também as ausências de protagonismo juvenil dentro das escolas desta região. Isto pois, se torna importante elemento de análise no intuito de afirmar as ações da Juventude. Quando, por exemplo, escolas inteiras se abstêm de qualquer participação juvenil, qual o pensamento une o grupo? Como se sentem? Como se percebem? O que os assemelha neste absentismo?

A SRE de Araçuaí, que abrange essas escolas, busca compreender suas peculiaridades e organiza seu trabalho por meio de três diretorias: Diretoria Educacional (DIRE), Diretoria Financeira (DAFI) e Diretoria de Pessoal (DIPE).

Sendo considerada de Porte I, abrange, atualmente, 126 servidores distribuídos em três Diretorias, além do Gabinete. O organograma exposto na figura 02 distribui esse quantitativo, dando ênfase ao número de servidores no Setor Pedagógico ou DIVEP.

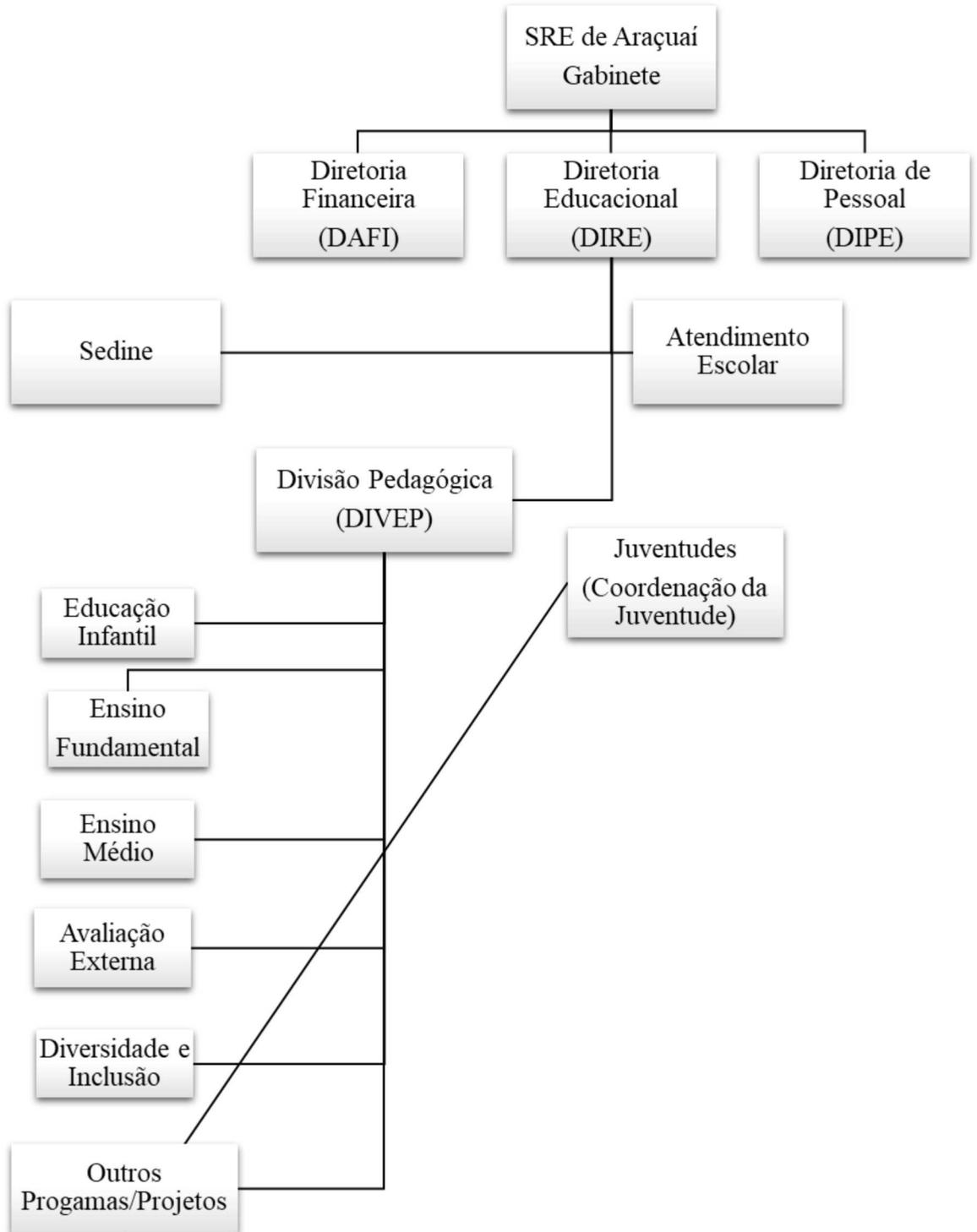
Figura 2 – Organograma da SRE de Araçuaí com número de servidores.



Fonte: Elaborado pela autora com base em lista de funcionários fornecida pelo GABINETE (2024).

Na Diretoria Educacional (DIRE) é que se vincula o Setor Pedagógico, ou DIVEP - Divisão de Equipe Pedagógica, atualmente com 11 analistas, no qual está vinculada a Coordenação da Juventude. A Figura 3 apresenta organograma que sistematiza essas três diretorias com o objetivo de situar a Coordenação no âmbito institucional.

Figura 3 - Organograma da SRE de Araçuaí e suas Diretorias – Localização da Coordenação da Juventude



Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos obtidos da DIVEP (2022).

Conforme demonstrado, a Diretoria Educacional (DIRE) possui setores interdependentes. Dentre eles, existe a Divisão de Equipe Pedagógica (DIVEP), responsável por realizar o acompanhamento pedagógico junto às escolas da SRE. A descentralização das atividades ocorre por meio da indicação de pessoas responsáveis para cumprimento de cada demanda.

Na subdivisão Outros Programas/Projetos se situa a Coordenação da Juventude e ficam organizados os Programas/Projetos em andamento na SEE/MG. Importante dizer que alguns, por serem de curta duração e já terem sido extintos, não constam na subdivisão detalhada do Apêndice A. Estão contidos neste documento os programas e projetos mais rotineiros que são executados e/ou monitorados pelo setor DIVEP.

O Apêndice A apresenta os Programas e Projetos acompanhados pelo Setor Pedagógico da SRE de Araçuaí ao longo do ano letivo. Mas é importante esclarecer que os Projetos têm público-alvo definido pela SEE/MG, e em geral, não são todas as escolas que participam da variabilidade dos programas e projetos apresentados. A Juventude, por exemplo, não contempla as escolas que possuem apenas os Anos Iniciais de ensino (1° ao 5° ano). Assim como em outras, apesar de não abster a escola de participação, insere o projeto enquanto sugestão para execução, sem obrigatoriedade, como se perceberá adiante no Quadro 5.

Ao apresentar Programas e Projetos da DIVEP, setor de atuação da Coordenação da Juventude, não se abarca todo o trabalho desenvolvido pelos Analistas Educacionais ali alocados, visto que são muitas demandas e pouco pessoal para executá-lo. Assim sendo, o quadro não contempla todas as atividades desenvolvidas diariamente, as quais extrapolam as ações de programas mais rotineiros.

A DIVEP de Araçuaí conta com 11 analistas, no entanto, um está ausente já há algum período, em processo de licença e aposentadoria, um fica a cargo da Supervisão da DIVEP, com demandas específicas para Supervisão. O Setor fica reduzido em nove analistas para desenvolvimento do trabalho em 87 escolas, 21 Secretarias Municipais de Ensino (SME) e execução de mais de 19 Programas/Projetos. Além dessa demanda ainda existem outras não previstas, como encontros de formação promovidos pela SEE/MG, capacitações, cumprimentos de ações de curta duração, entre outras.

Em outras palavras, o Setor Pedagógico desta SRE tem se organizado de acordo com as condições que possui. Nem sempre há como prever os períodos de maior ou menor fluxo de atividades, pois dependem primeiro da organização da SEE/MG, local de onde emanam as orientações de execução das demandas.

Acontece, com certa regularidade, de muitas demandas chegarem com prazos curtos e no mesmo período necessitarem do envolvimento e divisão de tarefas entre todos os analistas. Um exemplo onde é necessário o envolvimento de todo o setor é o período de aplicação das avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE). As provas do Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB) são organizadas e distribuídas para todas as escolas. Após a aplicação, os analistas recebem as provas das escolas e as organizam para envio ao órgão competente, neste caso o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Este, por exemplo, é, normalmente, um período de afastamento da Coordenadora da Juventude de suas ações específicas.

Cabe destacar que a Coordenação da Juventude na SRE de Araçuaí se restringe a apenas um membro, com as funções já descritas para atendimento a 62 escolas, público direto das demandas, e outras 25 escolas de segmentos facultativos de participação. Caso todas as escolas participem das demandas, têm-se 87 escolas para atendimento. Contudo, a mesma analista que coordena as ações da Juventude, é responsável por outros programas e projetos como já explanado e responde pelo acompanhamento pedagógico a um grupo de escolas e secretarias municipais. Todas as demandas com que se lida possui prazos de acompanhamento. Além do trabalho planejado existem as eventualidades comuns a toda atividade e é preciso lidar com elas, priorizando algumas atividades em detrimento de outras.

Importante mencionar que todos os analistas do setor vivem o dilema da alta demanda de trabalho. Em virtude do baixo contingente de servidores, todas as demandas são divididas, o que sempre acarreta priorização de uma atividade em detrimento de outra para que os prazos sejam cumpridos a contento.

Como os prazos estabelecidos para as ações da Juventude normalmente são mais extensos e para a maioria delas não existem prazo ou obrigatoriedade de

cumprimento, inevitavelmente acaba por ficar em segundo plano nas execuções. Em sua dissertação de Mestrado, Márcia Lima (2020), ao pesquisar sobre empecilhos para efetivação do protagonismo juvenil em duas escolas estaduais de Belo Horizonte, destacou que:

Devido ao número reduzido de servidores envolvidos com as ações de juventude, não é possível um acompanhamento mais eficiente das atividades propostas. As orientações e o monitoramento são realizados por meio do correio eletrônico e de contato telefônico [...] (Lima, 2020, p. 31).

A situação descrita por Lima (2020) na SRE Metropolitana C²² não é diferente da realidade em que se encontra a SRE de Araçuaí. É preciso refletir sobre as dificuldades que as Coordenações da Juventude encontram em suas Regionais para realizar um atendimento e monitoramento efetivo em cada uma de suas escolas.

Atualmente, há na SRE de Araçuaí 87 escolas estaduais sob sua jurisdição, distribuídas nas seguintes modalidades de ensino, conforme Tabela 1:

²² A Superintendência Regional de Ensino (SRE) Metropolitana C é a terceira de três Regionais de Ensino que atendem a capital mineira e municípios próximos. A SRE C atende 12 municípios.

Tabela 1 – Quantidade de escolas estaduais sob jurisdição da SRE de Araçuaí, distribuídas por modalidade de ensino.²³

Modalidade de Ensino	Quantidade de escolas por Segmento
Escolas que atendem apenas Anos Iniciais do Ensino Fundamental – AI	03
Escolas que atendem apenas Anos Finais do Ensino Fundamental – AF	08
Escolas que atendem apenas Ensino Médio (EM) ou Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)	08*
Escolas que atendem apenas AI e AF	08**
Escolas que atendem apenas AF e EM ou EMTI	36***
Escolas que atendem apenas AI , AF e EM ou EMTI	20****
Escolas CESEC (Centro Estadual de Educação Continuada) que atendem EJA Anos Finais e Médio	03
Escolas do Sistema Prisional	01

Fonte: Elaborada pela autora com base em consulta ao Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) disponível em <https://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br/SimadeWeb/login.faces> com acesso restrito de servidor autorizado (2022).

* Deste total 06 são de EMTI.

** Deste total 01 escola é considerada Indígena em suas turmas de segundo endereço e 01 escola é considerada Quilombola.

*** Deste total 01 escola é considerada escola Quilombola e 07 são Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

****Deste total 05 escolas são consideradas Quilombolas e 02 escolas de EMTI.

²³ Os dados foram extraídos do Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), pelo qual a Coordenação possui usuário e senha para acesso interno.

A tabela elaborada em 2022 e atualizada em 2024 apresenta as escolas por segmento. Até o primeiro ano, a orientação da SEE/MG para o processo de eleição e constituição dos Conselhos de Representantes de turma não contemplava as escolas que possuísem Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), com a justificativa de que essas escolas já possuíam ações de Líderes de Turma com processos e etapas definidos. Esse foi um dos objetivos para especificar na tabela o quantitativo de escolas de EMTI. Para o ano de 2023, a SEE/MG emitiu nova orientação, contemplando as escolas de EMTI nas ações da Juventude.

A próxima seção desta pesquisa apresenta as ações realizadas especificamente pela Coordenação da Juventude no decorrer de um ano letivo.

2.4.1 Ações específicas da Coordenação da Juventude

Atentando especificamente para a Coordenação da Juventude, foco deste trabalho, é importante dizer que esta é responsável pela comunicação entre o Órgão Central da SEE/MG, SRE, Escolas e Representantes Estudantis e por conduzir os processos de eleição de representantes de turma e execução (pelos alunos) de um plano de ação durante o ano letivo.

As escolas recebem o passo a passo de como conduzem as Eleições de Representantes de Turma e Constituição dos Conselhos de Representantes. Além da eleição de representantes de cada turma, também são orientados a elegerem dois representantes da escola (a dupla de alunos que ficará com a função de representar toda a escola junto à SRE e SEE/MG). Após cumprimento das etapas para eleição, os representantes eleitos passam a se reunir para elaboração de um plano de ação próprio a ser executado por eles durante o ano letivo. Ao final do ano, realizam uma culminância das ações de seu plano e encaminham Portfólio para a SRE de Araçuaí.

Destaca-se que após a realização dos projetos, ou planos de ação, e envio dos Portfólios, ocorre a conclusão do processo com envio do Relatório final à SEE/MG. Essa se configura como etapa final das ações da juventude emanadas da SRE para as escolas. Segundo o documento “Conselho de Representantes de Turma, orientações 2022”:

Esta etapa é o resultado de toda mobilização e esforço realizado pelo (a) Educador (a) Referência e pelos Representantes de Turma. Trata-se da execução final da ação (como, por exemplo, jogos interclasse, seminário, exposição, feira, apresentação cultural, entre outros), tendo em vista que a culminância da ação pode acontecer em mais de um dia, devido à natureza das atividades. Após a Culminância, o Conselho de Representantes de Turma deverá encaminhar o Relatório Final, via formulário eletrônico, a ser disponibilizado pelo Órgão Central da SEE/MG (Minas Gerais, 2022, p. 11).

Além de mediar a comunicação, conforme destacado, a Coordenação monitora o cumprimento das demandas e prazos junto às escolas. A opção por realizar a discriminação das escolas, conforme a Tabela 1, se fez necessária, uma vez que segundo as orientações da SEE/MG, existem algumas especificidades a serem observadas na atuação da Coordenação. Esta, ao orientar as 87 escolas da Regional, deve atentar para as particularidades descritas no Documento Orientador da SEE/MG, atualizado anualmente. O Quadro 5 apresenta as especificidades contidas no Documento Orientador para o ano letivo de 2022.

Quadro 5 – Particularidades no acompanhamento da Juventude em algumas escolas

Modalidade de Ensino	Particularidade/Forma de participação
Escolas que possuem os segmentos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio Regular (1º ao 3º ano)	Participam das ações da Juventude.
Escolas que possuem apenas Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Não participam das ações voltadas à Juventude, mas fica sugerido a cada escola realizar ações semelhantes que envolvam as crianças. Assim, conforme o documento orientador, “A Eleição de Representantes de Turma e a Constituição do Conselho de Representantes na escola, bem como, o desenvolvimento do Plano de Ação é sugerido para o segmento” (Minas Gerais, 2022, p.6, grifo nosso).
Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral –EMTI	Não participam das ações voltadas à Juventude por possuir estrutura própria: “As escolas com Ensino Médio Integral possuem modelo específico para a formação e atuação dos LÍDERES DE TURMA e deverão seguir as orientações presentes nele” (Minas Gerais, 2022, p.6). *
Escolas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Indígena, Escola Quilombola, Escolas do Sistema Prisional	“Para esses atendimentos, a direção da escola poderá optar pela forma mais adequada para promover a participação dos/as estudantes, considerando a realidade de cada comunidade escolar” (Minas Gerais, 2022, p.6).

Fonte: Elaborada pela autora com base no documento orientador “Conselho de Representantes de Turma: Orientações 2022” (2023).

* A orientação enviada pela SEE/MG em março de 2023 inclui ações da Juventude para as escolas de EMTI com a seguinte justificativa: “Ressaltamos que como novidade, neste ano, as escolas de **Ensino Médio Integral** também implementarão esta ação, entendendo que se trata de uma atividade de fomento do protagonismo juvenil” (Minas Gerais, 2023a, p. 7).

As particularidades contidas no Quadro 5 evidenciam uma Coordenação da Juventude que deve trabalhar atenta à diversidade do público a ser atendido, ora jovens da educação regular de anos iniciais, finais, ora do ensino médio, indígenas, quilombolas ou ainda do Sistema Prisional.

Para que as escolas tenham respeitadas suas particularidades e sejam orientadas de forma adequada nas demandas da SEE/MG, a Coordenação da Juventude precisa se orientar, também, pelas formas de comunicação mais assertivas. A próxima seção trata dessas formas de comunicação.

2.4.1.1 Comunicação

Esta seção trata sobre as formas de comunicação utilizadas na SRE de Araçuaí no trabalho que envolve as demandas da Juventude e sua relação com as escolas e demais setores dos discentes.

A respeito da condução das ações da Juventude pela SRE de Araçuaí, não há exigência padronizada. Cada Regional tem autonomia para se organizar e encontrar os melhores caminhos para condução das ações e monitoramento junto às escolas. Ficando, assim, a cargo de cada SRE/MG, os meios de comunicação:

Deverá ser definida a forma de comunicação considerada mais eficiente para garantir as trocas de informações entre estudantes, docentes, especialistas, Educador (a) Referência, Direção Escolar, Superintendência Regional de Ensino e Órgão Central da Secretaria de Estado de Educação (Minas Gerais, 2022, p.12).

Os meios pelos quais as orientações chegarão em cada escola para serem desenvolvidas poderão variar, e deste modo, pode-se pensar que a depender da precariedade da comunicação, umas poderão ser mais bem-sucedidas que outras. Aqui, pode-se pensar imediatamente na diversidade territorial do Vale do Jequitinhonha, e que, escolas em zona rural de municípios mais distantes poderão ter comprometida a comunicação com SRE de Araçuaí e SEE/MG. Até pouco tempo, para se comunicar com uma determinada escola da Regional, o telefone de contato era de um orelhão em frente à escola, quando não se conseguia pela operadora de celular do diretor. A internet da escola oscilava bastante e alguns *e-mails* ficavam comprometidos. No momento de escrita desta dissertação, o contato por *e-mail* tem melhorado o que tem facilitado o recebimento das orientações.

Observa-se que, deste modo, cada SRE/MG tem liberdade para definir seus meios de comunicação junto aos Conselhos de Representantes de turma e que as ações da Juventude na SRE de Araçuaí levam em conta especificidades no atendimento. A Coordenação deve estar atenta ao atendimento particular de cada escola, pois além das particularidades de atendimento dadas as modalidades de ensino em que atuam, também há especificidades de caráter econômico e sociocultural. Como são 87 escolas situadas no coração do Vale do Jequitinhonha, muitas de zonas rurais longínquas e de difícil acesso, o acompanhamento precisa

ser o mais assertivo. Assim, o monitoramento das ações da Juventude varia, sendo visita em loco, comunicação via *e-mail* institucional, reuniões via *Google Meet*, mensagens de *WhatsApp*, outro meio sugerido pelas escolas, ou de iniciativa da própria Coordenação.

Ainda a respeito do monitoramento das ações que a Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí vem realizando, desde 2017, cabe destacar que os Conselhos de Representantes de Turma formados nas escolas foram convidados a se aproximar e manter diálogo com a Regional.

Inicialmente, mais exatamente no ano de 2017, participaram de um grupo de *WhatsApp* o total de 77 escolas (sendo 77 representantes titulares e 77 vices). Esse grupo surgiu por iniciativa da Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí como meio de facilitar a comunicação direta com os jovens representantes. Uma iniciativa que foi operacionalizada por número de telefone pessoal da Coordenadora, visto que na SRE de Araçuaí não há número institucional para tratamento de demandas semelhantes. Em algumas escolas o número variou, havendo apenas um aluno por escola, devido ao fato de nem todos possuírem número de celular na época. Contudo, devido à quantidade de representantes e devido os jovens necessitarem de acompanhamento na condução dos diálogos, o grupo foi desativado pela Coordenação em meados do referido ano.

Todavia, foi estimulado pela mesma Coordenação que cada escola tivesse seu próprio grupo de *WhatsApp* ou outra mídia e que incluísse a Coordenadora da SRE de Araçuaí como participante. Contudo, participar de vários grupos, sendo a única analista que atua na Juventude e possuindo outras demandas, ficou insustentável.

Em junho de 2017, como outra iniciativa da Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí, foi criado um *e-mail* institucional específico para demandas da Juventude. *E-mail* criado pela Coordenação no intuito de melhorar a organização do trabalho, embora não tenha havido demanda externa para essa criação. Ficou assim configurado: sre.aracuai.juventude@educacao.mg.gov.br. O *e-mail* foi divulgado às escolas, aos colegas servidores e Equipe da juventude da SEE/MG, de forma que todas as demandas fossem centralizadas para melhor organização do fluxo de informações.

Quase simultaneamente à iniciativa dos *e-mails*, a SEE/MG possibilitou a criação de *e-mail* próprio para a dupla representante de cada escola. Conforme orientação recebida da SEE/MG em 19/07/2017, via *e-mail* institucional, as escolas deveriam ser orientadas a procederem com a criação de um *e-mail* da dupla de representantes da escola. Essa dupla, conforme consta nos documentos orientadores, se refere à dupla eleita pelo Conselho de Representante de Turma para representar a escola nos assuntos junto a SRE de Araçuaí e SEE/MG, que ocorre anualmente concomitante à Eleição dos Representantes de Turma, como detalhado no Quadro 6.

A Coordenação da SRE de Araçuaí motivou o acesso de todas as escolas, disponibilizou as questões iniciais trazidas pela SEE/MG e utilizou este canal de comunicação como ferramenta para contato mais próximo com os representantes de turma.

Seguindo as orientações da CTETC via SEE/MG, sobre orientar as escolas para a criação dos *e-mails* dos estudantes, a Coordenação da Juventude de Araçuaí entendeu que em algum momento a dupla de estudantes representantes de cada escola estaria compondo uma rede de estudantes mineiros e com contato facilitado com a SEE/MG.

O documento orientador para as Eleições de Representantes do ano de 2017, mencionava dentre as funções dos Representantes Estudantis (a dupla eleita para constituir a Rede de Representantes Estudantis do Estado de Minas Gerais):

Compartilhar com Conselho de Representantes de Turma, as informações repassadas pela SRE e SEE; Representar sua escola nas reuniões, encontros e atividades **propostas pela SEE e SRE**; Participar de reuniões e **atividades como integrantes da Rede de Representantes Estudantis das Escolas Estaduais da Regional** (Minas Gerais, 2017a, p. 12, grifo nosso).

Abreu (2017), em sua pesquisa sobre demandas da Juventude, assim descreveu sobre a constituição da Rede de Representantes Estudantis, uma ação recente no Estado em 2017:

Para a consolidação da Rede de Representantes Estudantis das Regionais de Ensino de Minas Gerais, no âmbito do estado, a SEE solicitou que todos os Conselhos de Representantes criassem um e-

mail, que seria um canal de **comunicação direta entre SEE, SRE e estudantes** (Abreu, 2017, p. 42, grifo nosso).

A referida autora fez parte da Diretoria da Juventude da SEE/MG no ano de 2017, compondo a equipe que direcionava as demandas do Órgão Central para as Regionais de Ensino. Detalhou melhor a função da Rede:

A intenção é que a Rede de Representantes Estudantis, das Escolas Estaduais da Regional, seja um canal de diálogo permanente entre os estudantes e a gestão da SEE, de forma que eles possam apresentar, diretamente às regionais e à SEE, as suas demandas, ideias e propostas de melhoria do processo educativo acompanhando a implantação das agendas da SEE nas escolas (Abreu, 2017, p. 42-43).

A nível de SRE, a Coordenação da Juventude de Araçuaí promoveu ações de incentivo e iniciou contato com as duplas representantes conforme orientado pela SEE/MG. Em 2017 foi explicitado: “Esses representantes serão contactados pela equipe da SRE que dará orientações específicas para a criação da Rede de Representantes Estudantis das Escolas Estaduais da Regional” (Minas Gerais, 2017a, p. 5).

Mesmo em anos posteriores, a CTETC continuou a solicitar os contatos da dupla representante. Além de *e-mails*, números de *WhatsApp* para contato. Mas não há evidências de que os estudantes foram inseridos num canal de rede de comunicações para tratamento de demandas da Juventude, ou de que tenham participado de eventos diretamente com a CTETC.

Em 27/07/2017, por meio dos *e-mails* recém-criados, tanto para a Coordenação da SRE de Araçuaí quanto para os representantes estudantis, a Coordenadora da Juventude divulgou para as escolas uma campanha para produção de um *slogan* ou logotipo que pudesse representar a Juventude da Regional. A produção vencedora iria compor a foto de perfil do *e-mail* da Juventude, e seria referenciada em encontros, confecções de painéis, ou outros momentos institucionais. Essa iniciativa teve por objetivo estimular os representantes a acessarem os *e-mails* e dialogarem com a SRE.

A participação envolveu número reduzido de escolas, total de apenas três, e os desenhos foram avaliados pela Coordenadora da Juventude com o auxílio de um analista do Setor. Foram avaliados elementos que destacassem o que a juventude

representava para os alunos e de que forma o desenho poderia ser a “cara” da juventude da SRE de Araçuaí. A Figura 4 apresenta a produção vencedora.

Figura 4 - Logotipo escolhida para representar a SRE de Araçuaí no ano de 2017



Fonte: Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí

Os *e-mails*, tanto o específico da Coordenação, quanto aqueles dos representantes, foram caindo em desuso e se tornaram inutilizáveis. Os motivos para tanto variaram, desde a não participação dos representantes estudantis, dificuldade das escolas em direcionarem retornos e demandas ao *e-mail* específico da Coordenação, bem como dificuldade de padronização da própria Coordenação, visto que as demandas continuaram a chegar por meios diversos. Não há evidências de que a SEE/MG tenha feito utilização desse meio de comunicação direto com os representantes para envio de material diretamente aos alunos, ou envio de informações. Ademais, não houve nenhuma demanda da SEE/MG com relação à utilização desses *e-mails* criados.

Importa dizer que houve insistência desta Coordenação da regional para que o *e-mail* continuasse em uso. Sempre que um aluno enviava algum retorno, as respostas enviadas eram motivadoras. Além de agradecer o atendimento pela demanda, esta Coordenação motivava a participação no *e-mail*, com envio de elogios pelo engajamento. Quando a SEE/MG enviava orientações a serem encaminhadas para as escolas, a Coordenação repassava aos jovens pelo *e-mail* criado e tinha o cuidado de adequar a linguagem, inclusive com envio de alguns

emotions. Mesmo diante de incentivos, o *e-mail* deixou de receber mensagens, caindo em desuso.

Ainda para fins de ações de comunicação, esta Coordenação promoveu encontros com jovens representantes, mas por ausência de recursos financeiros só pode ser realizado na sede da Regional e contemplou apenas alunos representantes da Sede. O encontro foi realizado na sede da Regional em 09 de agosto de 2019 e contou com a participação de cinco servidores e 15 alunos representantes. Importante dizer que na Sede há 12 escolas, dessas, três não atendem obrigatoriamente as demandas da Juventude por serem duas exclusivas de Anos Iniciais (1º ao 5º) e uma de Sistema Prisional. Participaram neste dia representantes de sete escolas, das nove que são públicos para demandas da Juventude. Como pauta, ocorreu discussão sobre o protagonismo juvenil e as demandas orientadas pela SEE/MG naquele momento.

A iniciativa da Coordenação da Juventude em realizar um encontro com os jovens representantes de turmas está de acordo com a proposta da SEE/MG quando orienta que cada SRE tem autonomia para estabelecer melhores meios de comunicação. Contudo esbarrou em condições burocráticas, como a falta de recurso financeiro que arcasse com o transporte e estadia dos jovens das escolas de outros municípios. Deste modo, o encontro realizado privilegiou sete de um universo de 62 escolas público das ações. Essa Coordenação buscou trabalhar com as condições que tinha e, por esse motivo, não se absteve do planejamento para o encontro, apenas adaptou para um público muito menor que o previsto.

A seguir, este trabalho se atém ao processo de Eleição de Representantes de Turma com algumas ações de monitoramento.

2.4.1.2 Eleição de representantes de turma

Esta seção apresenta a forma como se dá a condução do processo de eleição de representantes de turma nas escolas da SRE de Araçuaí.

A Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí, vem desde 2017, ano da implementação das ações do Conselho de Representantes de Turma pela DJUV – Diretoria da Juventude na SEE/MG, que antecedeu a atual CTETC, atuando de forma a estabelecer diálogo com as escolas estaduais da Regional. De acordo com

o documento orientador “Conselho de Representantes de turma – Orientações 2022” da SEE/MG:

O Conselho de Representantes de Turma, desenvolvido desde 2017 pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, tem o intuito de promover a participação estudantil nas escolas e estimular o protagonismo dos estudantes. A ação consiste no processo de escolha de representantes estudantis, por meio da eleição nas turmas e nas escolas, na composição dos Conselhos de Representantes de Turma e na elaboração e execução de Planos de Ação propostos pelos mesmos (Minas Gerais, 2022, p. 4).

O processo de escolha de representantes de turma ocorre anualmente, no início do ano letivo, geralmente no mês de março. São enviados os documentos orientadores do processo de eleição, que orienta a forma como a escola deve se organizar para que cada turma eleja seu representante. Após escolha dos representantes de cada turma, estes elegem a dupla de representantes que representarão, por sua vez, toda a escola.

As primeiras orientações, no ano de 2017, esclareciam as funções dessa dupla e de que forma esses estudantes fariam parte de uma Rede de Representantes a ser criada em todo o Estado. Os representantes dos estudantes da escola (a dupla eleita pelo Conselho) assim estão descritos no documento orientador:

Os representantes da escola são os estudantes eleitos pelo Conselho de Representantes de Turma, para representar os interesses dos estudantes da sua escola junto à Superintendência Regional de Ensino (SRE), constituindo também um importante canal de diálogo permanente junto à gestão do Órgão Central da Secretaria (Minas Gerais, 2017a, p. 4).

Além de ser um canal de diálogo entre os setores, como será tratado na seção *Comunicação*, o documento esclarecia mais funções dessa dupla, quais seriam:

Representar os interesses dos estudantes da sua escola;
Compartilhar com Conselho de Representantes de Turma as informações repassadas pela SRE e SEE;
Representar sua escola nas reuniões, encontros e atividades propostas pela SEE e SRE;
Participar de reuniões e atividades como integrantes da Rede de Representantes Estudantis das Escolas Estaduais da Regional;

Discutir, deliberar e propor ações junto à Rede de Representantes Estudantis das Escolas Estaduais da Regional; Gerenciar o e-mail institucional dos estudantes da escola (Minas Gerais, 2017a, p. 5).

Importante recordar que as ações inauguradas no ano de 2017, em toda rede estadual, faziam parte de um conjunto de estratégias adotadas após o Movimento VEM, cujo objetivo era trazer de volta à escola jovens evadidos e ao mesmo tempo tornar a escola mais atrativa à juventude. Desta forma, o documento orientador para as ações do ano de 2017 detalhava com mais profundidade as ações idealizadas para cada sujeito envolvido. Nota-se que a SEE/MG idealizou estratégias permanentes de ações voltadas aos jovens. Ações que demandariam constante parceria das Regionais de Ensino.

Confirmando essa parceria, estava descrito nas orientações: “A equipe da SRE convidará os Representantes para participarem de reuniões, videoconferências e atividades promovidas pela SEE no âmbito das regionais, criando uma agenda permanente de ações” (Minas Gerais, 2017a, p. 5).

Foi observado que as orientações para a dupla de representantes de turma emitidas em 2017, ano de implementação das ações, não se repetiram nos documentos orientadores seguintes. De 2018 a 2023, as orientações para o Processo de Eleição de Representantes de Turma mencionam que deva ocorrer a eleição de representantes estudantis (a dupla de representantes da escola), mas não direciona ações ou funções a estes alunos.

O Quadro 6 apresenta o cronograma para o ano de 2023 das ações do Conselho de Representantes de Turma nas escolas mineiras e confirma o exposto, uma vez que não apresenta em seu cronograma a etapa de eleição dessa dupla.

Quadro 6 – Cronograma das ações do Conselho de Representantes de Turma
2023

DATA	ATIVIDADE
13/03 a 20/03	1ª Etapa: Formação da Comissão Eleitoral e Mobilização para o processo de eleição.
21/03 a 28/03	2ª Etapa: Realização da eleição dos Representantes de Turma.
29/03 a 06/04	3ª Etapa: Constituição do Conselho de Representantes de Turma Realização da 1ª Reunião do Conselho de Representantes de Turma. (*As reuniões deverão ser mensais).
Até 17/04	Envio dos dados dos Representantes de Turma para a SEEMG, via formulário <i>online</i> .
ABRIL	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização da 2ª reunião: Elaboração do Plano de Ação.
MAIO	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
JUNHO	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
JULHO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
30/06 A 30/07	Envio do formulário de monitoramento da ação, via formulário <i>online</i> .
AGOSTO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
SETEMBRO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
OUTUBRO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais. Organização para a realização das atividades de culminância.
20 a 24/11	5ª Etapa: Culminância da ação. Culminância do Plano de Ação do Conselho durante a “Semana de Educação para a Vida”.
25/11 a 06/12	5ª Etapa: Realização da Reunião de Avaliação do Plano de Ação.
Até 10/12	5ª Etapa: Envio do Relatório Final, via formulário <i>online</i> .

Fonte: SEE/MG (Minas Gerais, 2023a, p. 17).

O Quadro 6 evidencia uma linha do tempo anual para a realização das demandas da Juventude nas escolas e SRE's. Resumidamente, desde 2017 (ano de implementação das ações), as demandas se estruturam em etapas básicas, que vão desde a formação de uma Comissão Eleitoral em cada escola para início das eleições de representantes até a execução de um plano de ação da Juventude pelo Conselho de Representantes de Turmas eleito.

Dado que os anos de 2020 e 2021 foram de momentos atípicos devido à pandemia do COVID-19, as ações para a Juventude ficaram paralisadas, podendo ser ofertadas pelas próprias escolas do modo que fossem possíveis de se executar, dado o contexto.

Em março de 2021, foi enviado pela Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí, a pedido da SEE/MG, questionamento via *e-mail* institucional para todas as escolas, indagando sobre quais possuíam Grêmio Estudantil ou Coletivo Juvenil e como estes estavam atuando. Ressalta-se que o questionamento foi enviado para todas as 87 escolas, uma vez que o documento orientador não exclui nenhuma escola de participação, mas sugere que a escola que não é público para as ações da Juventude possa utilizar estratégias de participação, caso assim deseje. Mesmo que uma escola, que atenda apenas Anos Iniciais, não possa ter criado um Grêmio Estudantil, poderia retornar ao questionamento mencionando formas de agrupamentos de participação incentivados. Para não excluir a possibilidade de ter retornos deste tipo, é que o questionamento foi enviado a todas as escolas.

Do retorno ao questionamento, obtiveram-se as seguintes respostas apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 2 – Pesquisa sobre funcionamento de Coletivos ou Grêmios Estudantis no ano de 2021.

Quantidade de Escolas público da Juventude para as quais o questionamento foi enviado	62*
Quantidade de Escolas que responderam possuir Coletivos Juvenis	01
Quantidade de Escolas que responderam não possuir Coletivos Juvenis	23
Não responderam ao questionamento sobre Coletivos	38
Quantidade de Escolas que responderam não possuir Grêmio Estudantil	19
Quantidade de Escolas que responderam possuir Grêmio Estudantil (não atuante)	03
Quantidade de Escolas que responderam possuir Grêmio Estudantil (atuante)	01
Não responderam ao questionamento sobre Grêmio Estudantil	39

Fonte: Elaborada pela autora com base nas respostas condensadas pela SEE/MG (2022).

*A SRE de Araçuaí possui o quantitativo de 87 escolas, mas considerando as especificidades da Tabela 01, o questionamento aqui está considerando o envio para 62 escolas público direto das demandas da Juventude.

A tabela 2 demonstra que uma escola possuía Coletivo Juvenil e outra escola Grêmio Estudantil. Salienta-se que não se trata da mesma escola. São instituições distintas, o que é comum na Regional, pois nem sempre possuem Coletivos ou Grêmios concomitantemente.

A SEE/MG questionou sobre a existência de Coletivos Juvenis em uma das perguntas, em virtude de em anos anteriores, quando da existência do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), ter sido amplamente divulgado junto às escolas e incentivado a Criação de Coletivos Juvenis para atuarem por um determinado período contando, inclusive, com apoio financeiro para desenvolvimento do projeto de ação pensado pelos jovens. Atualmente, o Programa não atua com a política dos Coletivos e nem repasse financeiro para este fim. Importante destacar a informação sobre existir na SRE de Araçuaí apenas uma escola com Grêmio Estudantil atuante no ano de 2021.

Com as ações retomadas no ano 2022 e o retorno gradual às aulas, a CTETC emitiu orientações específicas aos estudantes sobre a elaboração do Plano de Ação

do Conselho. O documento foi elaborado com linguagem simples, direcionada para leitura pelos próprios alunos. Foi estruturado em partes, facilitando desde o planejamento até a execução e registros das ações. Inicialmente apresentou perguntas motivadoras de discussão:

O que gostaríamos que houvesse na escola/comunidade? [Ou] Como podemos deixar a escola com a nossa cara? O que precisa ser mudado? [Como podemos melhorar o que já existe na nossa escola?] (Minas Gerais, 2022, p. 4).

Dando sequência à discussão das eleições de representantes, é importante destacar o documento orientador mais recente, do ano de 2024. Esse sugere que ocorram as Eleições conforme o exposto na figura 5:

Figura 5 – Etapas do processo de Eleição de Representantes de Turma



Fonte: Minas Gerais (2024, p. 11).

Como demonstra a figura 5, a primeira etapa orientada pela SEE/MG é a formação de uma Comissão Eleitoral na escola. Isso se faz, para que a eleição seja

transparente e democrática. O documento orienta que a Comissão deva ser composta por Especialistas e estudantes representantes do ano anterior (Minas Gerais, 2024a). A intenção é que o processo eleitoral ocorra de modo democrático e transparente, inclusive respeitando as candidaturas. O documento orienta que os gestores escolares não interfiram de modo a impedir candidatura e que o único critério para assumir as funções de representantes de turma seja exclusivamente o “número de votos” (Minas Gerais, 2024a, p. 11).

O documento orientador do ano de 2024 também apresenta orientações direcionadas aos estudantes, iniciando assim:

Prezado estudante,
Chegou a hora de pensar e colocar em prática ações para mudar a realidade de sua escola e comunidade. Sua participação tem um papel importante na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, contribuindo para a construção de uma comunidade escolar mais diversificada, respeitosa e colaborativa. Vamos lá? (Minas Gerais, 2024a, p. 5).

Além de mensagem direcionada aos estudantes, o documento inovou com algumas imagens ilustrativas de caráter mais jovial. A figura 06 expõem o *layout* adotado para o ano de 2024.

Figura 6 – Etapas do plano de Ação da Juventude

Um plano de ação geralmente inclui as seguintes etapas:



Fonte: Minas Gerais, 2024a, p. 6.

A Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí, em conformidade com os documentos recebidos anualmente, dedicou-se, ao enviar as orientações para as escolas, a enviar cópia para os representantes estudantis com *e-mails* ativos. Atualmente, em decorrência do desuso dos *e-mails*, a Coordenação menciona os estudantes no corpo do texto. Sempre iniciando assim: *Prezados (as) Diretores (as), Especialistas e Estudantes...* O objetivo da CTETC e SRE de Araçuaí é que os estudantes possam ter acesso ao material destinado a eles.

Esta seção tratou de apresentar o processo das eleições de representantes de turma com algumas formas monitoramento da ação. A seguir, serão apresentadas outras formas específicas de monitoramento das ações da Juventude.

2.4.1.3 Monitoramento das ações.

A respeito do monitoramento, esta seção se atém a evidenciar elementos no que tange ao desenvolvimento do protagonismo juvenil nas escolas da SRE de Araçuaí.

Em monitoramento da SEE/MG, datado de 19 de julho de 2022, via Formulário *Google* pela SEE/MG, 66 escolas responderam ter realizado eleições para representantes de turma, contudo em visitas presenciais, foi constatado em uma determinada escola, que houve apenas a eleição e registro desta no formulário, sem, no entanto, acontecer na prática, a elaboração e execução do plano de ação como orientado pela SEE/MG. Neste registro preliminar, datado de novembro de 2022, uma escola registrou ter realizado eleição de representantes de turma, como de fato realizou. Mas não deu continuidade ao processo orientado pela SEE/MG, como as reuniões periódicas dos jovens, discussão, elaboração e execução ao longo do ano letivo e um plano de ação.

Foi percebido, entretanto, que embora os alunos não tenham elaborado e executado um plano de ação conforme modelo enviado pela SRE de Araçuaí, estes se envolveram em ações de interesse como relatado em visita à escola. Ao reunir com os alunos, eles informaram à Coordenadora da Juventude que, apesar de não terem elaborado e executado um plano, ou mesmo recebido as informações da Regional, na íntegra, organizaram um grande evento de *Halloween*, que era vontade deles e a escola permitiu essa organização. Essas informações constam descritas no Relatório de Visita Pedagógica e arquivado na SRE.

No monitoramento de 19 de julho de 2022, foi verificado que 66 escolas responderam ter formado o Conselho de Representantes de Turmas, responsável por conduzir o processo de eleição e realização do plano de ação da Juventude dentro de sua escola. Acredita-se que a SEE/MG tenha enviado *e-mail* para o universo das 87 escolas, visto que 12 escolas que não eram público direto, responderam ao questionamento. Das 66 respostas, 12 escolas, embora não fossem público direto, responderam ter realizado o processo como sugerido para o segmento pela SEE/MG. Sendo assim, 54 escolas público da Juventude em 2022 responderam terem realizado as Eleições para Representantes de Turma e criado os Conselhos. O total de oito escolas público das ações da Juventude não responderam à SEE/MG.

Diante do exposto, é sabido que uma das 54 escolas que responderam ter realizado o processo de eleição e realização do plano de ação da Juventude não o realizou fielmente, como consta em registro no Relatório de Visita em arquivo na SRE. Informação que não seria possível obter pelo formulário da SEE/MG, como

não o foi. Essa informação só foi possível em visita presencial à escola. Outra situação que o monitoramento via formulário não apontou é a de que outra forma se deu o protagonismo na escola e que extrapolava as orientações emanadas da SEE/MG. Em face da ausência de um monitoramento sistemático e específico da Juventude em cada uma das escolas da Regional, não se pode dizer ainda sobre como ocorreu o processo de eleição e realização do plano de ação nas outras 53 escolas que responderam ao formulário. Além disso, também não se pode dizer sobre as oito escolas que não responderam ao formulário.

Em devolutiva, via *e-mail*, datado de 28 de novembro de 2022, com relação à execução do Plano de Ação da juventude, o formulário respondido pelas escolas apontou que, de 51 escolas que responderam ao formulário, 05 responderam não terem executado o plano de ação e 46 escolas responderam que executaram o plano de ação da juventude em suas escolas. Deste universo, 09 não eram escolas público direto das demandas. Considerando a quantidade atual de 62 escolas público direto da demanda da Juventude, 20 escolas não responderam ao formulário.

Deste modo, embora um número expressivo, do conjunto de escolas que preencheram o formulário, tenha respondido ter executado o plano de ação da juventude, um universo de 20 escolas não deu retorno ao formulário de monitoramento. Além do monitoramento via formulários estabelecido pela SEE/MG, a SRE de Araçuaí realiza monitoramento próprio via *e-mail*, chamadas telefônicas, mensagens de *WhatsApp* e visitas presenciais, muitas delas com escuta aos alunos, dentro da possibilidade.

O que se observa é que as orientações para o protagonismo juvenil se restringem a um documento orientador atualizado anualmente, no qual se estabelece a condução das ações, muitas delas em caráter sugestivo para as SRE/MG, como de que forma estabelecer diálogo ou incentivar a execução dos planos. Mas sem uma sistematização obrigatória e prática de trabalho junto às escolas. Não há, também, nenhum outro meio de registro das ações das escolas, além dos formulários disponibilizados para preenchimento pela SEE/MG ou envio de Portfólios ao final do ano. Cada SRE “*pode*” formular propostas para tal. Não há cronograma de encontros com a Juventude, mas cada SRE “*pode*” realizar encontros se assim desejar.

Diante da realidade apresentada, é que se propõe a refletir sobre de que forma a SRE de Araçuaí pode atuar para fortalecer estratégias de protagonismo juvenil nas escolas sob sua jurisdição. É proposto aqui, debruçar sobre essas formas de condução das ações da Juventude, compreender a forma como a política da Juventude está sendo percebida pelos jovens nas escolas e, partindo daí, quem sabe, traçar estratégias de implementação dessa política. É possível vislumbrar uma Equipe da Juventude na Regional de Araçuaí? Um sistema de inserção dos planos de ação e monitoramento desses? É possível um canal de comunicação que seja de fato efetivo junto aos Conselhos de Representantes de turma? São possíveis estratégias diferentes para fazer cumprir com as legislações para a política de Juventude? Essas e outras inquietudes sustentam o traço inicial deste caso.

Este segundo capítulo se ateuve à apresentação do protagonismo juvenil, seu conceito no debate acadêmico, sua vinculação aos ideais neoliberais, além das formas pelas quais aparece nas legislações nacionais e mineiras. Foi contextualizado, também, na prática da SEE/MG e SRE de Araçuaí, bem como os desafios de sua implementação. Ficou evidente que existem fragilidades no desenvolvimento do efetivo protagonismo na Regional. Parte dessas fragilidades constam no Quadro 7 que sintetiza ações da Coordenação da Juventude com resultado das estratégias adotadas.

Quadro 7 – Síntese de algumas ações adotadas pela Coordenação da Juventude

Ações	Formas de Atuação	Estratégia	Resultado
Comunicação	Telefone	Inicialmente, devido à dificuldade de algumas escolas de zona rural, o contato a essas era feito via orelhão da porta da escola.	Nenhuma escola ficava desassistida de orientações emanadas pela SEE/MG para a Juventude.
	<i>E-mail</i>	Utilizado inicialmente o <i>e-mail</i> da analista referência para envio de orientações às escolas. Posteriormente, foi criado <i>e-mail</i> específico da Juventude.	Baixo engajamento das escolas, apesar da insistência; Pouco envolvimento dos servidores da SRE e SEE/MG, pois as demandas continuaram a ser enviadas no <i>e-mail</i> da analista.
	<i>WhatsApp</i>	Foi Criado grupo de <i>WhatsApp</i> pela Coordenação com todas as escolas; posteriormente estimulado que fossem criados apenas entre as escolas.	Muitas demandas; dificuldade da Coordenação em mediar as conversas com grupo de alunos, mantendo o engajamento necessário nas relações com jovens.
	Encontro presencial	Foi realizado encontro com representantes de turma.	Devido à ausência de condições financeiras da Regional, a participação foi baixa, envolvendo apenas 15 alunos.
Eleição de Representantes	Repasse de <i>e-mail</i> às escolas, com documento orientador do Conselho de Representantes de turma da SEE/MG.	Os <i>e-mails</i> são replicados periodicamente, para que as escolas se atentem ao processo e prazos.	As eleições são realizadas nas escolas.
	Acompanhamento do Processo de Eleição via formulários <i>Google</i> da SEE/MG.	Os formulários criados pela SEE/MG são enviados a todas às escolas.	É possível saber o quantitativo de escolas que realizaram as ações.
Monitoramento das ações	Orientação: O monitoramento é realizado em grande parte via formulários <i>Google</i> .	Os formulários criados pela SEE/MG são enviados a todas às escolas.	É possível saber o quantitativo de escolas que realizaram as ações.
	Acompanhamento: Envio de formulário <i>Google</i> em 19.07.2022.	Acompanhamento das escolas que realizam processo de Eleição de Turma.	Das 66 escolas que realizam o preenchimento, nem todas realizaram o processo completo na prática.
	Acompanhamento: Envio de formulário <i>Google</i> em 28.11.2022.	Acompanhamento das escolas que realizam processo de elaboração e execução do Plano de Ação.	Participação insatisfatória; 20 escolas não deram retorno.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Quadro 7 sintetizou os elementos apresentados para fins de monitoramento das ações. Como foi possível constatar, a Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí tem atuado frente às demandas da Juventude com adoção de estratégias que nem sempre surtem o resultado almejado em virtude dos desafios que enfrenta.

O próximo capítulo tem o objetivo de apresentar a proposta metodológica utilizada nesta pesquisa, com levantamento bibliográfico sistematizado, o recorte pensado para a pesquisa, além da apresentação dos instrumentos metodológicos.

3 QUE PROTAGONISMO JUVENIL SE APRESENTA NAS ESCOLAS DA SRE DE ARAÇUAÍ-MG?

No capítulo anterior, buscou-se apresentar o protagonismo juvenil à luz de autores como Souza (2006), Dayrell (2003), Siqueira (2023), dentre outros, trazendo à tona conceitos desde os mais etimológicos àqueles produzidos e ancorados nas ideias neoliberais. Ainda, de que forma ele tem sido incorporado nas legislações nacionais e mineiras e como a SRE de Araçuaí tem fomentado ações de protagonismo juvenil.

Neste capítulo, serão apresentados levantamentos bibliográficos sistematizados com o objetivo de elucidar o protagonismo juvenil a partir de trabalhos que antecederam a realização desta pesquisa. Também será tratado sobre a pesquisa de campo, o recorte da pesquisa, voltado a sete escolas de Ensino Médio Regular da Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí (SRE de Araçuaí), bem como os instrumentos metodológicos utilizados.

O objetivo é compreender que protagonismo juvenil se apresenta nas escolas da SRE de Araçuaí, buscando articular os três segmentos envolvidos: SEE/MG, SRE de Araçuaí e escolas.

Para tanto, este capítulo se divide em duas seções. A primeira seção trata dos instrumentos de pesquisas utilizados, valendo-se de Levantamento Bibliográfico, Análise documental, Entrevista e Grupo Focal. A seguinte analisa os dados gerados a partir das entrevistas e grupos focais realizados.

3.1 METODOLOGIA

Nesta seção é apresentada a metodologia utilizada para este estudo, bem como os instrumentos de coleta de dados da pesquisa. Este trabalho se caracteriza por ser um estudo de caso qualitativo. A temática tem por principal ponto de análise, como já dito, o protagonismo juvenil na Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí.

Segundo Marli André (2013), os estudos de caso na área da educação podem favorecer a compreensão da prática escolar diária. Para ela, os estudos de caso podem ser utilizados com vistas a “descrever e analisar uma unidade social,

considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural” (André, 2013, p. 97). Para a autora,

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados (André, 2013, p. 97).

Deste modo, para a referida autora, o que difere o produto do estudo de caso do de outras pesquisas é que esse “é mais concreto, mais contextualizado e mais voltado para a interpretação do leitor” (André, 2013, p. 97). Como instrumentos de pesquisa, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista e grupo focal.

Com relação à entrevista, André (2013) a cita como uma das principais técnicas utilizadas em estudos de caso qualitativos. “No estudo de caso qualitativo, que objetiva revelar os significados atribuídos pelos participantes ao caso investigado, a entrevista se impõe como uma das vias principais” (André, 2013, p. 100).

Para buscar responder à questão norteadora deste estudo, foram entrevistados Diretores e Especialistas da Educação Básica de sete escolas que contém o segmento de Ensino Médio, além da realização de grupo focal com grupos de alunos selecionados. As escolas foram consideradas por terem o segmento de Ensino Médio, e sendo cada uma delas localizadas em municípios distintos, sendo umas de maior ou menor porte que outras. Deste modo, dado o universo de 87 escolas da Regional, numa extensão de 21 municípios, que essas escolas possam, por meio de suas diversidades culturais, fornecer subsídios para compreensão do mote da pesquisa.

As escolas pensadas para recorte desta pesquisa receberam nomes fictícios para denominá-las²⁴. O Quadro 8 distribui as sete escolas por municípios de abrangência.

²⁴ Optamos por utilizar o nome de escritores brasileiros para anonimizar as escolas. Os municípios também foram anonimizados.

Quadro 8 – Escolas selecionadas para recorte de pesquisa

Município	Nome da Escola	Porte da escola*
Bela Vista	Escola Estadual Conceição Evaristo	Porte III
Canto do Sol	Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade	Porte II
Harmonia	Escola Estadual Manuel Bandeira	Porte III
Luzeiro	Escola Estadual Clarice Lispector	Porte I
Orvalho	Escola Estadual Lima Barreto	Porte I
Porto Feliz	Escola Estadual Lygia Fagundes Teles	Porte I
Verdejante	Escola Estadual Machado de Assis	Porte II

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

* Para esta pesquisa será considerado Porte I escolas com quantitativo de alunos do Ensino Médio na faixa de 50 a 200, Porte II entre 200 e 400 e Porte III acima de 400 alunos.

Em cada uma das escolas do Quadro 8, foram entrevistados Diretores, Especialistas da Educação Básica e a realização de Grupo Focal com estudantes no quantitativo descrito no Quadro 9. A quantidade dos sujeitos foi pensada considerando que, além do Diretor da escola, a figura do Especialista da Educação Básica (EEB) também se faz necessária na investigação, pela proximidade que detém com o fazer pedagógico diário.

Quanto aos estudantes, considerando os anos de escolaridade do Ensino Médio (1º, 2º e 3º), para dar representatividade a todos os anos de escolaridade e à diversidade de gênero, foram pensados para realização de Grupo Focal pelo menos seis estudantes para investigação em cada escola, dois de cada ano de escolaridade, sendo um representante de turma e um não representante.

O Quadro 9 sintetiza os sujeitos pretendidos inicialmente a participarem da pesquisa e a quantidade que efetivamente participou.

Quadro 9 – Quantidade de pessoas pretendidas e quantidade investigada

Sujeitos pretendidos e convidados a participarem	Quantidade	Sujeitos que participaram efetivamente da pesquisa	Quantidade
Diretores	07	Diretores	03
Especialistas da Educação Básica (EEB)	07	Especialistas da Educação Básica (EEB)	06
Estudantes	42*	Estudantes	46
Total	56	Total	55

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

* Para o Grupo Focal, o objetivo foi investigar 06 estudantes por escola, contudo em três das escolas esse número variou, tendo o quantitativo de 5, 8 e 9 participantes.

O período de acontecimento das entrevistas e grupos focais foi de 07/06/2024 a 18/07/2024. Aconteceram nove entrevistas individuais no formato presencial e duas no formato virtual pelo *Google Meet*. Inicialmente não estava prevista entrevista em formato virtual, contudo a julgar por imprevistos no dia presencial, que demandou tempo dos envolvidos, a pesquisadora sugeriu encontro virtual.

No mesmo período foi realizado grupo focal nas escolas. A dinâmica estabelecida foi a de que ao chegar na escola e como primeira atividade realizar o Grupo Focal com os alunos e depois as duas entrevistas, com o Diretor e o Especialista. Os roteiros para realização das entrevistas e grupos focais constam nos apêndices E e F, respectivamente.

Considerando a quantidade de sujeitos e o trajeto até às escolas, por vezes distantes da sede, visto que foi intenção que fossem representados pontos territoriais distintos, foi necessário planejamento prévio considerando:

1 – Observância do município de destino: distância da cidade de origem da pesquisadora; definição do meio de transporte, observando o tempo de viagem para carro e horários de ônibus; hotéis para os municípios distantes com necessidade de pernoite.

2 – Organização do material em envelopes por escola a ser utilizado em campo, contendo: a) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE²⁵) b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Responsáveis

²⁵ Os termos mencionados serão esclarecidos ainda nesta seção.

(TCLE/RESPONSÁVEIS) c) Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) d) bombons com cartão de agradecimento²⁶.

3 – Contato telefônico prévio com Diretores e Especialistas e envio de *e-mail* oficializando o contato e emitindo orientações para o dia da visita em campo.

Todo o planejamento realizado foi fundamental para minimizar possíveis erros ou dúvidas. Pois, uma vez estando na escola, cada minuto seria precioso e deveria ser aproveitado da melhor maneira.

Salienta-se que as entrevistas com Diretores e Especialistas foram individuais e realizadas após autorização via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esta pesquisa cumpriu o constante na Resolução nº 466 de 2012 no que tange, dentre outros, à observância do engajamento ético, o respeito pela dignidade humana dos participantes, bem como a garantia do sigilo de todos os envolvidos na pesquisa. Deste modo, para elaboração prévia do TCLE tomou-se cuidado em respeitar o que se apresenta na legislação que o regulamenta:

a) justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com o detalhamento dos métodos a serem utilizados, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou experimental, quando aplicável; b) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa; c) esclarecimento sobre a forma de acompanhamento e assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios e acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ ou a interrupção da pesquisa; d) garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; e) garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases da pesquisa; f) garantia de que o participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; g) explicitação da garantia de ressarcimento e como serão cobertas as despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes; e h) explicitação da garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Brasil, 2012, recurso *online*).

²⁶ Os bombons foram organizados e entregues apenas durante o Grupo Focal. Um modo, entendido pela pesquisadora, como meio de “quebrar o gelo”.

A mesma Resolução embasa o TCLE, que foi assinado pelos responsáveis dos menores participantes do Grupo Focal. Este termo foi enviado com antecedência à visita em campo, para que houvesse tempo suficiente para assinatura dos pais/responsáveis. Para o grupo focal, além dos termos assinados pelos pais/responsáveis, os estudantes assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), que será tratado em seção específica²⁷.

Embora uma parte muito esperada da pesquisa em campo seja visualizar os dados coletados, perceber contrastes, se alegrar com o inesperado, confirmar uma hipótese inicial, não se pode perder de vista os outros instrumentos que sustentam a pesquisa. Dito isso, pretende-se, antes de adentrar na explanação da entrevista e grupo focal, discorrer sobre dois instrumentos de igual relevância: a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

3.1.1 Levantamento e pesquisa bibliográfica

O objetivo desta seção é apresentar os levantamentos bibliográficos realizados após consulta ao banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como filtro a educação como área de concentração e avaliação, e consulta no portal de *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) de revistas de educação. Para todas as consultas foi aplicado filtro de áreas e palavras, como educação, protagonismo, juventude e outras que possam contribuir para focalizar o trabalho.

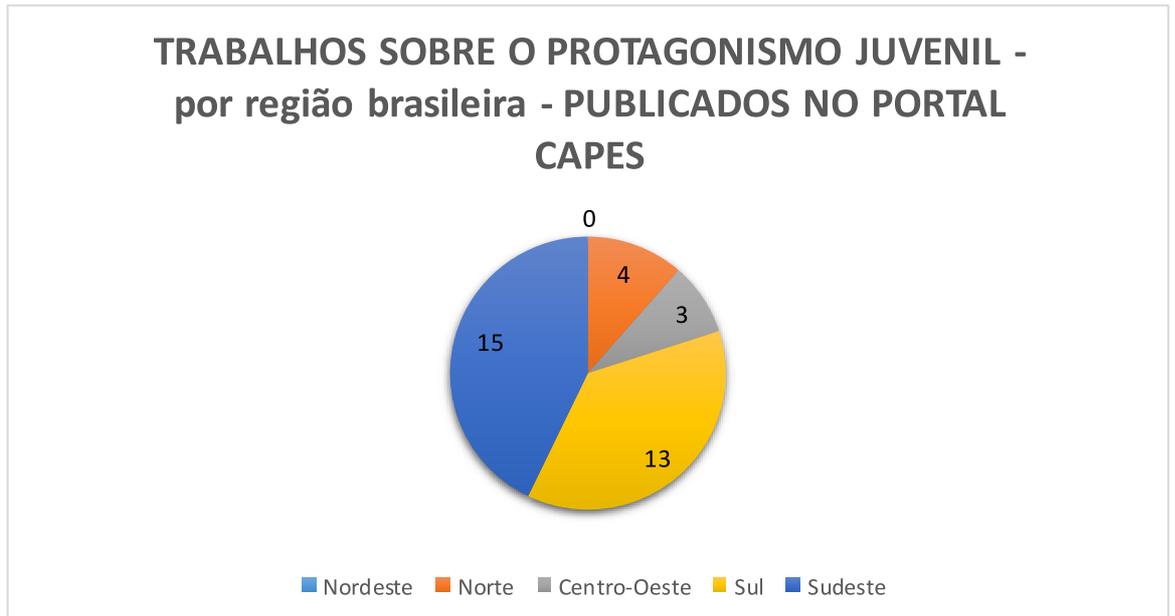
Inicialmente, foi realizada pesquisa bibliográfica no portal CAPES. O termo base utilizado como parâmetro para pesquisa foi “PROTAGONISMO JUVENIL”. Foi obtido o resultado de 465 trabalhos publicados no portal. Destes, aplicou-se o filtro em Educação para área de conhecimento, área de avaliação e área de concentração. Com o refinamento dos dados, o novo resultado foi de 35 trabalhos que constam detalhados no Apêndice B.

Importante salientar que, como demonstra o Apêndice B, a maior parte das produções na área do protagonismo juvenil se concentra nas regiões sul e sudeste do país. Essa informação também pode ser confirmada pelo Gráfico 1, elaborado

²⁷ Todos os termos TCLE e TALE utilizados e assinados na pesquisa de campo encontram-se arquivados em posse da pesquisadora.

com base no material do Apêndice B. Considerando a importância do tema para a área educacional, há uma carência de produções acadêmicas a esse respeito.

Gráfico 1 – Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal CAPES – por região brasileira



Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado de pesquisa bibliográfica (2023).

A julgar pela área de maior concentração dos trabalhos, ainda assim é incipiente o número de pesquisas no estado de Minas Gerais, como demonstra o Gráfico 2 desta pesquisa. Foram encontrados três estudos realizados em Minas, sendo dois com objetivos que se aproximam deste caso de gestão. O primeiro foi a dissertação intitulada “Olhares juvenis para as escolas – gaiolas ou asas? Um estudo em Uberaba MG” de Mônica Izilda da Silva, que teve por objetivo investigar os significados que são atribuídos pelo jovem estudante de Ensino Médio às escolas da rede pública estadual de Uberaba-MG. Segundo Mônica Silva (2019), sua pesquisa busca “compreender como se dá a relação dos Jovens com as escolas”, e como benefício “contribuir com o protagonismo juvenil e o Ensino Médio” (Silva, 2019, p. 26).

O segundo trabalho que se destaca é também do município de Uberaba. Trata de uma dissertação de Alexandre Barbosa Petermann sob título “As contribuições de uma escola estadual de Uberaba/MG para a formação política de

jovens”. Em sua pesquisa, Petermann (2022) apresenta uma discussão em torno dos conceitos de protagonismo juvenil. Em uma das passagens, explicita que:

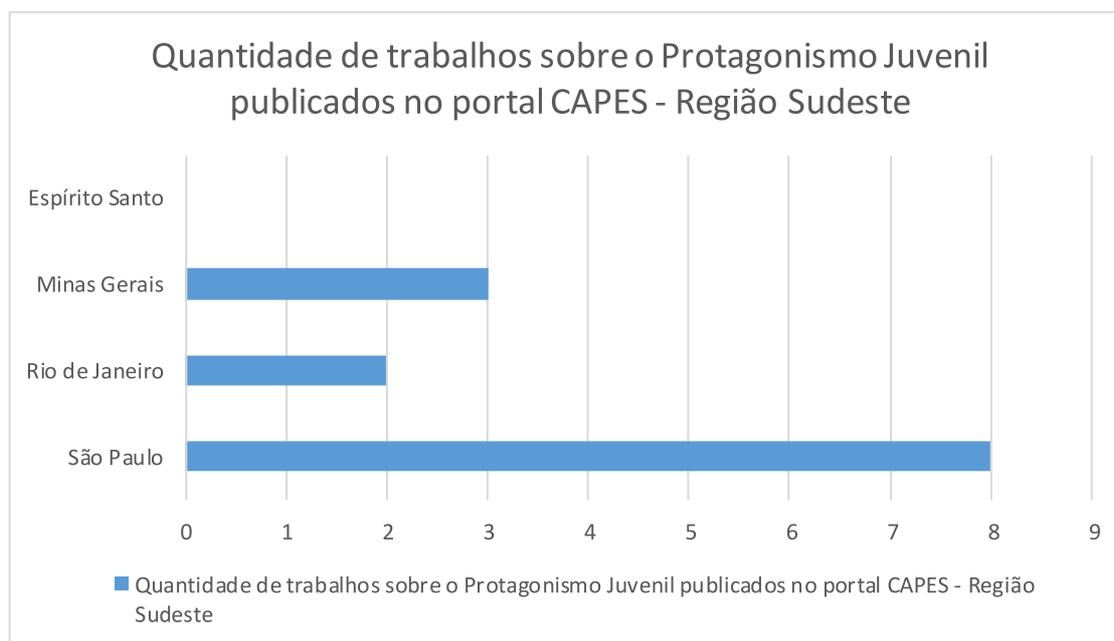
Mesmo o protagonismo juvenil apresentando-se com diversas interpretações, trata-se de uma construção de ideia mais relevante e alinhada à contemporaneidade, que demonstra tal protagonismo como uma prática social, capaz de desencadear processos de um sentimento de empoderamento dos jovens e de participação ativa na sociedade (Petermann, 2022, p. 77).

O protagonismo juvenil apresentado por Petermann (2022), embora com foco na formação política de jovens, muito se aproxima daquele que se apresenta neste estudo de caso. O referido autor confirma que no contexto educacional, “o jovem para se tornar um protagonista deve agir de forma a desenvolver seu repertório interativo” (Petermann, 2022, p. 79) com vistas a encontrar soluções para sua realidade. Tais discussões contribuem para ampliar o repertório bibliográfico desta pesquisa.

O levantamento bibliográfico realizado no portal CAPES apontou pesquisas com menor foco na discussão do protagonismo juvenil na área educacional. Contudo, ainda assim constam listadas no referido apêndice, por envolver o termo de alguma forma. O terceiro trabalho listado no Estado de Minas faz parte deste rol de pesquisas. Intitulada “A formação para o mercado de trabalho: a Guarda Mirim de Montes Claros – MG (1992 - 2018)”, objetiva discursar especificamente sobre o trabalho da Associação por meio de ações para a aprendizagem profissional dos jovens, analisando o papel desta e sua constituição frente à reprodução das relações sociais de trabalho e hierarquia.

O Gráfico 2 elucida os trabalhos encontrados na região sudeste por estados de produção. Como se pode ver, não foi encontrado nenhum trabalho no Estado do Espírito Santo, e o destaque para maior quantidade de trabalhos publicados é dado ao Estado de São Paulo.

Gráfico 2 – Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal CAPES – Região Sudeste



Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado de pesquisa bibliográfica (2023).

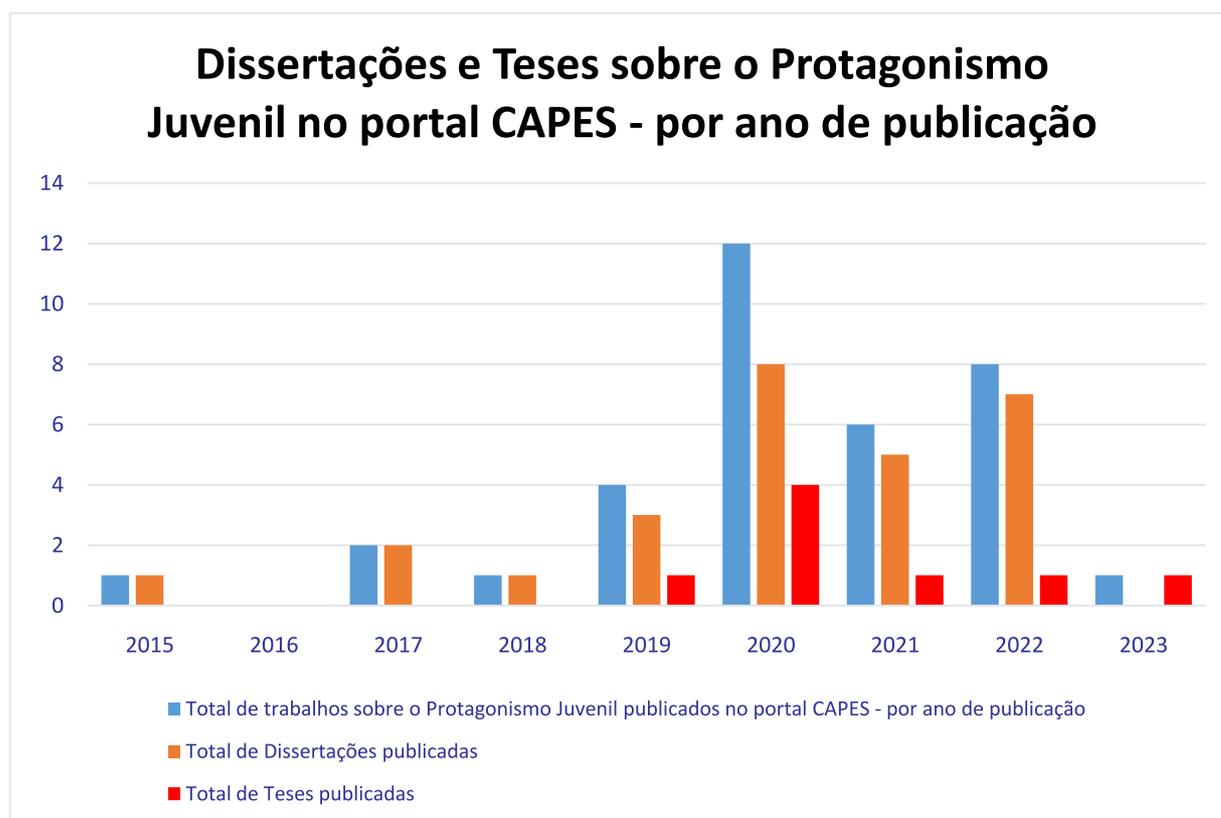
Duas outras pesquisas merecem destaque para este estudo. A primeira do estado de São Paulo, que trata de uma dissertação sob título “Protagonismo Juvenil e as perspectivas do Grêmio Estudantil nas escolas estaduais paulistas”. De autoria de Ricardo Gavioli de Oliveira, a pesquisa objetivou investigar, a partir da perspectiva de alunos e gestores, as ações de normatização desenvolvidas pela Diretoria de Ensino da região de São Carlos no período de 2013 a 2015. Embora o autor possua outros trabalhos publicados, como artigos em revistas sobre a mesma temática, esta dissertação que apresenta resumo no portal CAPES não possui autorização de divulgação do seu texto completo, e por isso não foi possível conhecer o trabalho na íntegra.

A dissertação de Luciane de Souza Menezes, realizada no estado do Rio de Janeiro, foi intitulada “Grêmio estudantil: quais sentidos na atualidade?” e buscou investigar possíveis respostas para os sentidos que pode assumir o grêmio estudantil diante das diversas formas de movimentos juvenis que estão emergindo na atualidade. Menezes (2020) realiza críticas ao protagonismo proferidas por uma lógica neoliberal, muito semelhante a que se realiza neste estudo de caso. Sugere que algumas orientações veiculadas pela Secretaria de Estado de Educação do Rio

de Janeiro (SEEDUC/RJ) atendem a “uma perspectiva neoliberal do protagonismo juvenil” (Menezes, 2020, p. 81).

Embora haja relevância em analisar os trabalhos publicados no Portal CAPES pela região de publicação, e deste modo detectar carência de produções, como verificada no Estado do Espírito Santo, também é importante construir uma linha do tempo dessas produções e analisar em quais momentos elas despontaram ou se mantiveram insuficientes. Este é o objetivo do Gráfico 3, que consolida as pesquisas por ano de publicação. No referido gráfico, além de possibilitar a visualização dos anos de maior publicação, também é possível perceber que tipo de trabalho foi produzido naquele ano, dissertação ou tese.

Gráfico 3 – Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal CAPES – por ano de publicação



Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado de pesquisa bibliográfica (2023).

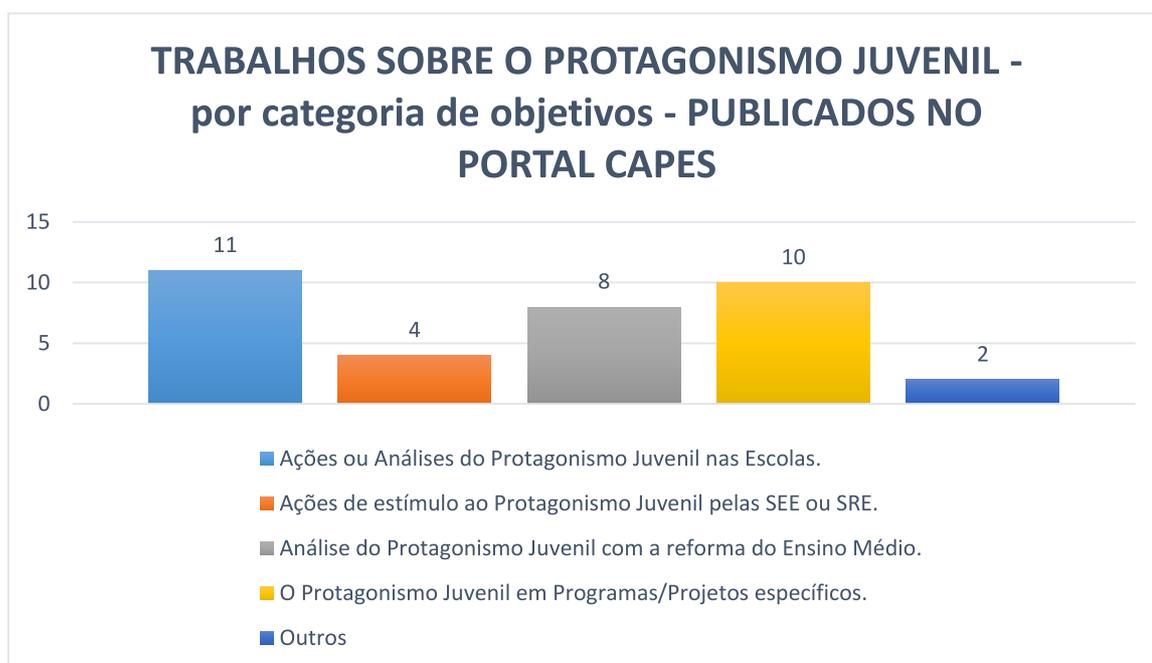
O Gráfico 3 demonstra que, do total de trabalhos publicados, o número de dissertações é maior em todos os períodos, quando não detém a exclusividade. Demonstra também, que no período de 2020 a 2022 há um maior número de

produções. Um dado curioso, a considerar o período pandêmico da COVID-19 vivido pelas instituições, com retorno gradual às atividades escolares presenciais no final do ano de 2021. Seria possível imaginar que os olhares sobre o protagonismo juvenil tenham se elevado, em detrimento da situação de isolamento vivida? Ou, que a implementação da Reforma do Ensino Médio possa ter fomentado maior discussão acadêmica sobre o tema?

Essa pesquisa não traz resposta a essas questões. Mas oportunamente, pretende-se ao longo do estudo apresentar modos pelos quais a juventude tem se destacado, e em quais períodos esse destaque tem sido mais evidente.

O Gráfico 4 foi elaborado com o objetivo de distribuir os trabalhos por “categoria de objetivos”. Desta forma, foi possível identificar produções que se aproximam em seus objetivos. Pois, como foi possível notar, mesmo a pesquisa sendo feita pelo termo “protagonismo juvenil”, nem todos os trabalhos se aproximam do tema desta dissertação.

Gráfico 4 – Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal CAPES – por categoria de objetivos



Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado de pesquisa bibliográfica (2023).

Pelo gráfico, as produções no portal CAPES foram distribuídas em cinco categorias: Ações ou Análises do Protagonismo Juvenil nas Escolas (para pesquisas

voltadas especificamente ao contexto escolar); Ações de estímulo ao Protagonismo Juvenil pelas SEE ou SRE (para pesquisas realizadas no âmbito de Secretarias Estaduais de Educação ou Regionais de Ensino); Análise do Protagonismo Juvenil com a Reforma do Ensino Médio (para pesquisas cujo protagonismo está vinculado com a Reforma do Ensino Médio); O Protagonismo Juvenil em Programas/Projetos específicos (para pesquisas no âmbito de programas específicos) e Outros (pesquisas com temas ou objetivos não contemplados nas outras categorias).

O Gráfico 4 evidencia maior quantidade de publicações na categoria de Ações ou Análises do Protagonismo Juvenil nas Escolas. Dado que é favorável a este estudo de caso, visto que a pesquisa de campo também envolve atores do contexto escolar. Contudo, os trabalhos de estímulo ao protagonismo por SEE²⁸ ou SRE se detiveram em quatro pesquisas do total obtido. Percebe-se que ainda são insuficientes as pesquisas voltadas ao Protagonismo no âmbito de SEE ou SRE, que também é foco desta dissertação.

Outro levantamento bibliográfico foi realizado no portal SCIELO e utilizou-se do termo “Protagonismo Juvenil”, como no levantamento anterior. O resultado imediato foi de 23 trabalhos publicados. Levando em consideração o número reduzido de trabalhos, não houve aplicação de filtros. O Apêndice C apresenta todos os trabalhos obtidos na busca SCIELO.

O Apêndice C apresenta 23 trabalhos existentes a respeito do protagonismo juvenil no portal de busca da SCIELO. Do total, 14 destes estão concentrados na região sudeste do país. Importante salientar, que, uma vez não tendo sido aplicados filtros, pela pouca quantidade de trabalhos, muitos não se aproximam com o objetivo deste trabalho, como é o caso das três publicações em língua espanhola e as duas do Distrito Federal.

Deste modo, o Apêndice D reduz o levantamento bibliográfico para pesquisas que mais contribuem como referencial a este estudo de caso. O Apêndice D confere a este estudo de caso mais adaptabilidade, ao passo que apresenta trabalhos subjacentes ao tema proposto. Os autores das produções convergem em maior

²⁸ Esclarecemos que o termo SEE é utilizado neste texto para se referir a qualquer Secretaria de Estado de Educação do país, de modo amplo. Do mesmo modo, SRE se refere amplamente às Superintendências Regionais de Ensino. Para a Secretaria Estadual de Minas Gerais o termo utilizado é SEE/MG e a Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí é SRE de Araçuaí.

sintonia com respeito à discussão em torno do protagonismo juvenil e também em torno das dificuldades de sua efetivação.

O trabalho de Rafael Silva (2023), intitulado “A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular”, dialoga com as reflexões de Ferreti, Zibas e Tartuce (2004). Estes últimos, ao escreverem sobre o protagonismo juvenil articulado à reforma do Ensino Médio, se consolidam como referências teóricas ao primeiro autor, que assim os cita:

Todavia, conforme assinalaram Ferretti, Zibas e Tartuce (2004), no final da década de 1990, por meio de um conjunto de políticas públicas e de documentos oficiais, o Estado brasileiro passa a se preocupar com a participação dos jovens na escola e na sociedade (Silva, 2023, p. 10).

Ambos deixam de soar, em seus trabalhos, preocupações com relação ao interesse, no âmbito das reformas educacionais emergentes, em torno da participação da juventude. Uma das preocupações diz respeito a um certo ajustamento dessa juventude. Como já citado neste estudo de caso, é preciso refletir sobre até que ponto o discurso da juventude tem sido um discurso de adultos para a juventude, cabendo a esta “se ajustar às perspectivas do paradigma pós-fordista de produção e da nomeada ‘cultura pós-moderna’” (Ferreti; Zibas; Tartuce, 2004 *apud* Silva, 2023, p. 10).

Em estudo posterior, Zibas, Ferreti e Tartuce (2006) empreenderam esforços para compreender, justamente, de que forma as escolas interagem com as diretrizes oficiais propostas à participação dos alunos. As investidas desses autores se deram em torno do protagonismo juvenil no âmbito da reforma do ensino médio, e eles explicam que ainda há confusão de conceitos quando as reformas chegam no chão das escolas. Para os referidos autores, “agentes escolares têm ainda pouco conhecimento sobre as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares” (Zibas, Ferreti; Tartuce, 2006, p. 55). Ainda concluem que quando se fala de protagonismo, neste contexto, “evoca-se quase sempre, nas escolas, a necessidade da formulação de ‘projetos’” (Zibas, Ferreti; Tartuce, 2006, p. 56).

Não que associar o protagonismo à implementação de projetos seja algo ruim, contudo, o protagonismo juvenil não se dá apenas nestes moldes. Segundo Cynthia Boghossian e Maria Cecília Minayo (2009), no estudo “Revisão Sistemática

Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos”, muitas políticas públicas de juventude “buscam maior efetividade preconizando para isso a participação dos jovens nos projetos e programas sociais que vão sendo desenhados” (Boghossian; Minayo, 2009, p. 412-413).

O trabalho “Vivências de Protagonismo Socioambiental por Jovens: Implicações na Constituição do Sujeito Ético-Político” de autoria de Silva, Neves, Callegare, Higuchi e Pereira (2018) é resultante do levantamento bibliográfico. O estudo aborda as formas de protagonismo juvenil de jovens atuantes em um determinado coletivo socioambiental. Embora a temática não seja exatamente de práticas escolares, articula conceitos importantes neste estudo de caso. Segundo Silva *et al* (2018):

Para esses jovens o protagonismo surge como produto e produtor de novas relações consigo e com os outros seja por meio de transformação pessoal, pela promoção de autonomia coletiva, pela possibilidade de organização sociopolítica e pela ampliação do compromisso coletivo e de compromisso político (Silva *et al*, 2018, p. 622).

Estes últimos autores comungam das ideias de Dayrell (2003) já apresentadas neste estudo de caso. Ideias que identificam o jovem como sujeito social que se constrói nas relações que produzem.

O total dos trabalhos publicados no portal SCIELO estão identificados no Gráfico 5, distribuídos por região brasileira. Semelhante ao resultado obtido no Portal CAPES, as produções se concentram em maior quantidade na região Sudeste.

Gráfico 5 – Trabalhos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal SCIELO
– por região brasileira

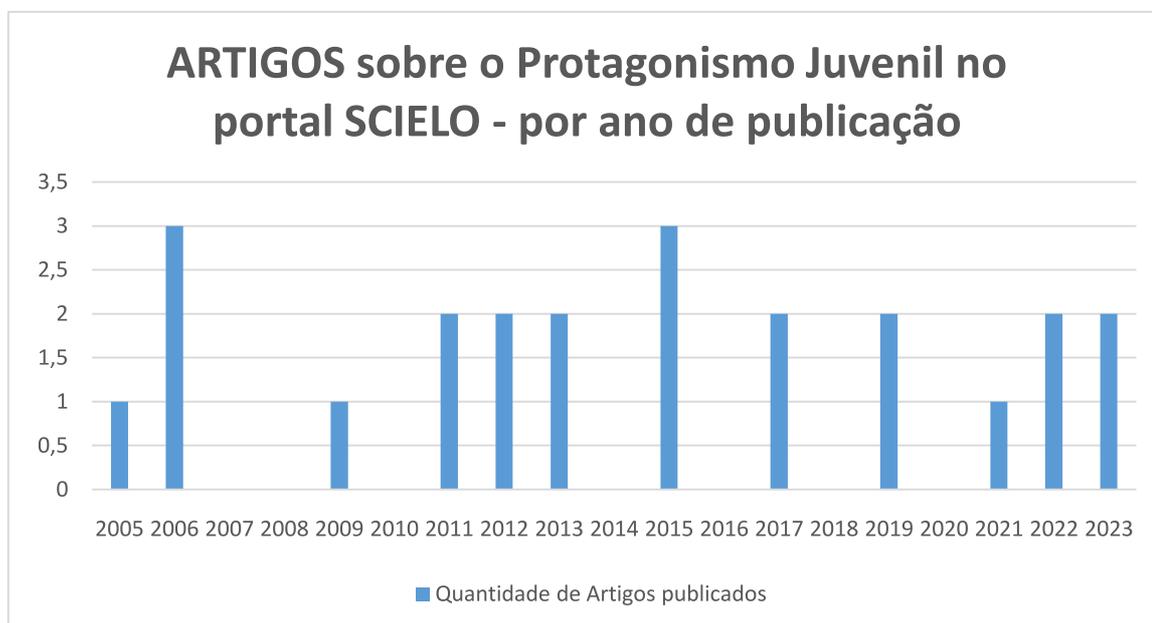


Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado de pesquisa bibliográfica (2023).

O Gráfico 5 apresenta menor quantidade de produções de artigos em comparação ao levantamento no portal CAPES, que apresentou maior quantidade de produções de dissertações e teses. No entanto, denota maior distribuição pelas regiões brasileiras. A região nordeste, que não apresentou publicação no portal CAPES, apresentou na publicação de artigos no portal SCIELO, de acordo com as palavras-chave utilizadas para a pesquisa.

Fazendo a distribuição dos artigos publicados no Portal SCIELO, também se percebe um alargamento do período, como demonstra o Gráfico 6. Os anos de publicação de trabalhos vão de 2005 a 2023.

Gráfico 6 – Artigos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal SCIELO – por ano de publicação



Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado de pesquisa bibliográfica (2023).

O Gráfico 6 demonstra que os anos de 2006 e 2015 detiveram os maiores números de artigos publicados, total de três artigos. Demonstra também que houve constância no número de artigos publicados nos anos de 2005, 2009 e 2021, total de um artigo publicado em cada ano. Houve constância, também, nos anos de 2011 a 2013, 2017, 2019, 2022 e 2022, total de dois artigos publicados. Nos outros anos não houve publicação de artigo no Portal SCIELO.

O Gráfico 07 apresenta os artigos do Portal SCIELO distribuídos por categoria de objetivos. Seguiram-se os mesmos parâmetros utilizados no gráfico elaborado para as pesquisas do Portal CAPES.

Gráfico 7 – Artigos sobre o Protagonismo Juvenil no Portal SCIELO – por categoria de objetivos



Fonte: Elaborado pela autora com base no resultado de pesquisa bibliográfica (2023).

Pelo Gráfico 7, foi possível constatar que há maior número de artigos publicados com foco em programas ou projetos específicos, que não o protagonismo no contexto escolar e que, se em teses e dissertações havia número reduzido de publicação com ações de estímulo ao protagonismo juvenil por SEE ou SRE, o número de artigos publicados para esta última categoria é zero. Este número torna este estudo de caso relevante, para compor mais trabalhos numa área deficiente de publicações.

Esta seção tratou de apresentar os resultados de duas pesquisas bibliográficas realizadas, uma no Portal Capes e outra no Portal SCIELO. O objetivo foi apresentar os trabalhos publicados sobre o protagonismo juvenil na área educacional, analisar semelhanças e diferenças de conteúdos, bem como analisar possíveis áreas deficientes de publicação, além de compor referencial bibliográfico para este estudo. Os gráficos elaborados constituem ferramentas como meio de consolidar tais análises. A próxima seção retrata os documentos e legislações pertinentes a esta pesquisa.

3.1.2 Análise documental

A análise documental é um dos instrumentos de coleta de dados para a realização de um estudo de caso. Por meio dela, se torna possível pesquisar diferentes documentos por fontes diversas. Trata de um “instrumento de compreensão detalhada” que tem por “preocupação buscar informações concretas nos diversos documentos selecionados como corpus da pesquisa” (Júnior *et al*, 2021, p. 37). O Quadro 10 elenca documentos analisados durante a pesquisa.

Quadro 10 - Lista de documentos e legislações analisados

(continua)

Documentos analisados	Legislações analisadas
Consolidado das Análises dos Registros das ações do Movimento VEM – 2015, 2016 e 2017	Lei nº 7398 de 4 de novembro de 1985 – Lei do Grêmio Livre
Ofício 37/2017 - Ações de Fomento à Participação Estudantil nas Escolas; Ofício 128/2017 – Ações de Fomento à Participação estudantil nas escolas	Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)
Ofício 61/2017 – Seminário Observatório da Juventude	Lei 8.069 no ano de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente
Logotipo da Juventude da SRE Araçuaí – 2017	Lei nº 12084 de 12 de janeiro de 1996 – Assegura a livre organização estudantil
Mensagem de incentivo aos alunos via <i>e-mail</i> Juventude (24,07,2017, 14/09/2017, 15/09/2017, 10/10/2017, 25/10/2017, 07/11/2017).	Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Relatório com dados de todos os contatos cadastrados no grupo de <i>WhatsApp</i> de representantes de turma – 2017	Lei nº 13410 de 21 de novembro de 1999, altera a lei 12084 e assegura a participação estudantil
Relatório consolidado dos <i>e-mails</i> criados para dupla de representantes de cada escola – 2018	Projeto de Lei 4.530 de 2004 – Aprova o Plano Nacional de Juventude
Ofício 14/2018 – Programa Convivência Democrática	Lei 18136/2009 - Institui a Política Estadual de Juventude

Quadro 10 - Lista de documentos e legislações analisados

(conclusão)

Documentos analisados	Legislações analisadas
Ofício 24/2018 – Orientação Eleição de Representantes de Turma	Resolução nº 3, DE 21 de novembro de 2018 – Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
Ata nº 30/2018 sobre divulgação do Parlamento Jovem Brasileiro	Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018)
Documento de Justificativa de Escola por não realizar inscrição no Parlamento Jovem Brasileiro – 2018	Lei 12.852/2013 – Institui o Estatuto da Juventude
Organograma Geral da SEE/MG e Mapa das Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais	Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014 – Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE
Lista de Presença – Encontro com Juventude pela SRE de Araçuaí 09/08/2019	Lei nº 22.413, de 16 de dezembro de 2016 – Institui a Semana Estadual da Juventude
Documento de apresentação de <i>Power Point</i> emitido pela SEE/MG em 2021 aos Coordenadores da Juventude – via <i>e-mail</i>	Lei 13.415/2017 – Novo Ensino Médio
Relatório de Visita Pedagógica (21/03/17, 10/05/17, 01/08/22, 31/07/18, 09/09/22, 08/11/22)	Resolução SEE/MG nº 3.685, de 29 de Janeiro de 2018 – Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar
Monitoramento SEE/MG – Via <i>Google</i> Formulário 19/07/2022 e 28/11/2022	Resolução nº 4764 de 23 de agosto de 2022 – Dispõe sobre o processo de eleição dos membros do Colegiado, entre outros
Conselho de Representantes de Turma, orientações 2017 a 2024.	Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) para a Educação Básica.
Carta às Escolas – Semana de Acolhimento 2024	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Minas Gerais (1996); Minas Gerais (1999); Minas Gerais (2016a, 2016b, 2016c); Minas Gerais (2017a, 2017b; 2017c; 2017d, 2017e, 2017f, 2017g, 2017h, 2017i, 2017j, 2017k, 2017l); Minas Gerais (2018a, 2018b, 2018c, 2018d); Minas Gerais (2019); Minas Gerais (2020); Minas Gerais (2021); Minas Gerais (2022a, 2022b); Minas Gerais (2023a); (Minas Gerais, 2024a, 2024b), Brasil (1985); Brasil (1988); Brasil (1990); Brasil (1996); Brasil (2004); Minas Gerais (2009); Brasil (2017); Brasil (2018a, 2018b); Brasil, (2013); Brasil (2014); Brasil (2017).

Os documentos e legislações sintetizados no Quadro 10 se encontram referenciados no decorrer desta pesquisa, e buscam elucidar a forma como o protagonismo juvenil tem se pautado nas legislações nacionais e mineiras, além de terem se confirmado em fonte de evidências do protagonismo na SRE de Araçuaí.

Grande parte dos documentos analisados serviram de fonte de comprovação de evidências do protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí. Como é o caso dos Relatórios de Visitas Pedagógicas, Monitoramentos SEE/MG ou Lista de Presença de Encontro. Outros foram analisados no intuito de conhecer as orientações emanadas pela SEE/MG para o cumprimento das demandas para a Juventude, como é o caso dos documentos Conselho de Representantes de Turma, orientações 2017 a 2024.

Por meio das análises, é possível argumentar que as iniciativas legais para a efetivação do protagonismo e participação juvenil vão sendo percebidas, também, nas políticas educacionais. Exemplo disso se visualiza nas orientações para atividades diferenciadas da Juventude com duração de uma semana, após publicação da Lei 22.413/2016, que instituiu a Semana Estadual das Juventudes, a ser comemorada, anualmente, de 12 a 18 de agosto. Os elementos tratados nesta seção contribuem para articular teoria e prática. Dito de outro modo, os documentos estudados serviram de análise e colaboraram para traduzir os dados coletados em campo.

Para a realização das entrevistas, a próxima seção apresenta os sujeitos envolvidos e a forma como elas aconteceram.

3.1.3 Entrevistas

As entrevistas com Diretores e Especialistas da educação ocorreram no período de 07/06/2024 a 18/07/2024, respeitando o planejamento realizado pela pesquisadora como consta no Quadro 11. Este foi elaborado considerando o planejamento anterior ao dia das entrevistas, durante e após a sua realização. Para isso, foi analisado tudo o que seria preciso para o dia da entrevista, as demandas previstas para o dia e as atividades que foram realizadas após sua conclusão.

Quadro 11 – Planejamento das Entrevistas

(continua)

<u>ANTES</u>	<u>DURANTE</u>	<u>DEPOIS</u>
Requerimento de Anuência da SEE/MG para pesquisa de campo.	Solicitação de lugar privado, mais confortável, de livre escolha do participante.	Gravação de áudio salva no dispositivo celular e depois em <i>OneDrive</i> para futura transcrição.
Elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).	Agradecimentos iniciais ao participante, explicação do TCLE e disponibilização para assinatura em duas vias.	Organização do material e conferência das assinaturas dos termos.
Entrevista de teste com Diretor Escolar da rede estadual não participante da pesquisa, escolhido pela pesquisadora.	Explicação ao participante sobre as questões do roteiro, enfatizando o seu anonimato, com o objetivo de deixá-lo o mais confortável possível.	Escuta das gravações e transcrição literal das respostas.
Ajustes do Roteiro de perguntas após considerações da entrevista de teste.	Solicitação para gravação de áudio da entrevista.	Análise das transcrições e escolha de citações a serem utilizadas na pesquisa.
Estudo dos objetivos da pesquisa e do Roteiro de perguntas.	Realização da entrevista; Tempo médio: 60 minutos.	Ao fim de todas as entrevistas, organização do material em envelopes individuais de cada escola.
Elaboração de cronograma das visitas a campo.	Utilização do roteiro como apoio, evitando leitura mecanizada, a fim de manter diálogo próximo e confortável com o participante.	Conferência de todo material: TCLE, roteiros, gravações.

Quadro 11 – Planejamento das Entrevistas

(conclusão)

<u>ANTES</u>	<u>DURANTE</u>	<u>DEPOIS</u>
Contato com Diretor Escolar via <i>WhatsApp</i> informando sobre a pesquisa e a participação de sua escola.	Para os casos de interrupção, postura tranquila da pesquisadora, sem demonstrar pressa ou descontentamento; Indagação se poderiam continuar ou se o participante optaria por outro momento.	
Envio de <i>e-mail</i> oficializando a conversa inicial feita por <i>WhatsApp</i> e envio das orientações seguintes, como possível data da visita.	Para os casos em que foi preciso reagendar a entrevista de modo virtual, foi feito contato prévio com o participante e todos os trâmites como no presencial.	
Contato via <i>WhatsApp</i> na véspera da visita lembrando do encontro.	A plataforma escolhida para entrevistas virtuais foi o <i>Google Meet</i> com duração média de 60 minutos.	
Organização do material a ser levado para escola: roteiros, termos, celular para gravação.	Para entrevistas virtuais o TCLE foi assinado, digitalizado e enviado por <i>e-mail</i> pelo entrevistado.	
	Ao fim de cada entrevista, informação ao participante de que a gravação estava sendo finalizada naquele instante e que seria usada apenas para fins de análise e transcrição, com todo sigilo de dados.	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A definição do público entrevistado levou em conta algumas situações possíveis. A pesquisadora anteviu que, já sendo comum alguns Diretores Escolares não se envolverem diretamente nas ações da Juventude, optando por entrevistar apenas a figura do Diretor da escola poderia incorrer em ausência de informações importantes para a pesquisa. Não por indisposição deste público, mas por falta de envolvimento em demandas que possam ser delegadas mais facilmente a outros membros da equipe.

Como já é comum o responsável pelas ações da Juventude, notadamente do processo de eleição de representantes de turma, ser o Especialista da Educação Básica, definiu-se como público a ser entrevistado um gestor na função de Diretor Escolar e um Especialista da Educação Básica (EEB). Podendo ainda, este último, ser um servidor que lide diretamente com as ações, e não necessariamente o EEB. Ateste que o objetivo se denota colher informações de fontes mais ligadas ao processo.

Foi realizada entrevista semiestruturada com equipe gestora das escolas em conformidade com o Quadro 12.

Quadro 12 – Realização das Entrevistas

(continua)

Data de realização da Entrevista	Escola	Público entrevistado	Observações/Justificativa de Ausência
07/06/2024	EE ²⁹ Manuel Bandeira	EEB	Diretor Escolar não entrevistado envolvido em outras demandas. Aceitou convite para entrevista virtual, mas não acessou a plataforma <i>Google Meet</i> em dia e horários agendados. Justificou novas demandas.
10/06/2024	EE Machado de Assis	Diretor Escolar e EEB	Devido demandas na escola, a entrevista com o EEB foi realizada de forma virtual em 13/06/2024.

²⁹ Sempre que esse texto utilizar a terminologia EE estará se referindo a uma Escola Estadual.

Quadro 12 – Realização das Entrevistas

(conclusão)

Data de realização da Entrevista	Escola	Público entrevistado	Observações/Justificativa de Ausência
14/06/2024	EE Clarice Lispector	Diretor Escolar	EEB justificou alta demanda de serviço. Aceitou realizar de modo virtual, contudo após três tentativas de agenda, a pesquisadora considerou como ausência.
18/06/2024	EE Lygia Fagundes Teles	Diretor Escolar e EEB	
19/06/2024	EE Conceição Evaristo	EEB	Diretora precisou se ausentar para acolher aluno que necessitou de cuidados médicos. Situação atípica na escola necessitou da presença integral do Diretor. Não foi possível agendamento virtual por dificuldades técnicas de acesso do participante.
03/07/2024	EE Carlos Drummond de Andrade	EEB	Diretor não respondeu às tentativas de contato via <i>e-mail</i> e <i>WhatsApp</i> . Em visita presencial, Diretor não atendeu a pesquisadora.
10/07/2024	EE Lima Barreto	EEB	Diretor em período de licença saúde. A entrevista com EEB ocorreu em formato virtual pelo <i>Google Meet</i> .

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Foram entrevistados o total de nove sujeitos, sendo três gestores (na função de Diretor Escolar) e seis EEB's, embora a previsão tenha sido investigar 14 sujeitos, sendo sete diretores e sete EEB's. Nota-se a importância dos EEB's na condução das ações de juventude nas escolas. São profissionais diretamente envolvidos nas ações pedagógicas das instituições escolares e com funções

definidas pela SEE/MG na condução das Eleições de Representantes de Turma em todo processo durante o ano letivo. Inclusive, as escolas podem eleger um Educador Referência para o acompanhamento deste processo ao longo do ano, mas na ausência deste, o EEB é quem assume. De fato, observou-se nas escolas investigadas, que quem fica à frente do processo é o EEB.

Foi pretendido que os profissionais investigados tivessem a oportunidade de responder a perguntas semiestruturadas que traduzissem a forma como as ações da Juventude têm ocorrido em suas escolas, sob as próprias perspectivas.

As questões constantes no Apêndice E são uma adaptação do Roteiro de entrevista coletiva com gestores de Yres Vieira (2023) e compõem o Roteiro para realização das entrevistas.

Antes de se ater à análise dos dados colhidos, faz-se importante distinguir dois tipos de entrevistas comumente utilizadas, as estruturadas e as semiestruturadas. As primeiras são aquelas em que as perguntas em suma maioria são elaboradas com antecedência, diferente das semiestruturadas, onde a entrevista pode acontecer de forma mais livre.

Em outras palavras:

De um modo geral pode-se afirmar que as entrevistas se dividem em: entrevistas estruturadas que são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, e as semiestruturadas que são desenvolvidas de forma mais espontânea (Gil, 2008 *apud* Batista; Matos; Nascimento, 2017, p. 6).

Dito isso, as entrevistas realizadas neste estudo foram as semiestruturadas com perguntas adaptadas do trabalho de Vieira (2023) e Abreu (2017).

3.1.4 Grupo Focal

A seção anterior se ateve ao instrumento de pesquisa que foi utilizado para investigação dos sujeitos gestores das escolas. Esta seção tratará da realização dos grupos focais envolvendo os estudantes dessas instituições. A escolha deste instrumento de pesquisa leva em conta a quantidade de sujeitos investigados, que neste caso foi pensado em seis alunos por escola. Isso, considerando que o recorte figura em sete escolas, abrangendo um total de 42 sujeitos.

Além do quantitativo, deve-se ao fato de considerarem importantes fontes de dados, o diálogo e a interação grupal. Segundo Gatti *apud* Silva, Schwertner e Zanelatto (2019), a prática do grupo focal:

se baseia na realização de entrevistas grupais, mas que se diferencia de uma entrevista coletiva; especialmente, pela necessidade de estímulo do mediador para constância das interações e discussões entre os participantes (Gatti *apud* Silva, Schwertner e Zanelatto, 2019, p. 4).

Cada grupo focal foi convidado a participar por meio de um *e-mail* direcionado à direção escolar, além de ligação telefônica confirmando data e melhor horário. O convite foi escrito considerando seus destinatários, os jovens estudantes do Ensino Médio. Conforme já mencionado anteriormente, a participação dos estudantes foi autorizada mediante TCLE/Responsáveis e TALE/Estudantes. Foram enviados previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as assinaturas dos pais ou responsáveis autorizando a participação dos alunos. O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) foi assinado pelo estudante no dia da visita em campo.

Para o êxito numa pesquisa de campo, torna-se importante considerar além dos instrumentos metodológicos, a legislação que embasa o estudo. Dessa forma os estudantes foram “esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar” (Brasil, 2012, recurso *online*).

Cada grupo focal foi mediado pela autora da pesquisa e teve duração média de 1h30min. O roteiro com as perguntas para este momento consta no Apêndice F deste trabalho. O grupo focal foi gravado para posterior transcrição de dados.

Semelhante às entrevistas, para a realização de cada grupo focal, foi realizado planejamento antes de sua execução, conforme demonstra o Quadro 13.

Quadro 13 – Planejamento do Grupo Focal

(continua)

<u>ANTES</u>	<u>DURANTE</u>	<u>DEPOIS</u>
Requerimento de Anuência da SEE/MG para pesquisa de campo.	Solicitação de lugar privado, mais confortável para conversa com os estudantes.	Gravação de áudio salva no dispositivo celular e depois em <i>OneDrive</i> para futura transcrição.
Elaboração dos Termos: TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser assinado pelos responsáveis e TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido a ser assinado pelos estudantes.	Reunidos os estudantes, e organizadas as cadeiras em círculos, deu-se prioridade em colher as assinaturas do TALE em duas vias e receber o TCLE assinados pelos pais, explicando sobre os objetivos dos termos.	Organização do material, conferência das assinaturas dos termos.
Entrevista de teste com estudante da rede estadual não participante da pesquisa.	Apresentação da pesquisadora, de sua posição enquanto estudante como eles e agradecimentos iniciais pela disposição em colaborar com a pesquisa.	Escuta das gravações e transcrição literal das respostas.
Ajustes do Roteiro de perguntas após considerações da entrevista de teste.	Entrega dos bombons aos alunos, antecipadamente. A intenção foi quebrar o gelo inicial.	Análise das transcrições e escolha de citações a serem utilizadas no texto da pesquisa.
Estudo dos objetivos da pesquisa e do Roteiro de perguntas.	Explicação aos estudantes sobre as questões do roteiro es enfatizando o seu anonimato, com o objetivo de deixá-los bastante confortáveis para o momento.	Ao fim de todos os grupos, organização do material em envelopes individuais de cada escola.

Quadro 13 – Planejamento do Grupo Focal

(continua)

<u>ANTES</u>	<u>DURANTE</u>	<u>DEPOIS</u>
Elaboração de cronograma das visitas a campo.	Solicitação para gravação de áudio do grupo focal.	Conferência de todo material: TCLE, TALE, roteiros, gravações.
Contato com Diretor via <i>WhatsApp</i> informando sobre a pesquisa e a participação de sua escola e que seria enviado <i>e-mail</i> com detalhes sobre a seleção prévia dos estudantes para o grupo focal.	Realização do grupo focal. Tempo médio: 60 minutos.	
Envio de <i>e-mail</i> oficializando a conversa inicial feita por <i>WhatsApp</i> e envio das orientações seguintes, como possível data da visita, as orientações para seleção dos estudantes e o envio do TCLE para assinatura dos responsáveis.	Utilização do roteiro como apoio, evitando leitura mecanizada, a fim de manter diálogo próximo e confortável com os participantes.	
Contato via <i>WhatsApp</i> na véspera da visita lembrando do encontro.	Para os casos de interrupção, postura tranquila da pesquisadora, sem demonstrar pressa ou descontentamento. Para os casos em que gestores ou especialistas demonstraram desejo em participar do grupo, foi explicado sobre a privacidade a ser garantida aos alunos.	

Quadro 13 – Planejamento do Grupo Focal

(conclusão)

<u>ANTES</u>	<u>DURANTE</u>	<u>DEPOIS</u>
Organização do material a ser levado para escola: roteiros, termos, celular para gravação, bombons com cartão de agradecimento.	Para os casos em que o grupo focal extrapolou o tempo pré-definido, os alunos solicitaram por vontade, continuar de modo virtual.	
	A plataforma escolhida para grupo focal virtual foi o Google Meet com duração média de 60 minutos.	
	Ao fim de cada grupo focal, informação aos participantes de que a gravação estava sendo finalizada naquele instante e que seria usada apenas para fins de análise e transcrição, com todo sigilo de dados.	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 13 representou a organização do planejamento a fim de obter êxito na visita presencial em cada escola investigada. Contudo, é sabido que nem sempre a prática seguirá como organizado a priori. Neste caso, torna-se necessário adequações, como se perceberá no Quadro 14 que representa a realização de cada grupo focal.

Quadro 14 – Realização do Grupo Focal

Data de realização do Grupo Focal	Escola	Participantes
07/06/2024	EE Manuel Bandeira	08 estudantes do EM
10/06/2024	EE Machado de Assis	06 estudantes do EM
14/06/2024	EE Clarice Lispector	09 estudantes do EM
18/06/2024	EE Lygia Fagundes Teles	06 estudantes do EM
19/06/2024	EE Conceição Evaristo	06 estudantes do EM
03/07/2024	EE Carlos Drummond de Andrade	05 estudantes do EM
10/07/2024 ³⁰	EE Lima Barreto	06 estudantes do EM

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os estudantes participantes foram os escolhidos pela equipe gestora, tendo sido orientada pela pesquisadora a considerar o quantitativo de dois alunos de 1º ano EM, dois do 2º ano EM e dois do 3º ano EM, variando na medida do possível os perfis quanto ao gênero e cor/raça.

Além das orientações iniciais para escolha dos estudantes, e para garantir o sigilo e confidencialidade de todos os sujeitos envolvidos nas entrevistas e grupo focal, optou-se por utilizar nomes fictícios escolhidos aleatoriamente. Nenhum nome utilizado remete à verdadeira identidade dos sujeitos. Para os estudantes, devido ao maior número de envolvidos e pelo tipo de instrumento utilizado (grupo focal), optou-se por dizer apenas “estudante” junto ao nome da escola.

O Quadro 15 apresenta as denominações escolhidas para cada sujeito da pesquisa.

³⁰ Foi demandado pelos estudantes participantes continuarem diálogo com a pesquisadora a despeito dos temas abordados. Para tanto, o diálogo teve continuidade na data 13/06/2024 via *Google Meet*.

Quadro 15 – Nomes fictícios escolhidos

Escola	Diretor	Especialista	Estudantes
EE Carlos Drummond de Andrade	Não participou	Dulce	Estudante da EE Carlos Drummond de Andrade
EE Clarice Lispector	Éric	Não participou	Estudante da EE Clarice Lispector
EE Conceição Evaristo	Não participou	Zoé	Estudante da EE Conceição Evaristo
EE Lima Barreto	Não participou	Catarina	Estudante da EE Lima Barreto
EE Lygia Fagundes Teles	Cecília	Leonardo	Estudante da EE Lygia Fagundes Teles
EE Machado de Assis	Olga	Paloma	Estudante da EE Machado de Assis
EE Manuel Bandeira	Não participou	Gabriela	Estudante da EE Manuel Bandeira

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os nomes fictícios foram escolhidos de forma atenciosa. Considerou-se, neste estudo, o cuidado necessário para que nenhuma associação seja feita à identidade do sujeito investigado.

O Quadro 16 organiza as questões dos Apêndices E e F, elaboradas enquanto roteiro de entrevista e grupo focal, por categoria de objetivos pretendidos. Com isso espera-se fornecer ao leitor uma síntese dos roteiros em consonância com as abordagens iniciais deste estudo.

Quadro 16³¹ - Objetivos pretendidos com as questões dos Roteiros

Objetivos pretendidos com as questões	Questões utilizadas do roteiro de Entrevista com Gestores e Especialistas	Questões utilizadas do roteiro do Grupo Focal com estudantes
Compreender como os sujeitos percebem o protagonismo juvenil e quais ações com este teor ocorrem na escola.	1, 7, 8	1, 14
Obter informações a respeito do contato existente entre SEE/SRE/ESCOLAS e saber se as escolas conhecem e ou possuem um contato de referência para demandas da Juventude na SEE/MG ou SRE de Araçuaí e ocorreram momentos de formação, seminários ou encontros sobre protagonismo juvenil.	2, 14, 16, 19, 22	2, 4, 12, 13, 18
Identificar se as escolas recebem informações das ações de protagonismo propostas pela CTETC ou SRE de Araçuaí e se as repassam aos estudantes, de que forma e se ocorre implementação e monitoramento.	3, 4, 5, 6, 17, 18, 20	3, 5
Compreender como acontece especificamente o processo de Eleição de Representantes de turmas nas escolas e como os alunos percebem esse processo, se ocorrem reuniões periódicas e elaboração do plano de ação.	13, 15, 21, 23	11, 19, 20, 22
Identificar ações voltadas à participação estudantil que ocorrem na escola, além das orientadas pela SEE/MG e SRE de Araçuaí	12	1
Compreender como se dá a relação entre gestão escolar e estudantes e se há participação dos alunos nos processos decisórios da escola.	9	6, 7, 9, 10, 21
Identificar os espaços de participação da juventude presentes na escola e externos a ela.	10	8, 15, 16

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das ideias de Araújo (2017).

³¹ Esclarecemos ao leitor que a ideia da triangulação, apresentada, parte da dissertação referenciada.

Pelo Quadro 16 é possível observar que as questões elaboradas se articulam com os objetivos centrais da pesquisa e buscam gerar informações que possam dar subsídios para se pensar elementos futuros à elaboração do PAE.

A próxima seção tem por objetivo apresentar e analisar os dados colhidos por via dos instrumentos anteriormente citados.

3.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A seção anterior tratou da metodologia deste estudo. Apresentou os instrumentos de pesquisa utilizados e detalhou o recorte de pesquisa e sujeitos investigados. Esta seção dedica-se à análise dos dados obtidos em campo. Cabe enfatizar que a análise desta seção é sobre os resultados gerados pelos instrumentos de pesquisa destinados à Entrevista e Grupo Focal. Isso, porque análise de dados não se dá de modo inaugural ou prioritariamente ao final da realização de todos os instrumentos. Em todo percurso, desde a descrição do caso de gestão ocorre a análise dos dados, pois

A análise está presente nas várias fases da pesquisa, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados. Desde o início do estudo, no entanto, são usados procedimentos analíticos, quando se procura verificar a pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada e são tomadas decisões sobre áreas a serem mais exploradas, aspectos que merecem mais atenção e outros que podem ser descartados (André, 2013, p.101).

André (2013) confirma a importância do processo de análise dos dados durante toda a pesquisa, mesmo que uma ênfase maior recaia no momento posterior à coleta de dados, propriamente dita.

Para melhor apresentação da análise dos dados, este espaço foi organizado em seções menores. Sendo a primeira delas, a apresentação de como o protagonismo juvenil é compreendido pelos sujeitos investigados.

Neste espaço, valendo-se dos dados obtidos na seção anterior, é feita ligação com o caso de gestão, associando os referenciais teóricos com as evidências e resultados dos instrumentos de pesquisa. A intenção é que a análise

dos dados possa corroborar com a questão norteadora desta pesquisa e possibilitar tecer propostas para o próximo capítulo.

3.2.1 O protagonismo juvenil percebido pelos sujeitos

Esta seção busca fornecer elementos, a partir da análise dos dados, sobre que conceito de protagonismo juvenil foi atribuído pelos sujeitos investigados. Por meio dos dados, pode-se estabelecer relação com ideias já presentes neste texto e refletir sobre aquilo que se mostra pela perspectiva do sujeito, mas que esta pesquisa, porventura, não tenha contemplado.

Ao ser indagado sobre o que é o Protagonismo Juvenil, a diretora da EE Lygia Fagundes esclarece que " [...] é você ser capaz de fazer, ser capaz de resolver. Ver um problema, tentar achar a solução e buscar!" (Cecília, entrevista concedida em 18/06/2024). Resolver um problema, fazer alguma coisa, são discursos que se articulam à análise de Souza (2006), ao passo que apresenta conceitos de protagonismo como atividade/atuação individual capaz de integrar a juventude. Para a autora, é latente que o discurso do protagonismo juvenil, que vai se consolidando amplamente em detrimento de uma juventude pobre e vulnerável que necessita ser integrada para não ser um problema social, adentra às escolas e vai fazendo parte do ideológico dos atores educativos.

Nesse contexto, quando a diretora Cecília define o protagonismo juvenil como a capacidade do jovem de agir e resolver um problema, ela sugere que esse jovem é responsável tanto pelo seu sucesso quanto pelo seu fracasso. Caso ele não seja capaz de agir, encontrar solução para os problemas escolares que o envolvem e limitam sua participação escolar, é responsabilizado por esse insucesso, por assim dizer.

Pensar as responsabilidades dos jovens no contexto do protagonismo, requer compreender que, embora eles possam ser motivados a agir e encontrar soluções, fatores externos, como condições sociais e estruturais, também desempenham um papel significativo. A expectativa de que o jovem resolva todos os problemas pode ser injusta, visto que muitas vezes ele não tem controle sobre as circunstâncias que afetam sua participação escolar. Isso pode levar a um sentimento de culpa ou

fracasso, desviando o foco do suporte que poderia ser oferecido por educadores e pela comunidade. Para Dayrell (2007):

Neste caso, a sociedade joga sobre o jovem a responsabilidade de ser mestre de si mesmo. Mas, no contexto de uma sociedade desigual, além deles se verem privados da materialidade do trabalho, do acesso às condições materiais de viverem a sua condição juvenil, defrontam-se com a desigualdade no acesso aos recursos para a sua subjetivação. A escola, que poderia ser um dos espaços para esse acesso, não o faz. Ao contrário, gera a produção do fracasso escolar e pessoal (Dayrell, 2007, p. 1122-1123).

Outros gestores emitiram opiniões semelhantes sobre a mesma questão. Não foi percebido algum ponto que destoasse além da noção de um jovem atuante, que tem vontade de fazer e realizar planos e ações. A especialista da EE Machado de Assis assim pontuou:

Na minha visão é quando o aluno ou o estudante, tem capacidade de decidir alguma coisa por você mesmo, tomar providências, ele não esperar que as coisas venham prontas [...] correr atrás, como fazer, aquela iniciativa mesmo para fazer alguma coisa e que a gente vê assim muito raro, **quando a gente joga alguma coisa na mão do jovem, eles não querem fazer** (Paloma, entrevista realizada em 13/06/2024).

Para a Especialista Paloma, é raro o jovem querer fazer aquilo que os gestores querem que se faça. Contrariando, na visão da Especialista, o seu entendimento sobre o protagonismo juvenil. Em Souza (2006), cabe indagar se o não querer, por vezes, desse jovem, não se trata efetivamente de protagonismo juvenil, pois, criticamente, na “nova forma” de política, que se estabelece pela integração do jovem que atua individualmente, “[...] não há protesto, mas cooperação, e não há criação, mas criatividade na execução de projetos em busca de soluções para problemas” (Souza, 2006, p. 14).

Deste modo, o protesto do jovem que se recusa a cooperar, a participar, a “fazer” coisas a ele atribuídas não necessariamente seria um indício de uma juventude apática, mas talvez o seu contrário. “O consenso não abre espaço para resistência ou oposição, pois não permite a fala autônoma e transgressora” (Souza, 2006, p. 13). Dito em outras palavras, não fazer aquilo que os adultos querem que seja feito, não necessariamente coloca o jovem numa posição de desinteressado, ou

que não participe. Pode-se refletir neste jovem que recusa, como sendo sua maneira de se rebelar no seu direito de fazê-lo, de contrariar a ordem dada, de dizer que gostaria de participar, mas não nos termos exigidos previamente.

Ainda na EE Machado de Assis, em entrevista com a Diretora Olga, foi possível observar familiaridades na percepção do protagonismo juvenil. Para a Diretora, na sua escola há sempre ações que motivam a participação dos estudantes como protagonistas, responsáveis por suas ações.

Então... Eu entendo que o protagonismo é quando o aluno realmente assume o seu lugar de fala, o seu lugar no sentido de ser o responsável por suas ações, de assumir responsabilidades que cabem à idade dele [...] de colocá-los à frente das coisas (Olga, entrevista realizada em 10/06/2024).

A Diretora esclareceu que muitos jovens não têm maturidade para determinadas ações, escolhas e decisões e por isso enfatizou responsabilidades que caibam à idade deles. Em sua escola, os alunos são motivados a zelarem pela instituição, pela boa conduta com colegas e professores, além de cuidarem das redes sociais da escola com publicação de vídeos educativos. Segundo Olga, há um limite entre aquilo que o aluno quer fazer e aquilo que ele pode fazer. Para ela, “quando você outorga essa autonomia pra esse menino, muitos não vão ter essa maturidade de entender, ele vai entender que ele é o 'rei da cocada' e pode fazer o que ele quiser” (Olga, entrevista realizada em 10/06/2024).

Contudo, quando indagados sobre que tipo de atividades seriam exemplo de protagonismo juvenil, muitas respostas levaram a atividades promovidas pelos professores, de iniciativa dos docentes ou equipe gestora. Nota-se que há em algumas escolas, a exemplo da EE Machado de Assis, a motivação para que os estudantes participem e desenvolvam ações, mesmo que em suma maioria, sejam idealizadas pela equipe escolar.

Tem professores aqui com trabalho excelente nesse sentido de levar esses meninos a acreditarem neles mesmos, de buscar, de se desenvolver... Nós temos aqui um projeto da professora de Sociologia [...] Junto com ela tem o professor de Mundo do Trabalho [...] eles estão desenvolvendo um Projeto [...] **O que eles podem desenvolver aqui dentro da comunidade, mais próximo da realidade deles, para eles não precisarem ir muito longe, estarem saindo...** Então a gente busca pegar de real, **o que eles**

vão conseguir fazer e trazer isso para dentro da escola (Cecília, entrevista realizada em 18/06/2024, grifo nosso).

Quase de modo consensual, os Diretores e Especialistas relataram incentivos à participação juvenil e preocupação com o futuro dos jovens. A fala acima da Diretora Cecília reproduz uma preocupação com as perspectivas de futuro da juventude contemporânea. Cecília acredita que uma forma de incentivo é contribuir para que o jovem possa visualizar meios de se desenvolver dentro da própria comunidade, para que não precise sair para os grandes centros urbanos, distantes de suas origens.

Ocorre que pensar o protagonismo juvenil, também requer pensar ampliação de olhares, alargamento de sentidos e possibilidades de transformação. Aguçar o poder criativo do jovem, ampliar suas perspectivas, requer a necessária motivação para que o jovem ultrapasse justamente o que ele pode fazer dentro da sua realidade, para um poder maior de transformação social. Conceitualmente, Silva (2023), foi referenciado neste estudo por criticar a posição que tem ocupado o conceito de protagonismo juvenil. Uma posição mais distante das possibilidades de transformação social para atuações em problemas individuais e locais.

Um ponto de atenção é se a escola EE Lygia Fagundes Teles, onde atua a Diretora Cecília, não está, ainda que de forma não intencional, promovendo “gaiolas” em detrimento de “asas” para seus estudantes, como analisado por Silva (2019) em estudo sobre os olhares juvenis para as escolas. Para Silva (2019)

[...] escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle, engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo (Alves 2002 *apud* Silva, 2019, p. 57).

É importante refletir sobre de que forma os gestores têm promovido ações que instiguem a ampliação dos olhares juvenis, suas possibilidades. Os jovens têm sido instigados a voarem? Para que sabendo do seu voo, possam permanecer se assim o desejarem? Ou, não sabendo ser capaz, o jovem se limita a seu entorno, quase que engaiolado? Os questionamentos são propositais e justificados pela necessidade de se pensar na fala da Diretora Cecília. Pois, considerar a realidade

da comunidade, na qual o jovem se insere, pode ser ação motivadora de integração, desde que não desconsidere, em contrapartida, uma visão mais ampla daquilo que extrapola seu entorno.

Articular os saberes escolares com as vivências da realidade local permite valorizar a cultura regional. Principalmente quando se trata de cidades menores, há que se pensar sobre as práticas e saberes das comunidades, promovendo sua necessária valorização. Contudo, não se pode restringir o olhar sobre o local, encarando a realidade atual do jovem como sua única possibilidade de desenvolvimento. “O que eles vão conseguir fazer” trazido pela fala de Cecília é uma incógnita. A escola não pode prever, mas pode oportunizar o alargamento de possibilidades. Ademais, quando “a instituição não se mostra sensível à realidade vivenciada pelos alunos fora de seus muros” [...] “carrega poucos significados sob o aspecto de espaço de socialização” (Dayrell, 2003, p. 47- 48).

A ideia contemporânea sobre “dar asas” aos estudantes contraria, por vezes, as realidades institucionais da escola. A proposta de uma educação emancipadora, que promova o desenvolvimento crítico, criativo e autônomo dos sujeitos, está presente nos currículos e nas diretrizes pedagógicas. Contudo, dependendo da forma como for implementada pode muito mais moldar indivíduos, “adestrando-os” (Durkheim, 2013) à sociedade.

Ainda sobre o questionamento de atividades que são exemplos de protagonismo juvenil, foi possível identificar que os especialistas possuem mais afinidades com as ações desenvolvidas pelos alunos nas escolas, razão da alta demanda de tarefas descritas por muitos gestores. Embora o número de especialistas entrevistados tenha sido superior ao de diretores, as entrevistas demonstraram que os especialistas são os profissionais que conduzem as ações relacionadas à Juventude. Informação confirmada em fala de diretores: “[...] essa parte do pedagógico eu deixei mais com a Vice e o Supervisor” (Cecília, entrevista realizada em 18/06/2024).

Na EE Manuel Bandeira, a Especialista Gabriela explicou sobre os projetos que a escola desenvolve e que são de iniciativa dos estudantes, ainda que conte com o auxílio inicial para organizar. Segundo ela, mesmo que as festas juninas ocorram todo ano, têm partes que não foram pensadas e organizadas pela escola, mas pelos estudantes e que estes se entusiasmam. Assim respondeu sobre quais

seriam as atividades: “Os projetos juninos da escola, que são uma tradição da escola [...] que eles são apaixonados com esse projeto junino” (Gabriela, entrevista realizada em 07/06/2024).

Contudo, ainda na EE Manuel Bandeira, quando indagado aos alunos no momento de realização do Grupo Focal, sobre as atividades que permitem que expressem suas opiniões ou sobre ações de iniciativa própria, relataram que:

Tipo assim, só chegam na sala e fala ‘você vão fazer tal coisa e pronto’. Igual a festa junina, todo ano é a mesma coisa, a gente sugeriu fazer de várias formas, aí cansamos, só pode fazer do jeito deles, mesmo. Então a gente espera eles falarem o que querem e aí a gente faz. (Estudante da EE Manuel Bandeira, grupo focal realizado em 07/06/2024).

Assim também, nas demais escolas, quando indagado aos estudantes sobre a existência de atividades que os permitam expressar suas opiniões, seus desejos e de quem parte a iniciativa para executá-las, a maior parte dos investigados relatou “mais ou menos” ou “pouquíssimo”. E quando foi respondido que “sim”, ao dar espaço para maiores detalhes, as respostas seguiram por tendência dar exemplos de atividades idealizadas pelos professores.

Tem... Projeto de vida (estudante se refere a uma parte dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio) [...] tipo você fala praticamente toda a sua vida no caderno, como se fosse você querendo alguma coisa para o futuro, aí você guarda no seu caderno tipo assim, permitir falar, permite, mas sentar assim igual roda de conversa, não faz isso (Estudante da EE Clarice Lispector, grupo focal realizado em 14/06/2024).

Os estudantes da EE Clarice Lispector citam as aulas de Projeto de Vida como sendo um momento em que seja possível se expressarem de algum modo, mesmo que seja escrevendo no caderno, para si mesmo. Explicam que não há momentos de troca, como em rodas de conversa. Segundo Dayrell (2003), as trocas que os sujeitos realizam no meio em que vivem constituem aspectos que contribuem para quem se tornarão de fato. A condição humana se firma na articulação entre a condição biológica e não menos importante, a social. “Podemos concluir que o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades que caracterizam o ser humano vai

depender da qualidade das relações sociais desse meio no qual se insere” (Dayrell, 2003, p. 43).

Desta forma, nota-se que a ausência de momentos de troca mencionada pelos estudantes, pode ser avaliada como reivindicação ou mesmo desabafo diante da oportunidade do grupo focal. Assim como em Dayrell (2003), a escola necessita promover meios para que a interação entre os jovens seja possível. Não uma interação simples e desinteressada como o horário de intervalo no pátio, ainda que nestes momentos ocorram trocas importantes. Mas uma interação em que seja possível ampliar as possibilidades de atuação e constituição das juventudes. Um exemplo para esse momento, são as rodas de conversa.

Segundo Fonseca (2022), “é importante a escola produzir espaços para atuação dos jovens, como uma maneira de dar sentido e significado às ações da juventude e oportunizar o protagonismo juvenil” (Fonseca, 2022, p. 1). No entanto, não é suficiente apenas oferecer momentos e espaços para que essa troca aconteça de forma satisfatória. Inserir um grupo de alunos em um ambiente específico e propor um tema para debate não é o bastante. É fundamental estimular a energia criativa dos jovens e possibilitar que eles se envolvam ativamente.

Em outra escola investigada, assim afirmou um estudante sobre a existência de atividades exemplos de protagonismo:

Na minha opinião também não. A não ser um debate quando um professor propõe dentro de sala de aula, uma roda de conversa, só. Mas geralmente os alunos não têm essa iniciativa de fazer, geralmente é a escola e os professores que planejam. Tudo vem dos professores. A gente nem tenta fazer, a gente sabe que a resposta é não (Estudante da EE Conceição Evaristo, grupo focal realizado em 19/06/2024).

Na EE Conceição Evaristo, o estudante mencionou acontecerem momentos de roda de conversa e debates promovidos pelos professores. Mas esclareceu não se tratar de iniciativa deles. Nesta mesma escola, a Especialista Zoé relatou na entrevista que sempre incentiva a participação dos alunos, e que são muitas as situações de debates e conversas com estudantes. Foi percebido que, embora os alunos confirmem que há momentos de debates e rodas de conversa, ainda assim não consideram que são atividades protagonistas, porque não partem deles. Na visão dos estudantes, a falta de iniciativa advém das negativas que recebem.

Denota-se que embora alguns gestores acreditem que o protagonismo juvenil remete a uma ideia de atuação do jovem, de ter iniciativa, vontade, de querer fazer, muitos estudantes relatam não atuarem neste sentido, em parte, por não acreditarem ser possível, como dito pelo estudante da EE Conceição Evaristo. Neste aspecto, seria como dizer que há uma tutela do protagonismo juvenil na escola, ou seja, há incentivo à participação dos jovens nas ações já definidas pela equipe gestora.

Em escolas onde os gestores mencionaram ações de incentivos e maior abertura à participação juvenil, foi possível notar estudantes mais participativos no momento do grupo focal, mais engajados na discussão e mais conscientes de sua condição. Os alunos percebem a liberdade de atuação a que são expostos, mas ao mesmo tempo são conscientes de uma possível tutela.

A participação do aluno na escola pode assumir nuances diferentes, dependendo de como é concretizada. Desse modo, pode assumir, entre outras, três modalidades: 1) participação autônoma: quando a escola abre espaços participativos que valorizem os sujeitos e eliminem as hierarquias e quando os estudantes organizam seus espaços, como o grêmio estudantil, sem depender da ingerência de gestores ou professores; 2) **participação tutelada: direcionada pelos adultos da escola, restringindo a participação dos alunos à execução de ações decididas a priori**; 3) participação negada: pode ser pelo aluno, quando a escola abre espaços e os estudantes se recusam a participar ou pela escola, quando os espaços de participação são limitados ou não são oportunizados (Leles, 2007 *apud* Ferreira e Pereira, 2017, p. 50, grifo nosso).

Executar uma tarefa previamente definida pela escola não define a existência de protagonismo, mas de uma participação tutelada.

Nós não programamos nada. Igual eu te expliquei. Nós somos mandados, porque eles (a Superintendência) mandam na gestão e eles mandam na gente [...] Uma ação protagonista nossa foi só a palestra que tentamos fazer e não deu certo (Estudante da EE Manuel Bandeira, grupo focal realizado em 07/06/2024).

Outro estudante da EE Manuel Bandeira disse: “[...] nós não temos escolha na escola, se é verdade que você quer saber, a escolha é obedecer” (Estudante da EE Manuel Bandeira, grupo focal realizado em 07/06/2024) e completou explicando que:

É porque na verdade quando o jovem faz algo que ele quer, é totalmente diferente do que ele fazer uma coisa porque ele tem que fazer. A questão é... [...] a gente sempre escuta tipo 'a escola é dos alunos', mas para uma coisa que é dos alunos a gente deveria ter opinião, a gente deveria ter um espaço onde a gente pode opinar e a gente não tem voz aqui (Estudante da EE Manuel Bandeira, grupo focal realizado em 07/06/2024).

É preciso refletir sobre as ações de protagonismo nas escolas. Até que ponto, as políticas idealizadas para a juventude contemplam o desejo dos jovens. As ações pensadas pelas escolas, fazem sentido para a juventude? Ou os interessados passem a ser ouvidos e envolvidos, ou políticas continuarão fadadas ao insucesso. González e Moura (2009), em estudo sobre o protagonismo juvenil, fizeram críticas semelhantes:

O protagonismo juvenil, institucionalizado e **tutelado** pelo Estado, tenderia a naturalizar e cristalizar as diferenças sociais e a estimular práticas formativas que nem problematizam nem tensionam as relações sociais dominantes, enraizadas em processos de exploração e alienação humana (González; Moura, 2009, p. 387).

Pode-se pensar em ações juvenis tuteladas não só pelo Estado, mas nas escolas. Como na fala do estudante da EE Manuel Bandeira, mesma escola onde outro estudante mencionou que as festas juninas acontecem sempre do mesmo jeito, o jeito da escola. É preciso refletir até que ponto as escolas não se constituem em sistemas dominantes, e que de modo irracional reproduzem a tutela institucional de um sistema maior.

Caroline Bellenzier em estudo, realizado no ano de 2022, sobre “de que protagonismo estamos falando?” nos diz:

O ato de participar é semelhante ao ato de influenciar e decidir, por intermédio de palavras e de ações em situações que possam afetar suas vidas e/ou a vida dos sujeitos que possuem importância para eles. O ato participativo é visto como uma ação positiva para os jovens (Bellenzier, 2022, p. 41).

Como forma de esclarecer alguns níveis de participação juvenil, a autora utiliza a escada de participação do jovem, elaboração de Costa e Vieira (2006). O

Quadro 17 foi elaborado com base nas ideias dos referidos autores em Bellenzier (2022).

Quadro 17 – Os degraus da escada de participação

A escada da participação do jovem – os degraus da escada da participação

1. **Participação manipulada** – Os adultos determinam e controlam o que os jovens deverão fazer numa determinada situação.
2. **Participação decorativa** – Os jovens apenas marcam presença em uma ação, sem influir no seu curso e sem transmitir qualquer mensagem especial aos adultos.
3. **Participação simbólica** – A presença dos jovens em uma atividade ou evento serve apenas para mostrar e lembrar aos adultos que eles existem e que são considerados importantes. A participação é, ela mesma, uma mensagem.
4. **Participação operacional** – Os jovens participam apenas da execução de uma ação.
5. **Participação planejadora e operacional** - Os jovens participam do planejamento e da execução de uma ação.
6. **Participação decisória, planejadora e operacional** – Os jovens participam da decisão de se fazer algo ou não, do planejamento e da execução de uma ação.
7. **Participação decisória, planejadora, operacional e avaliadora** - Os jovens participam da decisão, do planejamento, da execução e da avaliação de uma ação.
8. **Participação colaborativa plena** - Os jovens participam da decisão, do planejamento, da execução, da avaliação e da apropriação dos resultados.
9. **Participação plenamente autônoma** – Os jovens realizam todas as etapas.
10. **Participação condutora** – Os jovens, além de realizar todas as etapas, orientam a participação dos adultos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em (Costa e Vieira, 2006, *apud* Bellenzier, 2022, p. 42-43).

Conforme descrito no Quadro 17, são dez níveis na escala de participação do jovem. O nível 1 é o nível mais baixo da escada, onde os adultos que determinam

e controlam as ações juvenis. O nível mais alto é nível 10, no qual além dos jovens realizarem todas as etapas, ainda orientam a participação dos adultos.

Para Bellenzier (2022), a participação juvenil possui níveis pelos quais, dependendo do estímulo atribuído em cada degrau, o jovem vai adquirindo potencialidades para sua efetiva participação e constituição cidadã.

Ou seja, mediante aos estímulos participativos, os estudantes vão adquirindo maior interesse em participar e entender os processos políticos, por exemplo, os quais estão ocorrendo na escola. Se os jovens não forem colocados em um lugar em que são ouvidos, incentivados, estimulados e encorajados a buscar entender, refletir e decidir sobre ações que reverberarão diretamente ao contexto deles, a apatia e alienação ganharão força (Bellenzier, 2022, p. 43-44).

Ficará claro para o leitor, mais adiante, que caso fosse possível classificar as escolas da SRE de Araçuaí, nem todas se enquadrariam no mesmo nível da escada de participação. Os relatos obtidos revelaram diferentes formas de participação que ora convergem, ora divergem de um nível a outro. Em outras palavras, uma mesma escola demonstrou estar no primeiro degrau da escada para uma ação, e no quinto degrau noutra atividade. As entrevistas com gestores e grupo focal com estudantes permitiram visualizar um subir e descer de degraus, mas sempre do primeiro ao quinto.

Contudo, mesmo revelando níveis diferentes da escada de participação, nota-se que há uma distância significativa para o mais elevado nível 10.

A análise demonstra que, muito embora haja diferenciações, não há escola investigada que se enquadraria pelo menos no nível 6. Este nível garante além da execução, o planejamento e decisão pela ação. Como foi possível destacar em algumas falas, os estudantes se queixam de não poderem decidir neste sentido.

Esta seção procurou tratar do protagonismo percebido pelos estudantes e gestores, sem, contudo, findar todas as possibilidades. Nota-se que os gestores em maioria se percebem enquanto agentes motivadores deste processo, enquanto os alunos com vontade de alçar mais voos.

A próxima seção prima por detalhar que tipo de comunicação se estabelece entre os três segmentos: SEE/MG, SRE de Araçuaí e escolas nas tratativas de ações juvenis.

3.2.2 Juventude e a comunicação entre SEE/MG, SRE de Araçuaí e Escolas

Esta seção trata das formas de comunicação existente entre SEE/MG, SRE de Araçuaí e escolas. Tanto da maneira como a política da juventude pensada chega ao chão das escolas quanto o inverso, de que forma a SEE/MG toma conhecimento das ações que culminam nas instituições escolares.

Como pensado no roteiro de entrevistas, a primeira intenção foi saber se os Diretores ou Especialistas conhecem um contato de referência na SRE de Araçuaí para demandas específicas da Juventude. Apenas o diretor Éric respondeu “sim” quando indagado sobre conhecer algum contato de referência da juventude na SRE de Araçuaí. “Tem com as analistas né, Analista Camilla³² [risos]” (Éric, entrevista realizada em 14/06/2024).

A fim de justificar motivo de não conhecer um contato de referência a Diretora da EE Machado de Assis relatou que “[...] geralmente quem mexe com essa questão de representante de turma é a supervisora, então ela que tem esse contato mais direto, e a gente fica na retaguarda” (Olga, entrevista realizada em 10/06/2024).

Ficou evidente nas entrevistas que, de modo muito natural, ao se falar em ações da Juventude, os gestores imediatamente assimilavam ao processo de eleição de representantes de turma, muito embora essa seja uma das ações de protagonismo nas escolas. Esse dado revela certa limitação na percepção dos gestores sobre o protagonismo juvenil. Quando se fala em ações de juventude, a imediata assimilação ao processo de eleição de representantes de turma, embora válida, pode representar uma visão reduzida do que constitui a participação ativa dos jovens na escola.

Essa visão reduzida pode estar atrelada a um baixo envolvimento dos Diretores nas ações da Juventude. Ainda que alguns Diretores não se envolvam diretamente nesta ação demandada da SEE/MG, as orientações envolvem a participação do Diretor desde a constituição da Comissão Eleitoral até a execução do Plano de Ação. Dentre os envolvidos na Comissão, estão, entre outros, a “Direção” que “deverá envolver os docentes e demais servidores da escola na

³² Como explicado no capítulo anterior, a pesquisadora Camilla Sá Esteves é a Coordenadora da Juventude e contato referência para as demandas. Fato que explica os risos do Diretor ao fazer a menção.

organização do processo de eleição dos Representantes de Turma, zelando para a garantia da divulgação e efetivação dele” (Minas Gerais, 2024a, p. 12).

Durante o processo para o Conselho de Representantes, ao longo do ano, o documento orientador estabelece:

A direção deverá garantir a execução do cronograma de reuniões do (s) Conselho (s) de Representantes de Turma e apoiar os (as) Educadores (as) Referência das ações. Sempre que possível, a direção também deverá participar das reuniões (Minas Gerais, 2024a, p. 14).

Cabe esclarecer que todo contato feito com as escolas passa pelo Diretor Escolar. No caso de *e-mails*, estes são enviados com informações da Juventude, pela Coordenação da Juventude para o endereço eletrônico do Diretor com cópia para o Especialista. Se ocorre reunião via *Google Meet*, o convite da reunião é enviado no mesmo formato, aos dois endereços de *e-mail*. Toda tratativa com a escola, necessariamente envolve o Diretor.

Ademais, é sabido que as demandas escolares, necessariamente passam pelo crivo do Diretor Escolar. Contudo, muitos Diretores relatam a alta demanda de serviço e pouco pessoal para executar, o que faz com que algumas demandas não sejam priorizadas, sendo delegadas ao Especialista.

Na mesma escola da Diretora Olga, foi feita a mesma pergunta à Especialista Paloma, que respondeu não conhecer esse contato de referência. Assim, pode-se dizer que caso a EE Machado de Assis necessite de esclarecimentos sobre ações da Juventude com a Regional, não sabe que existe um servidor específico para esta demanda.

Dos especialistas entrevistados, o número de investigados que respondeu ter conhecimento de um contato referência variou um pouco. Dos seis investigados, três responderam ser a atual Coordenadora da juventude, a outra metade desconhece. Sobre o contato na SEE/MG ou sobre conhecer a CTETC, todos, Diretores e Especialistas, foram unânimes em responderem não.

Como já tratado neste estudo, existe na SEE/MG uma coordenação que lida especificamente com as demandas da Juventude, a CTETC – Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular. Inicialmente, quando de sua implementação, a SRE de Araçuaí entendeu que haveria um contato direto desta

Coordenação do Órgão Central junto às escolas por meio da criação das Redes de Representantes Estudantis. Isto porque as orientações recebidas inicialmente tratavam de uma Rede de Representantes Estudantis de todo estado, como tratado no capítulo 2 desta pesquisa, e com ações definidas para os representantes integrantes da Rede.

Inicialmente, a política de criação de uma rede destinada a integrar estudantes de todo o estado foi articulada com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação oficial entre os jovens. Essa proposta visava facilitar o intercâmbio de experiências, fortalecer a participação dos estudantes e promover um diálogo mais ativo entre eles e as instituições de ensino.

No entanto, num segundo momento, que é a implementação da rede, é possível observar um distanciamento significativo entre a idealização e a realidade prática. Embora não haja um fator categórico deste distanciamento, a experiência reafirma a necessidade de se pensar políticas que dialoguem com as realidades locais, culturais e sociais das comunidades escolares. Quando as diretrizes não consideram as especificidades do contexto em que serão aplicadas, tornam-se difíceis de implementar e podem não atender às necessidades dos educandos. Podem ser, inclusive, consideradas arbitrárias, como demonstra Bellenzier (2022).

Considerando o fato de as políticas necessitarem considerar a heterogeneidade presente nos contextos escolares, cabe destacar que nem sempre isso ocorre, pois algumas políticas têm sido formuladas de maneira autoritária e prescritiva (Ball; Maguire; Braun, 2016 *apud* Bellenzier, 2022, p. 46).

Não se pode afirmar que a política da rede de representantes tenha sido autoritária, visto que foi pensada após amplas discussões com a Juventude estadual nos anos de 2015 e 2016 (conforme descrito no capítulo 2 deste estudo), contudo é necessário refletir se estão “considerando os contextos, as características diversificadas, as dinâmicas de cada escola, as vontades e interesses dos sujeitos que se encontram em determinado espaço escolar” (Santos, 2016 *apud* Bellenzier, 2022, p. 46).

Ainda no capítulo 2, na seção *Comunicação*, há a informação de não ter sido possível evidenciar contato direto da CTETC com alguma escola da Regional. As respostas das escolas investigadas reforçam essa informação.

Esse Conselho fica restrito às ações na escola. Eles pedem o *e-mail*, o telefone, pede todos os dados, mas nunca houve esse contato... E eles perguntam 'que dia vai me ligar? vai me ligar?' e nunca houve contato. Quando começou essa coisa de pedir o *e-mail* e pedir o telefone, nós imaginamos que ia ter o contato (Paloma, entrevista realizada em 10/06/2024).

Paloma, especialista da EE Machado de Assis, explicou que há alguns anos recebem, via formulário *Google*, pedido dos contatos da dupla de representantes da escola, mas que nunca houve o retorno, e que os estudantes ficam na expectativa.

Já na EE Manuel Bandeira, a especialista Gabriela recordou de um contato mais próximo com os alunos pela SRE de Araçuaí:

Em outros anos, já. Teve um ano que convidou o representante geral para uma reunião lá, foi antes da pandemia [...] teve um evento em Araçuaí e outro evento em BH [...] foi o único momento que teve esse contato e eles ficaram *bestinhas* de terem ido (Gabriela, entrevista realizada em 07/06/2024).

Esse momento informado por Gabriela provavelmente se refere ao “I Encontro Estadual Educação e Juventude, realizado em julho de 2016, ocasião do lançamento oficial da Campanha VEM 2016” (Abreu, 2017, p. 37). Este encontro ocorreu antes da implementação da CTETC.

Os diretores entrevistados não souberam dizer se os Conselhos de Representantes de Turma já foram contatados diretamente pela CTETC ou SRE de Araçuaí. E que também nunca contataram estas instâncias para demandas da Juventude.

Já alguns especialistas responderam que embora não tenham sido contatados ou que tenham buscado este contato, seguem as orientações recebidas via *e-mail*. Ao contrário da EEB Catarina, que revelou fazer contato com SRE de Araçuaí, em caso de dúvidas. Para o grupo focal, os estudantes responderam não conhecer nenhuma das coordenações, nem Coordenador da Juventude da SRE de Araçuaí, da CTETC ou outro da SEE/MG. Em uma das escolas, porém, alguns recordam de um grupo de *WhatsApp* criado. “Sim, tinha um ano que tinha, acho que foi 2020, dos representantes, depois foi desfeito” (Estudante da EE Clarice Lispector, grupo focal realizado em 14/06/2024).

A respeito da Superintendência, alguns já ouviram falar, e outros que já tiveram um contato com o Inspetor Escolar pelo Programa Jovem de Futuro³³. Ademais, relataram nunca terem sido contatados pela SEE ou SRE de Araçuaí.

Para falar bem a verdade, a gente tem certo receio 'oh, a Inspetora está ali hoje' não tem muito aquela parceria, tipo às vezes a gente poderia levar para ela uma situação que às vezes ela poderia resolver, mas o medo que a gente tem dela... (Estudante da EE Manuel Bandeira, grupo focal realizado em 07/06/2024).

Pelo relato, depreende que os estudantes possuem demandas para tratativas com os órgãos superiores à escola, mas que existe um receio temeroso a tal hierarquia. As falas dos estudantes confirmam que anseiam por um contato mais próximo, em nível menos hierárquico e mais horizontal, com a instituição e órgãos reguladores. Isto posto, urge que as escolas repensem a estruturação desses relacionamentos e que não sejam impeditivos, mas favorecedores de uma educação mais democrática e participativa.

Dentre os condicionantes internos da participação na escola, os de ordem institucional são, sem dúvida nenhuma, de importância fundamental. Diante da tal organização formal da escola pública, podemos constatar o caráter hierárquico da distribuição da autoridade, que visa estabelecer relações verticais, de mando e submissão, em prejuízo de relações horizontais, favoráveis ao envolvimento democrático e participativo (Paro, 2016 *apud* Lima, 2020, p. 77).

Lima (2020) esclarece em seu estudo que, muitas vezes, essa hierarquia é condicionante para controlar os alunos, inclusive fora dos muros da escola.

Embora os investigados tenham pouco ou quase nenhuma informação a respeito de um canal direto de comunicação com SEE/MG ou SRE de Araçuaí, afirmaram receber orientações para ações da Juventude na escola. Os entrevistados relataram que recebem as orientações via *e-mail*. Já os estudantes, os dados variaram, em detrimento dos que afirmaram não receber nenhum tipo de informação.

³³ O Jovem de Futuro é um programa de gestão desenvolvido pela SEE/MG em parceria com o Instituto Unibanco, com o objetivo de apoiar e oferecer uma educação de qualidade, que possibilite o desenvolvimento integral de todos os estudantes, com equidade, num processo de transformação contínuo. Normalmente as reuniões para acompanhamento das ações envolve necessariamente a participação de estudantes representantes.

Então... Mesmo que você não está aqui agora como representante da Superintendência, mas como estudante, esse está sendo nosso primeiro contato... Às vezes a gente até tem alguma coisa para falar, mas a gente nunca teve a oportunidade de expressar (Estudante da EE Manuel Bandeira, grupo focal realizado em 07/06/2024).

O estudante da EE Manuel Bandeira destacou, durante o grupo focal, que os jovens têm demandas a serem abordadas com a SRE de Araçuaí. Ao mencionar que "tem alguma coisa para falar", ele sinaliza a necessidade de tratar dessas questões. O capítulo 2 desta dissertação evidenciou lacunas no acompanhamento e monitoramento das demandas da juventude, seja pela escassez de servidores, seja pela elevada carga de trabalho no setor. A fala do estudante confirma essas brechas e provoca a se pensar estratégias de melhoria, em prol da participação juvenil.

O protagonismo juvenil pressupõe a participação, mas, conforme enfatizado pelo estudante, sem a oportunidade de se expressar, essa participação não se concretiza. Dayrell (2016) argumenta que a escuta ativa das vozes juvenis pode contribuir para a transformação social e para a criação de espaços mais democráticos. Esses espaços demandam canais de comunicação que sejam mais assertivos.

Lima (2020), em sua pesquisa sobre o protagonismo juvenil, em escola de outra Regional, assim descreve:

Também é preciso ressaltar a precária comunicação entre escolas e SRE, feita principalmente por meio eletrônico. Tanto as orientações a respeito de projetos e ações quanto a solicitação de *feedbacks* dessas ações são realizadas por meio de *e-mails* e formulários *google docs*, a cada seis meses ou anualmente (Lima, 2020, p. 35).

Denota-se que a ausência de uma comunicação mais efetiva, não é uma característica específica da SRE de Araçuaí, como relatado por Lima (2020). O que justifica ser uma lacuna no cumprimento da política de juventude no Estado. É preciso refletir sobre um canal de comunicação que motive a participação juvenil nas escolas estaduais.

Ainda se tratando de formas de contato, ao indagados sobre formações ou encontros promovidos pelas SEE/MG ou SRE de Araçuaí, os Diretores, de modo unânime, informaram não terem participado de momentos assim. Já em entrevista

com os EEB's, apenas Gabriela, como citado anteriormente, respondeu se recordar de um encontro anterior à pandemia do COVID-19.

Na realização do grupo focal, a questão posta sobre encontros ou momentos de formação promoveu debate mais acirrado nos grupos. Os estudantes, quase que em coro, quiseram falar. Foram feitos desabafos e muitos relatos que demonstraram uma vontade de serem mais próximos dos órgãos superiores.

Eu acho que a Secretaria de Educação tem muitas decisões que eles fazem, eles têm seus próprios motivos, só que eles não demonstram quais são esses motivos, nem para os alunos, e acho que às vezes nem para a escola. Então, assim, decisão, ela vem, só que ela não vem justificada para a gente e o que a gente faz é só engolir [...] eu acho que tinha que ser mais aberta essa questão da Secretaria, **porque a Secretaria é uma coisa lá distante que não tem ligação nenhuma com a gente**. Só um lugar que está mandando e desmandando na gente (Estudante da EE Carlos Drummond de Andrade, entrevista realizada em 03/07/2024, grifo nosso).

Para o aluno, a falta de transparência nas decisões da Secretaria de Educação pode criar um afastamento entre os alunos e a instituição, tornando-a “uma coisa lá distante”. Quando as decisões são tomadas sem uma explicação clara, isso pode fazer com que os estudantes não se sintam representados. Nesse contexto, não é surpreendente que algumas políticas voltadas para a juventude não se efetivem nas escolas, especialmente quando os estudantes não se sentem representados pela SEE/MG.

O estudante acima contraria relatos sobre uma juventude que nada quer, que não participa ou que não tem perspectiva. O jovem confirma que há uma falha na comunicação. Confirma a fala de um estudante participante do Movimento Vem da SEE/MG, citado no capítulo introdutório desta pesquisa, de que enxergam “a questão da comunicação como um problema” e de “que as informações não chegam até eles e até o restante da Comunidade Escolar” (Minas Gerais, 2016a, p. 23).

Segundo Bellenzier (2022), as juventudes “não querem um modelo escolar que desenvolva uma relação de subordinação, desejam ser ouvidas e participar das decisões” (Bellenzier, 2022, p. 27). O Estudante da EE Carlos Drummond de Andrade entende a hierarquia e não concorda com ela. Para ele, deveria haver um elo de comunicação entre os setores. Deste modo, como demonstra em sua fala, ele

não gostaria apenas de receber ordem, ele gostaria de entender essa ordem e seus motivos. Mas para isso, é crucial haver comunicação assertiva.

Destaca-se o incômodo do estudante com a falta de clareza e diálogo. A questão em si, talvez, não seria tanto pela ordem que chega, mas a falta de sentido que vê em seu cumprimento. Nesse contexto, emerge a necessidade de promover a dialogicidade. Pode-se dizer, na visão de Dayrell (2016), que há nesta situação um protagonismo juvenil latente, na figura do jovem questionador agindo sobre seu mundo.

Nesse sentido, o jovem se coloca a princípio com um potencial de questionar a ordem e assumir a frente de um processo de transformação social. Compreendemos, assim, o protagonismo juvenil como uma concepção e uma postura advindas do reconhecimento do jovem como sujeito, que interpreta seu mundo, age sobre ele e dá um sentido à sua vida (Dayrell, 2016, p. 87).

Uma outra questão dos roteiros de entrevista e grupo focal foi sobre haver ou não grupos de *WhatsApp* ou outra mídia entre os estudantes, ou deles com a escola ou órgãos superiores. As respostas constam expressas no quadro 18.

Quadro 18 – Grupos de contato entre representantes de turma

Escola	Vocês têm ou já tiveram grupos de contato entre os representantes de turma? Seja de <i>WhatsApp</i> ou outra mídia como <i>Facebook</i> , <i>Instagram</i> ...
EE Carlos Drummond de Andrade	“Não, a gente nem sabia que podia”
EE Clarice Lispector	“Não. Só existe o grupo da escola, criado pelo Diretor”
EE Conceição Evaristo	“Sim, tem um grupo com todos os representantes de turma da escola”
EE Lima Barreto	“Não”
EE Lygia Fagundes Teles	“Não”
EE Machado de Assis	“Sim, <i>WhatsApp</i> ”
EE Manuel Bandeira	“Sim, cada turma tem um grupo de <i>WhatsApp</i> ”

Fonte: Elaborado pela autora, com base nas respostas estudantes em grupo focal (2024).

Nota-se que das escolas investigadas, três responderam possuir grupo de contato por *WhatsApp*. As outras escolas não possuem grupo de contato por qualquer mídia. O documento orientador para o processo de Eleição de Representantes de Turma para o ano de 2024 estabelece que os estudantes

Deverão sugerir os meios de comunicação a serem adotados pelo (a) Educador (a) Referência para se comunicar com cada turma e disseminar as informações e regras para uso adequado da rede. Como sugestão, poderão ser criados murais informativos, grupos de *e-mail*, mensagens instantâneas ou outros meios para divulgação das informações pertinentes aos Representantes de Turma (Minas Gerais, 2024a, p. 17).

Ter um grupo de contato, seja de *e-mail*, redes sociais, por mensagens instantâneas, não é uma obrigatoriedade para as escolas. Contudo, com o avanço das tecnologias e as facilidades de contato, interação e informação em tempo real, a SEE/MG sugere que as mesmas possam ser utilizadas. Ocorre que até mesmo a disseminação deste documento orientador faz parte de uma falha na comunicação, como se perceberá nas seções seguintes.

3.2.3 Eleição de representantes de Turma e outras ações para a Juventude

Esta seção tem por finalidade apresentar o processo de Eleição de representantes de turma pelo viés da escola. Ou seja, se no capítulo 2, na seção Eleição de Representantes de Turma, foi apresentada a proposta de Eleição emanada da CTETC, agora será apresentado de acordo com os relatos obtidos na pesquisa de campo, no chão das escolas. Além do processo de eleição de representantes de turma, nesta seção são analisadas outras ações para a juventude. Pretende-se compreender se essas ações contribuem para a formação do caráter representativo dos estudantes; de que forma sentem que representam seus colegas, além do modo como se sentem representados pela escola e órgãos reguladores.

Sobre o processo de eleição dos representantes, a primeira etapa trata da formação da Comissão Eleitoral para assegurar o processo de modo organizado, democrático e transparente. É nesta etapa que ocorrem momentos de conscientização dos alunos em acordo com o que foi relatado pela EEB Gabriela:

[...] uma semana antes eu passo, falo o que é, o que é um representante de turma, falo que vai ter que criar esse grupo da sala, mas a maioria já tem esse grupo [...] explico tudo... 'pensa aí quem vai candidatar, porque na próxima semana eu volto para fazer eleição' (Gabriela, entrevista realizada em 07/06/2024).

Nesta etapa, também, a conscientização dos estudantes envolve refletir sobre todas as candidaturas, não impedindo em nenhuma hipótese um estudante de se candidatar. Normalmente, os gestores conhecendo o perfil de seus alunos, tendem a interferir, acreditando ser o melhor a ser feito, como relatado pela Diretora Olga. Ela explicou na entrevista que as especialistas vão de sala em sala para realizar a eleição, mas quando se depara com “candidaturas inadequadas”, orientam as trocas:

Foram as meninas que ficaram à frente. Ai de sala em sala, elege um representante. As turmas mais imaturas, os anos finais por exemplo são muito imaturos, aí geralmente aquele **menino mais aparecido** é o mais indicado. Então a gente vai orientando... Até dar certo (Olga, entrevista realizada em 10/06/2024, grifo nosso).

Olga demonstra preocupação com o bom desenvolvimento das turmas de sua escola. Mas sua interferência no processo eleitoral contraria a orientação da SEE/MG de que “Não é permitida a indicação pela Gestão e pelos docentes de nenhum (a) representante ou o impedimento de nenhuma candidatura e não deverá ser assumido nenhum critério além do número de votos” (Minas Gerais, 2024a, p. 12).

A escola que “vai orientando até dar certo” evidencia a existência de um perfil desejável para o aluno representante de turma. É importante momentos de discussão, conscientização sobre o processo. Mas se opor ao jovem “aparecido” em sua candidatura é confirmar a imagem de uma juventude fora dos moldes socialmente construídos.

Torna-se necessário colocar em questão essas imagens, pois, quando arraigados nesses “modelos” socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens,

principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências (Dayrell, 2003, p. 41).

O aluno “aparecido” pode ser compreendido como aquele que se candidata de imediato, sem pudor. Que não tem vergonha de falar e expressar perante a turma. Que na sua expressão contagia a turma e arranca sorrisos dos colegas. Normalmente é querido pelos colegas, mas nem tanto pelos professores, já que atrapalha em demasiado a ordem da sala de aula. No entendimento da escola, o aluno “aparecido” não seria um bom representante. Essa compreensão corrobora as múltiplas faces em torno do protagonismo juvenil e em torno do “jovem aluno” que “vivencia a ambiguidade entre seguir as regras escolares e cumprir as demandas exigidas pelos docentes, orientadas pela visão do ‘bom aluno’” (Dayrell, 2007, p. 1121).

Em maioria, as respostas dos gestores não variaram muito sobre como ocorrem as eleições. Basicamente o EEB faz a divulgação de sala em sala e realiza as eleições. Não foi possível confirmar a existência da formação de uma Comissão Eleitoral em acordo com as orientações.

Exclusivamente na EE Conceição Evaristo, foi relatada uma primeira etapa mais alinhada com o documento orientador encaminhado às escolas. Zoé, EEB da escola explicou que se dedica bastante na primeira etapa: “faço toda uma movimentação na escola, toda uma sensibilização, marco o dia da eleição faço as cedulazinhas, as caixinhas para colocar, como se fosse uma eleição mesmo. E depois a gente faz a apuração dos votos” (Zoé, entrevista realizada em 19/06/2024).

Todos os estudantes investigados confirmaram já terem acontecido as eleições de representantes de turma no ano de 2024. De um modo geral, explicaram que o especialista vai de sala em sala e realiza a eleição.

Já sobre a dupla de representantes de turma, a priori, eleita após constituição do Conselho de Representantes de Turma, os Diretores não souberam responder, e os Especialistas responderam que sim, e que já enviaram os dados da dupla através do *link* disponibilizado pela SEE/MG. Na realização do grupo focal, os discentes de apenas uma das escolas confirmou ter conhecimento da dupla de representantes eleita.

Foi observado desconhecimento por parte dos alunos sobre a dupla de representantes. “Como assim?” (Estudante da EE Lygia Fagundes, grupo focal

realizado em 18/06/2024). Os jovens se entreolharam ao serem indagados e foi preciso esclarecer que dupla seria essa. Após esclarecimentos pela pesquisadora, disseram que não tinha essa dupla na escola. Ocorre que no relatório disponibilizado pela SEE/MG com o compilado das respostas de todas as escolas, tem-se que a EE Lygia Fagundes informou os dados da dupla de representantes, embora os alunos que constituem o Conselho desconheçam essa ação. Foi possível confirmar essa informação confrontando o relatório com as respostas disponibilizados pela SEE/MG e o TALE assinado pelo estudante presente no grupo focal. No relatório, um dos nomes da dupla e seu ano de escolaridade referia a um mesmo aluno presente no grupo focal, que desconhecia essa ação e não sabia que compunha a dupla.

Tanto para os gestores quanto para os alunos, ao indagar sobre as eleições, também foi questionado se sabiam sobre o Plano de Ação a ser desenvolvido pelos alunos, além das reuniões mensais do Conselho de Representantes.

Estudantes da Lygia Fagundes não souberam falar sobre o Plano de Ação do Conselho de Representantes de Turma. Quando indagados sobre que ações realizam enquanto representantes de turma, disseram que as ações são:

Só de pegar os livros, quando alguém chega na porta [...] e essas coisas mínimas. Ano passado era entregue um caderno, para quando o professor não estivesse na sala, o que acontecesse na turma fosse escrito... Esse não, não teve mais (Estudante da EE Lygia Fagundes, grupo focal realizado em 18/06/2024).

Quando indagados se chegaram a receber algum material, seja impresso ou digital sobre o processo de eleição ou elaboração do plano de ação, os estudantes afirmaram que não: "Não, nada. Nem *e-mail* [risos]. A única coisa foi uma folha falando os dias das reuniões, só isso, que eles mesmos criaram os dias das reuniões, aí a gente entrou num acordo e escolheu o dia certo" (Estudante da EE Conceição Evaristo, grupo focal realizado em 19/06/2024).

Apenas na EE Clarice Lispector foi encontrada evidência de que o material tenha sido apresentado de modo digital aos alunos representantes de turma. Foi apresentado em reunião, mas não foi disponibilizada cópia aos alunos. Quando indagados se recordam o que dizia o documento: "Ah foi falado um monte de trem... Não lembro não" (Estudante da EE Clarice Lispector, grupo focal realizado em 14/06/2024).

Em cada grupo focal realizado, não foi possível constatar nem a entrega do material destinado aos estudantes, nem a elaboração de um plano de ação como orientado pela CTETC.

Ainda sobre o plano de ação, alguns estudantes confirmaram que já recebem algo pronto para executar:

Ela [a EEB] apresentou todo o plano de ação para a gente, apesar que ficou confuso, não entendi muita coisa. Só chegaram lá, entregaram uma folha para a gente, e falou assim 'oh vai ser isso aqui o ano inteiro' aí tem todo o cronograma lá, eu não entendi ele (Estudante da EE Machado de Assis, grupo focal realizado em 10/06/2024).

Na EE Manuel Bandeira, por possuir um grupo de representação institucionalizado, foi possível constatar que os alunos chegaram a elaborar um plano de ação em anos anteriores:

Esse ano não, a gente tinha até um plano de ação e entregou para eles, mas como nada foi aceito... A gente só está obedecendo o que eles pedem. Só entregaram e falaram 'isso aqui é o plano de ação para vocês seguirem durante o ano [Interrupção pela diretora da escola na sala; Alunos murmurando se fecham ou não a porta após a saída da diretora] Você está vendo o receio que a gente tem? (Estudante da EE Manuel Bandeira, grupo focal realizado em 07/06/2024).

Mesmo que tenham recebido um plano de ação já previamente elaborado, foi indagado se lembram as ações e se iniciaram a execução de alguma. Os estudantes disseram que não lembram.

Em outras escolas, alguns até lembram de terem iniciado um plano, mas que não chegaram a concluir. "Todos esses três anos que a gente está aqui, nunca foi concluído" (Estudante da EE Lima Barreto, grupo focal realizado em 10/07/2024).

Na EE Conceição Evaristo, onde o processo de eleição de representantes de turma estava mais alinhado com as propostas da CTETC, embora os alunos não tenham recebido material para elaboração do plano de ação, confirmaram que receberam as instruções para essa elaboração em anos anteriores e que para este ano foi solicitado para eles, as propostas de mudanças.

A gente escreveu numa folha. Cada um escreveu em uma, aí depois juntou todas as ideias e passamos para eles. Até agora nada [risos] Tipo assim, a gente dá ideia de mudança e aí a gente mudaria **conforme eles aceitassem** (Estudante da EE Conceição Evaristo, grupo focal realizado em 19/06/2024, grifo nosso).

Mesmo que as escolas não estejam realizando a etapa do plano de ação em acordo com as orientações do documento da SEE/MG, foi indagado aos gestores e aos estudantes se eles já se reuniram, com que frequência e se registram esses encontros. O Quadro 19 permite visualizar melhor os resultados:

Quadro 19 – Respostas dos sujeitos sobre reuniões dos Conselhos e registros

(continua)

Escola	Acontecem reuniões do Conselho?	São feitos registros das reuniões?
EE Carlos Drummond de Andrade – Estudante	“Não”	-
EE Carlos Drummond de Andrade – Diretor	Não participou	-
EE Carlos Drummond de Andrade – EEB	“Este ano ainda não”	-
EE Clarice Lispector – Estudante	“Teve aquela primeira né?! Mas aí a direção falou que as próximas reuniões iam ficar por parte dos representantes. Mas ninguém falou mais nada...”	“Tiraram fotos no dia”
EE Clarice Lispector – Diretor	Não soube responder	-
EE Clarice Lispector - EEB	Não participou	-
EE Conceição Evaristo – Estudante	“Sim. Uma vez por mês”	“Ata não, a não ser que a supervisora escreve e a gente não sabe”
EE Conceição Evaristo – Diretor	Não participou	-

Quadro 19 – Respostas dos sujeitos sobre reuniões dos Conselhos e registros

(continua)

Escola	Acontecem reuniões do Conselho?	São feitos registros das reuniões?
EE Conceição Evaristo – EEB	“As reuniões são mensais”.	“Eu estou devendo a última ata, a gente tem o caderninho para poder registrar né, assim tudo que foi elencado de problema naquele mês.
EE Lima Barreto – Estudante	“Não”	-
EE Lima Barreto - Diretor	Não participou	-
EE Lima Barreto - EEB	“Ainda não reunimos”	-
EE Lygia Fagundes Teles – Estudante	“Nunca reunimos, só foi feita a eleição mesmo”.	-
EE Lygia Fagundes Teles – Diretor	“Eu, mesma diretora, nunca reuni com eles...(..) é mais o supervisor que faz esse trabalho”	“Tem as Atas, né, o caderno de Atas”
EE Lygia Fagundes Teles – EEB	“Esse ano a gente fez uma (...) Como as nossas demandas aqui estão muitas (risos), a gente acaba que está complicado de acabar reunindo com os representantes”.	“Não, na verdade a gente (hesitação) não tem um caderno específico não (..) não fazemos registro não”.
EE Machado de Assis – Estudantes	“Teoricamente acho que ela chega assim de manhã 'ah, acho que vou fazer reunião hoje' (ironia) aí manda chamar a gente”.	“Sim”
EE Machado de Assis – Diretor	“A especialista que fica com essa parte”	“Ela tem uma agenda que anota tudo, então com certeza está registrado”

Quadro 19 – Respostas dos sujeitos sobre reuniões dos Conselhos e registros
(conclusão)

Escola	Acontecem reuniões do Conselho?	São feitos registros das reuniões?
EE Machado de Assis - EEB	<i>"Nós fazemos uma reunião por mês"</i>	<i>"Sim, uma estudante faz a Ata, mas eu também tenho meus registros"</i>
EE Manuel Bandeira - Diretor	Não participou	-
EE Manuel Bandeira - EEB	<i>"Ainda não"</i>	-
EE Manuel Bandeira - Estudante	<i>"Esse ano eu não participei de nenhuma. Então acho que esse ano não teve".</i>	<i>"Não sei se tem, ano passado não tinha. Era só aquela reunião básica, na biblioteca, fala, fala, fala, e é só isso"</i>

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Nota-se que há uma variedade de situações nas escolas investigadas. Algumas situações mais alinhadas com as orientações da CTETC, outras que desconhecem uma etapa por inteiro, além de respostas de alunos em contradição com as de gestores.

Ficou evidente para a pesquisadora que há lacunas neste processo. E ao questionar os sujeitos sobre as dificuldades de atuação que encontram, obteve-se dos Diretores respostas mais vinculadas à timidez, falta de maturidade, dificuldade de se organizarem sozinhos... Já os Especialistas completaram que muitos ainda têm dificuldade de expressar o que pensam, o que poderiam melhorar na escola.

Contudo, ao fazer essa mesma pergunta para os estudantes, as dificuldades foram mais enfáticas como "Conseguir alguma coisa ser levada adiante, que a gente só fala e não escutam, acho que a gente existe só por existir mesmo, só pra falar que tem líder" (Estudante da EE Lima Barreto, grupo focal realizado em 10/07/2024).

Os estudantes da EE Conceição Evaristo, ao falarem das dificuldades, além de não se sentirem ouvidos pela direção escolar, também falaram sobre a ausência da Superintendência na escola.

Se juntassem os representantes com a Direção e eles [que compõem a direção] nos ouvissem [...] melhoraria a escola. Tipo, a superintendência meio que podia ajudar. Igual o projeto de leitura que a gente apresenta para a comunidade, vocês [a superintendência] poderiam ajudar divulgar, poderiam vir aqui, assistir (Estudante da EE Conceição Evaristo, grupo focal realizado em 19/06/2024).

A fala do estudante da EE Conceição Evaristo evidencia uma dificuldade apresentada no início deste estudo: a de se efetivar um monitoramento das atividades da Juventude nas escolas da SRE de Araçuaí.

A esse respeito, inclusive, quando questionado aos gestores se a SEE/SRE de Araçuaí acompanha as eleições de representantes e execução do plano de ação em sua escola, constatou-se, mais uma vez, a presença de um acompanhamento sistemático e efetivo. “Geralmente eu vejo cobrança no *e-mail*, que quando chega o *e-mail*, eu repasso para a supervisão. Sim, pede por *link* nome, tudo direitinho.” (Olga, entrevista realizada em 10/06/2024).

Os outros Diretores e Especialistas confirmaram que há o acompanhamento por *e-mail*, quando solicitam o preenchimento de *links*. E enfatizaram a necessidade de um monitoramento em loco.

Eu acho que a visita em loco ajudaria. Assim, até para a gente. Por *e-mail* você pode escrever qualquer coisa [...] eu acho que quando a pessoa vem, eu acho que até quem está fazendo se sente na obrigação. Fala: ‘assim não’, vou fazer o real, fazer o melhor, porque está vindo. Eu gosto. Tem gente que tem medo. Eu gosto, porque a gente vai aprendendo (Cecília, entrevista realizada em 18/06/2024).

Em linhas gerais, tanto Diretores quanto Especialistas expuseram a necessidade de monitoramento em loco, presencial. Explicaram compreender as demandas de trabalho e que na impossibilidade de monitoramento em loco, poderiam ocorrer pelo menos reuniões via *Google Meet* no início do ano para explicar todas as ações.

Poderia haver assim, antes de fazer a eleição, uma orientação geral, o que significa isso, o que é esse conselho, para que ele serve, uma orientação geral antes, mas isso no início, antes do processo de eleição (Gabriela, entrevista realizada em 07/06/2024).

Pelas falas dos gestores pode-se refletir que há uma necessidade de acompanhamento, e quem sabe, dos gestores serem ouvidos neste processo. Resultado, talvez, que influencia na visão dos alunos sobre a importância de se ter um Conselho de Representantes de turma em sua escola. Segundo estes, há importância, “se escutar, porque igual agora, não vejo importância não” (Estudante da EE Machado de Assis, grupo focal realizado em 10/06/2024).

Importante ressaltar que, conforme já tratado neste estudo, o protagonismo juvenil, conceitualmente, extrapola indicações previamente elaboradas para execução. Desta forma, objetivou-se conhecer outras ações que a escola realiza que promovem a participação dos estudantes.

Ocorre que, mais uma vez ficou evidente um conceito de participação em degraus inferiores como os demonstrados por Bellenzier (2022) na escada da participação. “A gente tem sempre os projetos da escola. Todos eles são com a participação dos alunos. Todos! [...] A gente busca com que eles façam (Cecília, entrevista realizada em 18/06/2024)”.

Cecília recorda dos projetos “da” escola e explica que todos eles acontecem com a participação dos alunos. Para ela, esses projetos idealizados pela escola são ações protagonistas por contar com a participação dos estudantes em sua execução. Se recorrermos a Bellenzier (2022), a escola de Cecília constará em níveis inferiores ao nível 6 de participação, definido como o de **Participação decisória, planejadora e operacional** – onde jovens participam da decisão de se fazer algo ou não, do planejamento e da execução de uma ação.

Por exemplo, quando toca o sinal do recreio, os representantes é que fecham as salas e levam a chave, então há esse senso de pertencimento 'eu vou cuidar da minha sala' [...] Estragam alguma coisa, a primeira coisa eles vêm aqui e falam 'olha, estragou tal coisa, foi fulano, vamos consertar' então é muito presente (Olga, entrevista realizada em 10/06/2024).

Cabe refletir se algumas tarefas que envolvem a participação do estudante, de execução como ser responsável por fechar a sala, estariam sendo ações que promovam a motivação necessária para alcançar degraus mais elevados de participação. Ou, se os gestores não estão conseguindo estabelecer um canal de diálogo eficiente para a promoção de uma gestão mais democrática e próxima dos

anseios da Juventude. Será que os representantes se sentem engajados o suficiente, protagonistas a contento com a tarefa delegada a eles, como o de responsável pela chave da sala? Cabe lembrar que a exemplo do estudante da EE Lygia Fagundes, essas tarefas são consideradas “coisas mínimas”.

Neste contexto, a relação entre a Juventude a gestão escolar tem conseguido se articular de modo a promover o protagonismo juvenil? A próxima seção objetiva fornecer elementos para se pensar no assunto.

3.2.4 Juventude x Gestão Escolar – uma relação possível?

Ainda, que por motivos diversos, muitas vezes o Diretor Escolar não assume as demandas da Juventude. Como se perceberá na fala de alguns entrevistados, devido à alta demanda de tarefas o Diretor por vezes não se envolve nas ações com a Juventude, a exemplo do processo de eleição de representantes de turma.

Eduardo Araújo (2017), em sua pesquisa sobre a gestão escolar, apresentou quadro com informações às quais os gestores escolares assinam, se responsabilizando, ao assumirem o cargo de Diretor Escolar. Esse quadro foi construído a partir da leitura dos termos de compromisso assinados pelo Diretor em sua nomeação. A referência utilizada foi o termo do ano de 2015 (Minas Gerais, 2015). A análise feita por Araújo (2017) evidenciou uma alta concentração de demandas administrativas sob a responsabilidade do diretor, que notoriamente inviabiliza seus esforços nas demandas estritamente pedagógicas. O Quadro 20 contempla essas responsabilidades.

Quadro 20 – Responsabilidades/Competências exigidas ao Diretor de Escola na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais

RESPONSABILIDADE/COMPETÊNCIA EXIGIDA	DIMENSÃO DA GESTÃO IMPLICADA
1. Responder integralmente pela escola, exercendo em regime de dedicação exclusiva as funções de direção;	Administrativa
2. Cumprir e fazer cumprir as determinações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;	Administrativa
3. Garantir o cumprimento do calendário escolar estabelecido conforme as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;	Administrativa
4. Representar oficialmente a escola, tornando-a aberta aos interesses da comunidade, estimulando o envolvimento dos alunos, pais, professores e demais membros da equipe escolar;	Administrativa
5. Zelar para que a escola estadual sob sua responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade;	Administrativa/Pedagógica
6. Coordenar o Projeto Pedagógico;	Administrativa/Pedagógica
7. Apoiar o desenvolvimento da avaliação pedagógica e divulgar seus resultados;	Administrativa/Pedagógica
8. Adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos alunos e sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas;	Administrativa/Pedagógica
9. Estimular o desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação;	Administrativa
10. Organizar o quadro de pessoal e responsabilizar-se pelo controle da frequência dos servidores;	Administrativa
11. Conduzir a Avaliação de Desempenho da equipe da escola;	Administrativa
12. Promover a manutenção e permanente atualização do processo funcional do servidor;	Administrativa
13. Garantir a legalidade e a regularidade do funcionamento da escola e a autenticidade da vida escolar dos alunos.	Administrativa
14. Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar;	Administrativa
15. Indicar necessidades de reforma e ampliação do prédio e do acervo patrimonial;	Administrativa
16. Prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da escola e a presidência do Colegiado Escolar;	Administrativa
17. Assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar, responsabilizando-me por todos os atos praticados na gestão da escola;	Administrativa/Financeira
18. Fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela SEE/MG, observando os prazos estabelecidos;	Administrativa

Quadro 20 – Responsabilidades/Competências exigidas ao Diretor de Escola na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais

(conclusão)

RESPONSABILIDADE/COMPETÊNCIA EXIGIDA	DIMENSÃO DA GESTÃO IMPLICADA
19. Observar e cumprir a legislação vigente.	Administrativa

Fonte: Elaborada pela autora com base em Araújo (2017).

Pelo Quadro 20, Araújo (2017) esclarece que há uma carga maior de responsabilidades administrativas em detrimento das pedagógicas. Sendo normalmente um professor que assume o cargo de gestão, para o autor, há uma carência de responsabilidades pedagógicas mencionadas, visto que é a área de maior competência do professor/gestor.

Araújo (2017) voltou sua atenção para a quantidade de tarefas administrativas e financeiras assumidas pelo diretor escolar, em detrimento das atividades pedagógicas. A sua crítica foi contundente. O mesmo autor talvez não estranhasse que o termo de responsabilidades assinado mais recentemente pelos diretores tenha sofrido alterações importantes, como consta no Anexo C.

Comparado ao Quadro 20, observa-se que no Anexo C, as responsabilidades do Diretor Escolar foram mais bem detalhadas. Embora não tenha havido um aumento significativo nas responsabilidades, houve uma clarificação das exigências do cargo. Um ponto positivo é que, ao contrário do termo anterior, onde os itens de 5 a 8 abordavam as responsabilidades pedagógicas de forma mais geral, o termo atual inclui um item específico que detalha e adiciona responsabilidades pedagógicas, como a destacada no item III do Anexo C, que trata da garantia da participação dos estudantes.

Esse detalhamento das responsabilidades no termo atual pode proporcionar maior clareza sobre as ações necessárias nas escolas. Ao incluir a garantia de uma gestão democrática e participativa no Termo de Responsabilidades do Diretor, não apenas formaliza elementos de participação, mas também atribui ao Diretor a responsabilidade de considerar a eficácia dessas iniciativas. Isso reforça a importância do envolvimento dos alunos, promovendo um ambiente escolar mais colaborativo e responsável.

Presumindo que as responsabilidades assumidas pelo diretor escolar na área administrativa demandem muito do seu tempo, não é de se estranhar as falas anteriores dos gestores ao confirmarem que descentralizam as ações das Juventudes para os Especialistas da Educação Básica.

O gestor tratado por Araújo (2017) trata-se especificamente do diretor escolar. Vale lembrar que nesta pesquisa os especialistas são mencionados, por vezes, enquanto gestores por comporem a equipe de gestão pedagógica da escola. Considerando, inclusive, que a gestão da escola, amplamente falando, não se faz apenas na figura do diretor escolar.

Neste sentido, foi indagado aos Diretores e Especialistas sobre a participação dos estudantes nas decisões da escola, de que forma isso ocorre, e ainda se há ações que incentivam essa participação, mediada pela CTETC ou SRE de Araçuaí.

Eles têm o Conselho de Classe, tem agora o Conselho de Turma, representantes de turma. E assim, eu tenho... O que eu vi do projeto, desse projeto de representante de turma [...] é mais voltado para isso mesmo... Para esses meninos estarem mais participativos, ver mais a realidade da escola e ajudar. Resolverem algumas situações, foi o que eu li do Projeto (Cecília, entrevista realizada em 18/06/2024).

Cecília lembrou da leitura que fez dos documentos sobre o Conselho de Representantes de Turma, contudo, não soube dizer se na EE Lygia Fagundes, os alunos já participaram de tomadas de decisão, ou se percebe o desejo deles de participarem de algum modo.

Semelhante à resposta dada por Cecília, Olga lembrou dos programas amplamente divulgados pela SEE/MG, como o Jovem Senador. Desta forma ela confirma que a SEE fomenta a participação dos estudantes, mesmo que não necessariamente envolvida nas decisões da escola.

Tem esse concursos, né?! Por exemplo, Jovem Senador. Sempre vem e é uma forma, e eu falo que a gente participa de tão pouco, nós, no sentido geral, por causa das **demandas do cotidiano que são tão grandes** que a gente fica assim 'mais uma coisa'? (Olga, entrevista realizada em 10/06/2024, grifo nosso).

A fala de Olga representa outros diretores, e confirma o exposto por Araújo (2017) em seu quadro de responsabilidades exigidas do diretor. São muitas demandas. E de forma não alheia às demandas do diretor escolar, é que se faz pertinente refletir sobre que tipo de gestão tem se efetivado na relação com a juventude. Como as escolas, por meio de sua equipe, têm favorecido a participação dos alunos nas tomadas de decisão.

Dulce, EEB da EE Carlos Drummond de Andrade, explica que não há uma participação plena, mas que um exemplo seria a pesquisa que eles fizeram sobre o lanche a ser servido na Semana da Juventude. Para ela, essa foi uma participação dos estudantes nas tomadas de decisões.

Não, 100% não. Na Semana da juventude a gente fez pesquisa sobre que tipo de lanche eles gostariam. Ai, dentro da possibilidade do cardápio da escola, a gente vai colocando. Agora mesmo, essa festa junina, eles decidiram, até a ornamentação do pátio foi eles (Dulce, entrevista realizada em 03/07/2024).

A Especialista entende, neste processo, que houve participação dos estudantes na tomada de decisões e processos de escolha dentro da escola. Entretanto, quando questionados, os estudantes da mesma escola mencionaram não se sentirem ouvidos neste sentido. Exemplificaram por dizer que já tentaram participar da elaboração dos uniformes, por diversas vezes, sem sucesso.

A gente odeia esse uniforme, parece roupa de presídio. Horrível! Pedimos para mudar. Um colega até “manjava” de *design*. Mas eles não deixam de jeito nenhum. Dizem que é modelo padrão. Mas eu tenho um primo de outra escola, que lá eles fizeram até uma votação para mudar a cor da blusa e conseguiram. Então, né?! Fica difícil a gente te falar que participa das decisões da escola. Não deixam a gente opinar nem na cor da blusa (Estudante da EE Carlos Drummond de Andrade, grupo focal realizado em 03/07/2024).

Todos os estudantes foram enfáticos ao responderem que a escola não leva em conta os seus pedidos e solicitações. E que apenas algumas raras vezes, mesmo assim quando eles já solicitam algo em acordo com o que sabem que pode vir a ser aceito: “Nós do 3º ano fomos barrados de fazer uma blusa de outra cor, só podia ser branca. Ai a gente está com essa branca, fizemos branca para não gerar discussão” (Estudante da EE Conceição Evaristo, grupo focal realizado em 19/06/2024).

As falas dos estudantes acima, confirmam que as situações são diversas. Mas o que mais se aproximam são as reivindicações dos estudantes por maior envolvimento nas decisões, por menores que sejam elas. Foram unânimes em dizerem que não se sentem efetivamente ouvidos nos processos escolares.

Nós até demos uma ideia para incentivar a leitura na escola. Mas não aconteceu [risos]. Como foi a gente que teve a ideia, eu acho que, tipo, ia 'pegar' mais, que eles iam gostar mais do que se fosse um professor falando. Porque é mais fácil se eu sou amiga sua, falar com você e você me escutar do que escutar uma pessoa de autoridade, eu acho. Ainda mais nós, alunos. Já que a ideia veio da gente, eu acho que ia fluir muito mais, do que se fosse só dos professores (Estudante da EE Clarice Lispector, grupo focal realizado em 14/06/2024).

Os estudantes explicaram que a ideia era desenvolver um Projeto de Leitura na escola. Eles acreditam que sendo criado por eles, seria mais bem aceito pelos colegas, que participariam efetivamente. Contudo, segundo os estudantes, a ideia não foi aceita pela direção escolar.

Desse modo, conclui-se que a participação do aluno na gestão da escola é restrita e atrelada a questões secundárias, que, segundo Dallari (1984), não afeta o poder de decisão, porque não assegura aos alunos a possibilidade de influir diretamente nas decisões (Ferreira; Pereira, 2017, p. 55).

Pensar uma relação, como proposta nesta seção, requer ampliar o leque de possibilidades para a inclusão da Juventude naquilo que diz respeito à sua efetiva participação escolar. Isto posto, algumas questões secundárias como a escolha do cardápio de um dia comemorativo, confirma a ausência de influência dos alunos nas decisões. Para ampliar esse leque, é preciso que os estudantes, enquanto cidadãos, “realizem três ações: fazer, tomar e ter parte” (Bordenave, 1983 *apud* Ferreira e Pereira, 2017, p. 53).

Isso se articula com os degraus de participação citados nesta pesquisa. Os gestores, em muitas falas, enfatizaram que estimulam a participação dos jovens nas ações. Entretanto, muitas ações já constam pensadas e articuladas pela direção ou pelos professores. Torna-se importante a constante indagação se a função de executores não seja um motivo de recusa de alguns alunos em não participarem das ações.

Os estudantes, quando questionados, responderam que não se sentem ouvidos. Mesmo nas escolas onde foi possível observar maiores aberturas à participação juvenil. Inclusive, um dado curioso foi perceber que nas escolas onde a gestão tem se demonstrado mais aberta à juventude e com ações mais engajadas para a atuação dos Conselhos de Representantes, os estudantes enfatizaram menos poder de fala e pouca participação nas decisões da escola. “A escola é uma prisão. Se você for lá em cima o que mais escuta é 'oh gente fechou a porta da prisão'. É isso [risos]. Tipo assim, nós não somos ouvidos, nós não temos opinião” (Estudante da EE Manuel Bandeira, grupo focal realizado em 07/06/2024).

Por que não pede a opinião dos alunos antes de fazer? Até porque tudo que envolve a escola, os cobaias, quem está em teste ali são os alunos. Quem está tendo a experiência são os alunos. Teve um projeto que descobri pelo instagram da escola. Foi uma ideia boa [...] mas não chegaram nem a perguntar. Tipo assim... Vai fazer um projeto, pergunta a gente primeiro [...] Tem dia que eu preferia nem vir para a escola (Estudante da EE Carlos Drummond de Andrade, grupo focal realizado em 03/07/2024, grifo nosso).

A passagem destacada da citação suscita a reflexão proposta no título desta seção: Juventude x Gestão Escolar – uma relação possível? O estudante ao fazer esse questionamento, provoca a reflexão em torno de uma gestão escolar de fato democrática e propulsora do protagonismo juvenil.

Além da percepção de uma gestão ainda iniciante no critério da efetiva dialogicidade e interação com a juventude, esta pesquisa demonstrou em sua análise, que as evidências apresentadas no capítulo introdutório, confirmam a sobrecarga de trabalho da Coordenação da Juventude, o que inviabiliza um acompanhamento e monitoramento mais efetivo junto às escolas. Confirmou também, as lacunas entre a política emanada da CTETC e sua aplicação no chão das escolas, além de um meio de comunicação um tanto quanto ineficiente entre escolas, SRE e SEE/MG.

3.2.5 Síntese dos dados gerados

Para cumprir com seu objetivo central de explicar que protagonismo se apresenta nas escolas da SRE de Araçuaí, o capítulo 3 se organizou em duas

seções principais, uma para tratar da metodologia adotada nesta dissertação e outra para discutir os dados coletados em campo.

Pela seção metodológica foi possível, por meio do levantamento bibliográfico e documental, apresentar outros trabalhos relevantes sobre o protagonismo juvenil, apontando inclusive regiões brasileiras onde as pesquisas são mais deficientes. Os documentos analisados, como legislações ou relatórios pedagógicos também serviram de base teórica para este estudo, corroborando para a consolidação das evidências exigidas num caso de gestão, além fonte de comprovação dos meios pelos quais o protagonismo juvenil tem se pautado nas legislações nacionais e mineiras.

Ainda na seção metodológica, tratou-se da organização dos instrumentos de entrevista e grupo focal. Essa organização deu embasamento para a seção de análise dos dados coletados.

A segunda parte do capítulo 3 possuiu um desenho de análise que permitiu conhecer com mais profundidade o protagonismo nas escolas da Regional. Os dados colhidos na sua mais natural sutileza contribuíram para o alcance de objetivos iniciais trazidos na pesquisa, quais sejam: apresentar as ações de fomento ao protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí; identificar e explicitar as ações de protagonismo desenvolvidas pela SRE de Araçuaí nas escolas de sua jurisdição, com as suas dificuldades de execução e analisar as relações existentes entre o protagonismo juvenil proposto pela SRE de Araçuaí e as ações desenvolvidas pelas escolas.

Pelo capítulo 3, foi possível constatar discrepâncias entre o protagonismo percebido pela gestão e o protagonismo compreendido pelos estudantes. Numa mesma escola onde o estudante relatou falta de envolvimento, desejos de participação, foram apresentadas pela gestão ações julgadas como sendo propulsoras de protagonismo.

A comunicação que envolve Secretaria de Estado, Regionais e escolas, tratadas no capítulo 2, como uma possível lacuna, teve seção específica neste capítulo e comprovou uma necessidade urgente de adoção de medidas. As informações nem sempre chegam aos alunos, e a articulação entre os órgãos reguladores e escolas não têm proporcionado um protagonismo juvenil atuante.

Os esforços envidados na seção 3.2 desta dissertação se concentraram em analisar os dados obtidos em campo, à luz de autores referenciados; apresentar o protagonismo juvenil empreendido e percebido pelos sujeitos da pesquisa, além de consolidar dados capazes de subsidiar a proposta de um plano de ação educacional, que é assunto do próximo capítulo.

Esses elementos, somados à relação da gestão escolar x juventude, serviram de base para consolidar as ações do PAE, proposto no capítulo 4. Visando auxiliar na diminuição das lacunas apresentadas, foram propostas ações pedagógicas com atenção para a Criação de uma Equipe da Juventude na SRE de Araçuaí, além de uma plataforma digital de acompanhamento das ações - o Portal da Juventude.

4 UM CAMINHO POSSÍVEL – A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

Este capítulo objetiva, a partir das evidências pontuadas no Caso de Gestão e análise dos dados obtidos pelos instrumentos metodológicos, propor um Plano de Ação Educacional (PAE) que seja possível de se executar, favorecendo o desenvolvimento do protagonismo juvenil nas escolas da SRE de Araçuaí. Para tanto, faz-se necessário retomar alguns pontos que contribuíram para a elaboração deste PAE.

Essa pesquisa começou por abordar o conceito de protagonismo juvenil de forma ampla, além de explicar a motivação da pesquisadora para explorar esse tema. Também foram apresentadas a Coordenação da Juventude da SRE de Araçuaí e a CTETC da SEE/MG, duas coordenações importantes no incentivo às ações de protagonismo juvenil.

O Capítulo 2 abordou o conceito de protagonismo juvenil com base em referenciais teóricos importantes, além de destacar os suportes legais para sua implementação. Também foram discutidas as maneiras pelas quais a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e a Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí (SRE de Araçuaí) têm promovido ações de protagonismo e participação estudantil. Por fim, o capítulo apresentou os elementos que comprovam as evidências relacionadas ao caso de Gestão, como lacunas no processo de monitoramento das ações e falhas na comunicação junto às escolas.

No Capítulo 3, foi apresentada a metodologia da pesquisa, incluindo os resultados de uma investigação realizada no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no portal da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), que reúne revistas de educação. Esse material serviu como base para relacionar o protagonismo juvenil proposto nas políticas educacionais com sua efetividade nas práticas escolares. Além disso, foram apresentados os instrumentos de pesquisa utilizados e a análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo.

A análise dos dados revelou que a falta de servidores responsáveis pelas questões da juventude na SRE de Araçuaí é um fator que dificulta o acompanhamento e monitoramento das ações nas escolas. Além disso, a ausência

de uma comunicação mais eficiente entre a SRE de Araçuaí e as escolas sob sua jurisdição também impede que as orientações cheguem de forma mais clara e assertiva.

Diante do exposto é que se propõe a elaboração de um plano de ação educacional. Um plano que preencha as lacunas encontradas neste estudo, na tentativa de solucionar problemas que impedem a promoção do protagonismo juvenil. A intenção é que, uma vez em prática, este plano corrija as arestas e seja ferramenta eficaz para fortalecer as estratégias de promoção do protagonismo juvenil.

Visando atender aos requisitos básicos de exequibilidade de um plano de ação, esta pesquisa adotou a ferramenta 5W2H como meio de apresentar o plano, desde a criação da Plataforma até os processos de monitoramento e avaliação.

Segundo Moura (2024), “a ferramenta de planejamento estratégica 5W2H é uma maneira muito prática tendo como principal objetivo auxiliar na tomada de decisão e o planejamento dessas ações” (Moura, 2024, p. 22). É importante a adoção de um planejamento estratégico, para que as ações tenham clareza e consistência, admitindo pontos de exequibilidade, portanto. A ferramenta 5W2H adotada nesta pesquisa não é restrita ao planejamento institucional, ou mesmo da área educacional. Ela pode ser utilizada, inclusive, na vida pessoal.

Trata-se de uma ferramenta de fácil entendimento, como aponta Moura (2024):

A sigla 5W2H corresponde às iniciais (em inglês) de 7 diretrizes que, quando bem trabalhadas, solucionam todas e quaisquer dúvidas que possam aparecer ao longo de um processo ou de uma atividade. São elas: 1) What (O que será feito?); 2) Why (porque será feito?); 3) Where (onde será feito?); 4) When (quando será feito?); 5) Who (por quem será feito?); 6) How (como será feito?); e 7) How Much (quanto vai custar para fazer)? (Moura, 2024, p. 22).

O PAE está estruturado em sete eixos. Os primeiros eixos tratam da criação da Equipe da Juventude, momentos de capacitação na Regional e escolas, além de momentos de sensibilização para discutir a criação de uma plataforma digital (Eixos 1, 2 e 3). Os eixos 4 e 5 se atêm à criação e a implementação da plataforma digital da juventude, em caráter de projeto Piloto na SRE de Araçuaí que receberá o nome de Portal da Juventude. A adoção deste nome permite dar mais ênfase à categoria

dos jovens, visto que já existe no Estado um Portal do Servidor (com informações direcionadas aos servidores e suas carreiras) e um Portal do Especialista (recentemente implantado pela necessidade de articular as ações dos EEB's nas escolas estaduais). Desta forma, o Portal da Juventude pretende agregar valor às ações de protagonismo juvenil, inicialmente como Projeto Piloto na SRE de Araçuaí, para, alcançando sucesso, em todo território mineiro.

Para tanto, propõe-se a criação de uma Plataforma Digital a partir da instalação do *Moodle*, um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) bastante reconhecido e utilizado. A operacionalização se dará pelo sistema operacional oficial adotado pela SEE/MG, o Sistema Operacional Linux. Este é um sistema operacional livre e está instalado nos equipamentos das salas de informática das escolas públicas do estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 2018b). A intenção é que esta plataforma seja um canal direto de interação entre alunos e SRE de Araçuaí, auxiliando no acompanhamento e promoção das ações da Juventude.

Os eixos 6 e 7 contemplam o monitoramento, acompanhamento das ações do Portal da Juventude e avaliação, momentos pelos quais se poderá verificar com exatidão a exequibilidade da proposta.

O Quadro 21 apresenta, através da aplicação da ferramenta 5W2H a proposta de implementação da Plataforma Digital na SRE de Araçuaí.

Quadro 21 – Plano de Ação Educacional (PAE)

(continua)

N°	Eixo	What (O que?)	Why (Por que?)	Where (Onde?)	When (Quando?)	Who (Quem?)	How (Como?)	How Much (Quanto?)
1	Equipe da Juventude	Composição de uma Equipe da Juventude	Necessidade de ampliação da Equipe	SRE de Araçuaí – Setor DIVEP	Início do ano – Meses Janeiro e Fevereiro	Diretora Educacional da Regional e Supervisora DIVEP	Reuniões com apresentação das demandas	Não haverá custos financeiros; Custo de designação de nova atividade para sete analistas.
2	Formação/ Capacitação	Formação em polos	Garantia de estudo e trocas de experiências	Salão de Reuniões da SRE, escolas, <i>Google Meet</i>	Meses fevereiro e Março	Equipe da Juventude da SRE de Araçuaí	Encontro Presencial e/ou <i>Google Meet</i>	Custo referente a despesas com transporte e diárias. Custo já previsto na Regional para momentos de formação
3	Sensibilização para Criação da Plataforma	Apresentação da Plataforma	Esclarecimentos sobre sua criação e funcionamento	Salão de Reuniões da SRE, escolas, <i>Google Meet</i>	Início do ano letivo – Meses Janeiro e Fevereiro	Coordenadora da Juventude da SRE de Araçuaí	Reunião com uso de apresentação em mídia	Custo referente a despesas com transporte e diárias para as reuniões presenciais com escolas. Custo já previsto na Regional para momentos de formação
4	Projeto Piloto	Criação da plataforma em formato Moodle pelo Sistema Linux	Promoção de um canal de comunicação, formação e monitoramento	Setor NTE da SRE de Araçuaí	06 meses	Técnicos e Analistas do NTE	Criação de plataforma Moodle pelo Sistema Linux, Software	Não haverá custos financeiros; Custo de designação de novas tarefas ao NTE.

Quadro 21 – Plano de Ação Educacional (PAE)

(conclusão)

Nº	Eixo	What (O que?)	Why (Por que?)	Where (Onde?)	When (Quando?)	Who (Quem?)	How (Como?)	How Much (Quanto?)
5	Utilização do Portal da Juventude	Formação para uso da plataforma	Necessidade de capacitar os usuários para alimentarem a plataforma	Laboratório de Informática do NTE da Regional	Primeiro mês após criação da plataforma	Técnicos e Analistas do NTE	Capacitação com exposição em mídia e atendimento individual	Não haverá custos Custo de designação de novas tarefas ao NTE.
			Apresentar o Portal para as escolas	Reunião Virtual – Googe Meet	Primeiro mês após criação da plataforma	Equipe da Juventude	Apresentação da Plataforma e Passo a passo de acesso	Não haverá custos
		Utilização do Portal/ Momentos de Interação e Formação	Efetivação de um canal de comunicação e acompanhamento das ações	Plataforma Digital	Durante o ano letivo, após criação do Portal	Equipe da Juventude	Acesso diário ou de acordo com cronograma de trabalho	Não haverá custos
6	Monitoramento	Visitas presenciais e Monitoramento Virtual	Sanar problemas com atrasos nas entregas ou ausência de registros	Escolas da Regional e Plataforma Digital	Durante o ano letivo, após criação do Portal	Equipe da Juventude	Monitoramento do Portal pelo analista	Custo de transporte e diárias, já previstos anualmente para formações e capacitações no Setor DIVEP
7	Avaliação	Avaliação do Projeto Piloto	Considerar sua eficácia ou não, para ampliação em toda rede estadual	SRE de Araçuaí e escolas	Decorridos 2 anos de implementação da plataforma	Equipe da Juventude gestores escolares, professores e estudantes	Encontros por polos para discussão sobre os resultados	Custo de transporte e diárias, já previstos anualmente para formações e capacitações no Setor DIVEP

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O PAE descrito no Quadro 21 apresenta os sete eixos as etapas para implementação, execução, monitoramento e avaliação do Portal da Juventude, Projeto Piloto na SRE de Araçuaí. A fim de tornarem mais claras as ações propostas, este capítulo se organiza em seções menores, nas quais detalha o Projeto.

4.1 REORGANIZAÇÃO DO SETOR – CRIAÇÃO DA EQUIPE DA JUVENTUDE

Conforme apresentado no capítulo 2, a Coordenação da Juventude, que atua na linha de frente junto às escolas para implementação das ações da SEE/MG, se limita a uma servidora Analista Educacional do Setor DIVEP, mais conhecido como Setor Pedagógico da SRE de Araçuaí.

Tendo esta pesquisa concluído que apenas um servidor nesta função inviabiliza o trabalho com a Juventude, devido a quantidade de municípios e escolas que abrange a Regional, além da sobrecarga de trabalho do mesmo servidor, que não lida apenas com a Juventude, propõe-se inicialmente a reorganização das atividades no setor e criação de uma Equipe da Juventude.

A proposta é que essa reorganização seja feita no início do ano, nos meses de janeiro e fevereiro. Isso, devido as orientações da SEE/MG para a Juventude só chegarem normalmente no início do mês de março, mais tardar abril. Contudo, sabendo que toda reorganização envolve uma mudança de cultura, algumas vezes cristalizadas, a intenção é que essa reorganização seja feita com reuniões prévias no setor.

Recomenda-se a reorganização do setor nos meses de janeiro e fevereiro, por já ser uma ação realizada em todo início de ano, como será detalhado a seguir, quando da efetivação da criação de uma Equipe da Juventude. No início do ano, as atividades e projetos do setor passam por organizações internas. Contudo, a Juventude na SRE de Araçuaí sempre esteve a cargo de uma única analista e ao considerar que nem toda mudança seja tranquila, se propõem reuniões prévias no setor para apresentação das demandas.

A pauta para essas reuniões envolverá, inicialmente, uma sensibilização junto aos analistas sobre as demandas que envolvem a Juventude, a importância de suas ações, os impactos da falta de um acompanhamento e finalmente, a

necessidade de mais pessoas na Equipe. É importante que haja o entendimento de que se estamos lidando com os jovens, estamos lidando com a Juventude. Não há como separar isso. Por isso a Juventude está interligada a outros Projetos que os analistas já acompanham. Espera-se que os servidores, com as reuniões, percebam que não haverá um aumento de tarefas, mas uma reorganização no Setor de modo mais assertivo.

A reorganização proposta atinge apenas o Setor DIVEP da Diretoria Educacional, mais conhecido como Setor Pedagógico, que é onde atua e está locada a Coordenação da Juventude.

A depender de necessidades específicas do Setor, neste primeiro momento a equipe da Juventude não envolverá todos os analistas. A proposta inicial vigora com a criação de uma Equipe da Juventude com sete servidores. A julgar pelas 87 escolas da Regional, cada analista acompanhará em média 12 escolas nas ações da juventude.

Retomando, não há que se pensar em sobrecarga de trabalho, visto que cada analista já possui um polo de escolas que acompanha, e normalmente esse polo figura com essa mesma média de escolas, como foi explanado no capítulo 2. A mudança está em que, com a reorganização, a Juventude também será pauta nos acompanhamentos pedagógicos. Uma mudança que dará mais visibilidade às ações da Juventude e permitirá um monitoramento mais eficiente.

Como apresentado nesta pesquisa, as ações da Juventude são acompanhadas por uma única analista, a Coordenadora da Juventude, que também possui polo de escolas para acompanhamento, como os demais colegas, além de outros projetos. Essa situação foi detalhada no capítulo 2 e é motivo pelo qual se faz necessária a reorganização dentro do setor para que as ações da Juventude sejam atribuídas a mais servidores.

Após as reuniões, a reorganização será feita com a condução da Diretoria Educacional e a supervisora da DIVEP. Isso, porque, como de costume, em todo início de ano, já ocorrem reuniões para definição dos polos de escolas para acompanhamento. Mesmo que as alterações sejam mínimas de um ano para outro, essas poderão ser utilizadas para a definição de polos e projetos, pois já ocorrem no setor. Serão avaliados os interesses dos analistas, mas também as necessidades do

setor. A condução destes momentos e a definição final ficará a cargo da Diretora e Supervisora DIVEP.

Nota-se, que a construção deste PAE considera de sobremaneira a cultura organizacional. A intenção é que o PAE possua exequibilidade, atentando para aspectos preexistentes na Instituição e exigindo o mínimo de rupturas ou mudanças drásticas.

Esta ação do PAE não prevê custos financeiros ou dispêndio de tempo ou pessoal, visto que acontecerá cumprindo com a rotina organizacional para o início do ano letivo. Considera-se custo, nesta ação, a designação da demanda da Juventude para sete analistas que antes não realizavam esta atividade.

Sendo efetivada a Equipe da Juventude na SRE de Araçuaí, o próximo momento será destinado à formação/capacitação, que é assunto da seção seguinte.

4.2 CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DA JUVENTUDE E ESCOLAS

A pesquisa apontou a necessidade de períodos de formação nas escolas. A falta de uma equipe da Juventude compromete esses momentos, e a intenção, agora com a criação da Equipe é que esse trabalho possa ser realizado.

Com a equipe criada, a primeira ação será o estudo dos materiais enviados pela SEE/MG. A Equipe deverá se apropriar das informações da Juventude e da dinâmica de atuação frente às escolas. Além disso, participará das reuniões que a SEE/MG realizar. Esta é definida como primeira ação da Equipe, pois, a cada início de ano letivo, a SEE/MG envia por meio da CTETC as orientações para o processo de Eleição de Representantes de Turma e ações de fomento ao protagonismo juvenil. Sem a proposta de uma Equipe da Juventude, o estudo desses materiais e envio às escolas era feito pela Coordenadora da Juventude, com as condições de que dispunha.

A proposta feita no PAE é que a Equipe da Juventude, uma vez criada, possa estar alinhada às informações constantes nos materiais da SEE/MG.

Uma vez de posse dos materiais e informações, cada analista irá realizar o momento de formação com suas escolas.

Importante destacar, que essa ação não se traduzirá em aumento de tarefas no setor, visto que, normalmente no início de cada ano letivo, cada analista se reúne

com suas escolas, geralmente via plataforma do *Google Meet* para realizar os primeiros repasses de informações pedagógicas para o ano letivo. A diferença é que nesta reunião, agora, a Juventude também será pauta. Foram pensados os meses de fevereiro e março. Para os casos de atrasos de envio do material de estudo pela SEE/MG, essa ação poderá se estender para os meses de abril e maio do ano letivo.

Para os analistas que organizarem reuniões presenciais, seja no Salão de Reuniões da SRE de Araçuaí, seja nos municípios das escolas, o custo será aquele já previsto para despesas de diárias e transportes de servidores. A depender da inexistência de recursos nos períodos de formação, poderão ser organizados encontros via *Google Meet*.

Considerando que os dados coletados na pesquisa de campo, apontaram para a necessidade destes momentos de formação e evidenciaram o desconhecimento parcial ou total dos materiais e propostas de protagonismo nas escolas, a intenção é que as formações de modo geral, contemplem em suas pautas:

- ✓ Boas-vindas, objetivo do encontro e apresentação do analista que ficará responsável por atender ao polo de escolas nas demandas da Juventude;
- ✓ Apresentação do material da SEE/MG para Eleição de Representantes de Turma e Elaboração do Plano de Ação;
- ✓ Explicação dos pontos principais destacados no Cronograma, que geralmente envolve: Formação da Comissão Eleitoral; Eleição; Encontros mensais, Elaboração e execução do Plano de Ação;
- ✓ Importância dos Registros das Ações para envio à SRE de Araçuaí;
- ✓ Momento de debate sobre outras formas de protagonismo propostas pelas escolas.

Quase simultaneamente à criação da Equipe da Juventude e os momentos de formação e capacitação, é proposta a sensibilização da Equipe para o invento do Portal da Juventude, descrito na seção seguinte.

4.3 IMPLEMENTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PORTAL DA JUVENTUDE

Esta subseção aborda a criação e implementação de uma plataforma voltada para a Juventude na SRE de Araçuaí. Essa iniciativa foi planejada no PAE como uma forma de apoiar as ações voltadas à Juventude nas escolas da região. A pesquisa revelou a abrangência dos municípios da SRE de Araçuaí, destacando as dificuldades de acesso, por vezes, e o número limitado de analistas que atendem às necessidades pedagógicas.

Embora uma equipe seja criada no setor para atender às demandas da Juventude, é fundamental que haja suporte pedagógico para garantir um acompanhamento eficaz. A pesquisa destacou lacunas significativas, como: o repasse do material da Juventude aos alunos, a elaboração do plano de ação por iniciativa dos jovens, além dos encontros mensais a serem realizados pelo Conselho de Representantes que não se mostraram efetivados. Essas ações deveriam constar entre as iniciativas da SEE/MG e da SRE de Araçuaí nas escolas.

A proposta será detalhada em três seções com a intenção de explicar os seus desdobramentos. A ação visa a desenvolver um Portal da Juventude, uma plataforma digital que funcionará como uma ferramenta pedagógica, recurso essencial para estruturar e organizar ações de aprendizagem e empoderamento juvenil. Este portal não apenas facilitará a execução, o monitoramento e a avaliação das iniciativas da Juventude na SRE de Araçuaí, mas também atuará como um canal direto para interação e comunicação com os jovens.

O processo de implementação consistirá em três etapas principais. A primeira fase incluirá momentos de sensibilização, nos quais os participantes entenderão a importância da plataforma e seu papel na construção e condução das atividades. A segunda etapa será a criação prática do portal, a ser realizada pela equipe do NTE. Por fim, a terceira fase focará no funcionamento pleno da plataforma, garantindo que seja utilizada de forma eficaz por todos os envolvidos.

Essas etapas são essenciais para garantir que a plataforma não apenas exista, mas que realmente atenda às necessidades dos jovens e contribua para o fortalecimento das ações educativas nas escolas.

4.3.1 Primeira fase – Sensibilização para criação da Plataforma

Esta pesquisa demonstrou, com sua análise de dados, que os sujeitos a quem as políticas se destinam clamam por ser ouvidos. Mas não apenas quando a política já foi pensada e implementada. Demonstraram o desejo de compreender os motivos das ações que chegam até eles para execução. Desejam ver o sentido da realização de uma ação. Visando suprir esta lacuna, a primeira fase idealizada quando da criação da plataforma serão os momentos de sensibilização.

Esses momentos serão realizados com os sujeitos envolvidos que farão uso da plataforma, a saber: analistas da Equipe da Juventude, Superintendente Regional de Ensino, Diretora Educacional, Supervisora DIVEP, Analistas e Técnicos do NTE, servidores das equipes pedagógicas das escolas e alunos representantes de turmas.

Participarão, portanto, desde aqueles que contribuirão com a sua criação até aqueles que executarão as ações na ponta, que farão uso da plataforma. Poderão ser encontros presenciais ou virtuais, a depender das condições na época. À exceção do encontro com NTE, que será obrigatoriamente presencial.

O NTE é um setor que compõe a SRE de Araçuaí-MG, como apresentado em organograma no capítulo 2 e deverá auxiliar na realização da montagem e estruturação da plataforma. Destaca-se que há um número reduzido de servidores, como já mencionado, dentro do setor. Entretanto, entre as funções é previsto o acompanhamento técnico pedagógico, incluindo momentos de capacitação junto às escolas, apresentação de ferramentas pedagógicas pelos softwares licenciados que auxiliem no processo de ensino aprendizagem.

Contudo, considerando que a proposta de criação da plataforma será uma novidade na Regional, a intenção é que o Setor que será o responsável por sua criação, não a veja como uma tarefa a mais, ou ainda demanda exclusiva de outro setor. Mas que a perceba enquanto atividade já constante em suas rotinas, como mencionado.

Para isso, os momentos de sensibilização anteriores à criação da plataforma serão exclusivamente de modo presencial, quando se tratar do NTE, pois, as discussões precisam ser mais aproximadas com este setor. Para endossar o Projeto, é importante que os servidores se sintam parte do processo.

Além disso, é importante a ciência e apoio da chefia imediata do NTE, neste caso o Gabinete, na pessoa do Superintendente Regional de Ensino. É fundamental, a participação do Superintendente nos momentos de discussão a respeito da criação da plataforma, compreendendo as demandas da juventude e como as tecnologias podem fomentar o processo de aproximação entre SRE e discentes.

Para que seja implantada sem impacto no orçamento financeiro da SRE de Araçuaí, a plataforma é proposta em nível de um Projeto Piloto, com uso da Plataforma *Moodle*, aberta e gratuita. Considera-se nesta ação os custos de dispêndio de tempo dos servidores e deslocamento em especial dos servidores do NTE para consolidação da plataforma. Inicialmente será implantada apenas na SRE de Araçuaí, mas alçando sucesso pode ser ampliada para a rede estadual via SEE/MG.

A pauta para os encontros irá focar na importância do protagonismo juvenil, nas deficiências existentes de execução e monitoramento e a necessidade de uma ferramenta que auxilie a Equipe da Juventude na efetivação das ações. Serão dadas sugestões iniciais para essa criação, como uma plataforma estilo *Moodle* com interação *wiki*, em que seja possível, dentre outros:

- ✓ Agrupar escolas em sete polos de acompanhamento, em que atuará um analista por polo que será o mediador do grupo e quem acompanhará as demandas da Juventude;
- ✓ Estabelecer fórum de comunicação e canal tira dúvidas;
- ✓ Espaço para reunião virtual;
- ✓ Aba para inserção de materiais para estudo, como documentos, vídeos, *podcasts*;
- ✓ Cronograma com as etapas do processo de eleição de representantes de turmas;
- ✓ Espaço para inserção de atas, fotos, vídeos, plano de ação pelas escolas após a eleição de representantes, entre outros.

A inserção destes elementos na plataforma se faz necessária, para que se cumpra com o objetivo de dar visibilidade às ações da Juventude. A intenção é que a plataforma, por meio destes elementos abarque não só as propostas de ações

emanadas da SEE/MG como também aquelas que acontecem nas escolas, por iniciativa dos jovens.

As atuais orientações emitidas pela SEE/MG possuem cronograma com prazos para execução das atividades, orientações para elaboração e execução do plano de ação da Juventude e orientações para realização e registro das reuniões mensais. Deste modo, será importante a inserção destes elementos na plataforma digital.

Os encontros com as escolas deverão acontecer com a participação de lideranças estudantis, para que os jovens possam também sugerir meios de aprimoramento da plataforma. Como lideranças são considerados, os estudantes representantes de turma. Caso a eleição ainda não tenha ocorrido, serão convidados os representantes do ano anterior. Serão convidados a participarem pelos analistas da Equipe da Juventude. Esses últimos organizarão melhor forma de interação. Podendo ser presencial ou virtual, a depender das condições do momento.

Cumprida a fase de sensibilização e tendo havido momentos de discussão de ideias, sugestões, é proposta então a criação da plataforma em nível de Projeto Piloto, como descrita na próxima seção.

4.3.2 Segunda fase - Criação da plataforma digital – Projeto Piloto

Ainda considerando a isenção de custos especificamente financeiros, foi planejado que a plataforma seja criada com os recursos de que a SRE de Araçuaí já dispõe, neste caso o Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE). Além disso, espera-se, utilizar do Linux, Software oficial e gratuito atualmente utilizado pela da SEE/MG.

O NTE, como já dito nesta pesquisa, atua não apenas no atendimento técnico informático junto à Regional e Escolas, mas no atendimento técnico pedagógico. Dentre suas responsabilidades, constam momentos de formação pedagógica para uso das tecnologias e mídias digitais. É também o setor responsável pela criação e manutenção do site da SRE de Araçuaí, pelo qual se propõe que o Portal da Juventude esteja indexado.

O período inicial previsto para a criação será de seis meses, em virtude do número reduzido de servidores no setor NTE. Trata de um setor que atende outras demandas da Regional e das escolas, e por isso, foi destinado um tempo maior para esta fase. Isso, traduz a realidade já discutida nesta pesquisa, de poucos servidores para muitas demandas de trabalho, em diferentes setores que compõem a SRE.

Neste momento, o apoio do Superintendente Regional de Ensino será de fundamental relevância por incorporar de modo oficial a criação da plataforma digital nas tarefas do NTE. Cabe reforçar que não haverá arbitrariedade nesta incorporação, visto que o PAE se fará cumprir por etapas importantes de apresentação dos problemas detectados, a necessidade de intervenções e os momentos de conscientização. O objetivo primário é fomentar o protagonismo juvenil na SRE de Araçuaí. Pelo PAE, os setores se unirão neste propósito.

Ademais, este período pode favorecer trocas de ideias e sugestões para que a criação da plataforma obtenha o êxito desejado.

Pretende-se criar um Portal da Juventude que represente a juventude, com aceitação de ideias e sugestões colhidas na primeira fase, a da sensibilização.

É pretendido, inicialmente, que cada agrupamento de escolas seja feito conforme a definição inicial dos polos no setor DIVEP. Sendo assim, cada analista, ao acessar o Portal irá visualizar seu grupo de escolas e poderá, além de fazer o monitoramento, estabelecer contato com servidores e alunos de suas escolas elencadas. Foi destinado um eixo específico no PAE, tratado nas seções seguintes, para detalhar as formas de monitoramento no Portal.

A intenção é que os alunos possam interagir também, realizando postagens, registros das ações desenvolvidas, envio de sugestões, dúvidas, entre outros... Tais ações serão organizadas e feitas a partir de aceites iniciais para o uso de uma mídia digital como: assinatura de termos de uso, bloqueios de acessos necessários, entre outros.

É pretendido que a configuração inicial da plataforma exija cadastro de usuário e senha para acesso. Ao acessar pela primeira vez, os usuários terão disponíveis as informações fundamentais para uso de uma plataforma digital. Essas informações serão inseridas de modo a servir de atualização dos usuários e prevenção de ações indevidas, como disseminação de comentários pejorativos ou

preconceituosos. A linguagem será clara e de fácil compreensão para adultos e jovens. Será gerado um termo com todas as informações.

O termo gerado será o Termo de Condição de Uso da Plataforma *Moodle* – Portal da Juventude, que conterà as permissões aos usuários como realizar acessos, interagir via fórum, enviar dúvidas, sugestões, postar registros de ações da Juventude em sua escola, dentre outros. Conterà também vedações como: ofender, assediar, perseguir, ameaçar ou infringir qualquer direito legal, moral ou humano.

Por meio da plataforma, pretende-se que cada analista/mediador consiga visualizar os acessos de suas escolas, se foi realizado preenchimento solicitado, cumprimento de prazos, se há lançamento de registros, entre outros. A depender da situação de uma escola, o analista pode decidir pela necessidade de realizar visita presencial para melhor acompanhamento.

Uma questão apresentada durante a pesquisa de campo foi sobre o desejo de devolutiva pelas escolas. Alguns participantes da pesquisa relataram que preenchem os *links*, mas que nunca tiveram um retorno. Não sabem se estão realizando as atividades a contento ou não. Com a criação da plataforma, será possível fazer a leitura das entregas pelas escolas e realizar devolutivas. Cada analista ao acessar suas escolas, poderá visualizar o que está sendo desenvolvido, e fazer as intervenções pertinentes.

De modo sintético, é pretendido que a plataforma contemple em sua estrutura espaço para Cadastro de Usuário, Senha e Controle de Acesso; Banco de Dados; Fórum; Gameificação e Videochamada. O Banco de Dados será o espaço nos quais ficarão disponíveis materiais para estudo, vídeos explicativos e demais materiais da SRE de Araçuaí ou SEE/MG. O Fórum permitirá a interação dos alunos entre si e com os analistas mediadores, além de ser um espaço para dúvidas e sugestões.

Partindo do ideal que a plataforma precisa atender o público jovem, uma aba foi pensada na plataforma para Gameificação. Neste espaço poderão acontecer jogos *online* educativos com controle de acessos e duração do tempo dos jogos. Inicialmente é sugerida a inclusão de jogos que compõem o Sistema Operacional Linux, já conhecidos pela Equipe do NTE e compatíveis com os computadores das escolas.

Na aba de Videochamada espera-se que possam acontecer momentos individuais ou coletivos, a depender da necessidade de cada escola ou analista.

Será fixado cronograma de atendimento pelos analistas da Equipe da Juventude para que esses momentos aconteçam mensalmente. Para garantir o bom andamento das ações, será recomendado o mínimo de um encontro mensal por videochamada. Os convites e horários serão postados na plataforma, mas também enviados por *e-mail* institucional às escolas.

A plataforma irá contribuir com a sistematização das ações da Juventude, inclusive sendo uma importante fonte de registros do acompanhamento.

4.3.3 Terceira fase - Funcionamento da plataforma

A terceira fase da implementação do Portal da Juventude trata da capacitação dos envolvidos para sua correta utilização seguida do seu funcionamento prático.

Os servidores da Equipe da Juventude da SRE de Araçuaí receberão treinamento presencial no Laboratório de Informática pela equipe do NTE. Os técnicos e analistas do NTE realizarão a capacitação com exposição em mídia e acompanhamento individual a cada analista alocado em um dos computadores do Laboratório da SRE de Araçuaí. Por isso a necessidade do treinamento neste espaço, visto que há quantidade de computadores suficientes para treinamento em tempo real.

A capacitação seguirá em forma de oficina e cada analista poderá acessar a plataforma, simular encontros com escolas por videochamada, fazer inserção de material, verificar controle de acesso, acessar e realizar registros no fórum, dentre outras funcionalidades do Portal.

O objetivo é que seja um momento de aprendizagem para que logo depois a Equipe da Juventude tenha propriedade para realizar a capacitação com as escolas. O plano é que essa capacitação pela equipe do NTE ocorra já no primeiro mês de criação da plataforma.

Não há previsão de custos financeiros, visto que a capacitação irá ocorrer na regional por servidores da casa. Haverá, entretanto, neste caso, dispêndio de tempo

e servidores, podendo ser equiparados como custo neste sentido, mesmo que não seja imediatamente financeiro.

O outro momento de formação que será realizado pelo analista mediador com seu grupo de escolas poderá acontecer de modo presencial ou virtual, a depender da organização dos trabalhos no setor. O objetivo principal é apresentar o Portal da Juventude para as escolas e suas funcionalidades. Poderá ser criado um documento com passo a passo de acesso e navegação para facilitar a condução deste momento.

A previsão para estas duas formações é que aconteçam dentro do mês seguinte à criação da plataforma. Essa temporalidade decorre ao considerar o tempo das ações anteriores e o tempo estipulado de seis meses para a criação do Portal, demandar mais tempo para os momentos de formação, poderia incorrer em transferir as ações para o ano seguinte, o que é desfavorável ao processo. A descontinuidade de ações nas escolas, alterações de pessoal com a mudança de ano letivo impacta na consolidação de atividades.

Após esse período de formações, a pretensão é que a plataforma esteja em funcionamento com acesso diário ou de acordo com cronograma de trabalho, atendendo as datas da SEE/MG para eleição e construção do plano de ação da Juventude. A próxima seção trata a respeito do monitoramento deste funcionamento diário.

4.4 MONITORAMENTO DO PORTAL

Esta seção aborda a proposta de monitoramento apresentada no PAE. O objetivo é realizar um monitoramento contínuo, em paralelo ao desenvolvimento das ações, para que as intervenções sejam feitas de forma pontual, quando necessário.

O PAE prevê duas abordagens para o monitoramento: presencial e virtual. O monitoramento virtual poderá ser realizado diariamente através do Portal da Juventude, enquanto as visitas presenciais às escolas serão feitas em situações específicas ou conforme a necessidade. O importante é garantir que as escolas recebam o apoio necessário, independentemente da forma de monitoramento.

Os responsáveis pelo monitoramento das ações da Juventude na SRE de Araçuaí serão os analistas que compuserem a Equipe da Juventude. Por meio do

monitoramento, será possível traçar estratégias de intervenção e melhorias no processo de ação da Juventude junto às escolas.

Os custos associados às visitas presenciais já estão previstos no orçamento da Regional, não gerando despesas adicionais para a SRE.

Para garantir a eficácia da Plataforma da Juventude, promovendo melhorias contínuas por meio de um processo sistemático de monitoramento e avaliação, propõe-se como instrumentos de monitoramento a definição de indicadores sobre o número de acessos à plataforma, quantidade de ações registradas, participação dos jovens nas atividades propostas. Além disso, indicadores sobre a satisfação dos usuários da plataforma, impacto das ações nas escolas, *feedback* sobre a usabilidade do Portal.

Os instrumentos de monitoramento ficarão disponíveis numa aba específica (Monitoramento). Assim, cada analista poderá acessar e extrair relatórios mensais. Para indicadores subjetivos, como a satisfação e *feedback* das escolas, pretende-se a elaboração de instrumento de avaliação, como será apresentada na seção seguinte.

Pretende-se monitorar os dados de forma contínua com vistas a favorecer o processo avaliativo do Portal da Juventude, que é assunto da próxima seção.

4.5 AVALIAÇÃO

Com o monitoramento contínuo das ações, propõe-se um processo avaliativo trimestral, pelo qual as atividades possam ser revisadas e estratégias adotadas se necessário, além de impactos e recomendações para o próximo trimestre. O acompanhamento trimestral permite um intervalo de meses importantes para se verificar os progressos e deficiências. Espera-se ao final de três meses que tenham ocorrido pelo menos três encontros da Juventude em cada escola.

A cada trimestre pretende-se a aplicação de questionários aos usuários da plataforma e a outros sujeitos das escolas, que não necessariamente utilizam do Portal. O objetivo é avaliar a satisfação e o impacto das ações não apenas dentro do Portal, mas no chão das escolas. Além disso, pretende-se, realizar encontros com a Juventude para obter *feedback* detalhado e sugestões. O Apêndice G apresenta, de forma sucinta, uma proposta de questionário para essa avaliação.

Outro processo avaliativo é pretendido para o aniversário de dois anos do Portal da Juventude. Com dois anos de implementação em caráter de projeto piloto, e tendo êxito, fica sugerida a sua aplicação em toda rede estadual mineira. A proposta é que ocorra a apresentação dos resultados das avaliações trimestrais junto às escolas, SRE de Araçuaí e SEE/MG. Sabe-se que práticas de sucesso anteriormente divulgadas pela Rede Estadual, já serviram de base de trabalho entre uma Regional e outra, além da SEE/MG.

A intenção é que sabendo dos resultados satisfatórios, a SEE/MG acolha a proposta para implementação no Estado.

Não é incomum as Equipes do Órgão Central serem convidadas a participarem de momentos junto às Regionais. Diante disso, fica sugerido encontro presencial na SRE de Araçuaí e na sua impossibilidade, via *Google Meet*.

Além do monitoramento das métricas da plataforma (como número de usuários ativos, frequência de uso), pretende-se avaliar a eficácia técnica. Se apresentou lentidão no período avaliado, se foi de fácil utilização, se facilitou a comunicação e interação dos sujeitos.

Para tanto, a avaliação é uma ferramenta importante, pois permite tratar do envolvimento da equipe na plataforma para refletir sobre o progresso e desafios enfrentados.

À guisa de conclusão, a avaliação será realizada a fim de assegurar que os objetivos do PAE sejam cumpridos, e não sendo possível, que os ajustes sejam realizados em tempo. Pois, essa proposta de avaliação visa não apenas garantir a eficácia do Portal da Juventude, mas também fomentar um ambiente de aprendizagem e adaptação contínua, onde as vozes dos jovens e educadores são valorizadas e integradas nas ações realizadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como foco a análise da implementação das ações da Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular (CTETC) voltadas ao protagonismo juvenil na Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Araçuaí-MG. A motivação inicial para o estudo do Protagonismo Juvenil nesta superintendência se deu pelo contato da pesquisadora com o tema em questão. Ao trabalhar como Coordenadora da juventude, retomou sentimentos de inquietude por transformação, oriundos de sua trajetória pessoal e profissional com os jovens.

Ao longo do trabalho, foi possível observar a relevância das ações da CTETC para a formação de jovens mais engajados e participativos, capazes de influenciar positivamente seu ambiente escolar e social. No entanto, deficiências neste processo também se fizeram evidentes. Como a discrepância entre as orientações enviadas às escolas e àquelas que efetivamente se concretizam na prática; a comunicação entre os segmentos, escolas, SRE de Araçuaí e SEE/MG; monitoramento deficiente das ações em virtude da sobrecarga de trabalho na SRE e pouco pessoal para executar.

Os objetivos específicos delineados conduziram a uma compreensão mais profunda das iniciativas de fomento ao protagonismo juvenil, bem como das dificuldades enfrentadas na execução dessas ações nas escolas sob a jurisdição da SRE de Araçuaí-MG. Identificou-se que, apesar do potencial das propostas, há uma necessidade urgente de fortalecer a articulação entre a SRE analisada e as instituições de ensino, promovendo um diálogo mais efetivo que possibilite a superação dos desafios encontrados.

Esse estudo foi possível a partir das exposições feitas em cada capítulo. Retomando, de modo breve, o capítulo introdutório ocupou-se por expor a motivação inicial para a pesquisa e sua relevância, além de estabelecer a questão norteadora, qual seja, “Como a SRE de Araçuaí pode atuar para fortalecer estratégias de protagonismo juvenil nas escolas sob sua jurisdição?”.

À guisa de conclusão, essa pesquisa apontou possibilidades: em primeira instância, o reconhecimento do protagonismo juvenil enquanto demanda de igual importância àquelas incorporadas nas rotinas de trabalho; envolvimento de uma

Equipe da Juventude nas tratativas do protagonismo; monitoramento periódico e comunicação direta com as escolas e jovens.

Para se chegar a essas conclusões, foi realizado no segundo capítulo deste estudo, a conceituação do protagonismo juvenil e como este têm se efetivado na SRE de Araçuaí e escolas sob sua jurisdição. Além disso, a análise das relações entre as práticas de protagonismo juvenil e as ações desenvolvidas nas escolas, objeto do terceiro capítulo, revelou a importância de um trabalho colaborativo, que considere as vozes e as necessidades dos jovens.

Para isso, a proposta de um Plano de Ação Educacional (PAE) se apresenta como uma ferramenta essencial, com estratégias que visam não apenas o fortalecimento do protagonismo juvenil, mas também a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e participativo. Pelo PAE, foi proposta, além da criação de uma Equipe da Juventude na Regional, a implementação de uma plataforma digital, o Portal da Juventude. Por meio dessas iniciativas, espera-se dirimir lacunas como deficiência na comunicação e no monitoramento das ações.

Esta pesquisa contribuiu para o alargamento do olhar da pesquisadora, que por meio de situações adversas, vislumbrou um caminho de oportunidades para a Juventude. Esse caminho compreende a visibilidade da categoria juvenil através da mudança de paradigma que valorize a complexidade e as múltiplas facetas dessa fase da vida, diante de um novo olhar para a juventude que possibilite reconhecer os jovens como protagonistas de sua própria história, com o direito e a capacidade de transformar sua realidade. E, o mais importante, não os compreender apenas como receptores de políticas públicas, mas como sujeitos que devem ser ativamente envolvidos no processo de construção de sua trajetória e do futuro da sociedade.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa sirvam de base para futuras discussões e ações no âmbito da educação, contribuindo para a formação de jovens mais críticos e protagonistas de sua própria trajetória. O engajamento juvenil é uma chave fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática, e é responsabilidade de todos os envolvidos no processo educativo promover e valorizar essa participação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Andréa Botelho de. **A Constituição de Grêmios Estudantis nas escolas estaduais de Ensino Médio de Minas Gerais e seu lugar na Gestão Democrática**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em <https://mestrado.caedufff.net/wp-content/uploads/2018/02/ANDR%C3%89A-BOTELHO-DE-ABREU.pdf>. Acesso em 03 jan. 2024.
- ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-99, dez./2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v22n40/v22n40a09.pdf>. Acesso em 02 dez. 2023.
- ARAUJO, Eduardo Santos. **Gestão Escolar na Rede Estadual de Minas Gerais: Desafios da Formação Administrativa do Diretor**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em <https://mestrado.caedufff.net/gestao-escolar-na-rede-estadual-de-minas-gerais-desafios-da-formacao-administrativa-do-diretor/>. Acesso em 28 out. 2024.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910/1692>. Acesso em 28 out. 2024.
- BELLENZIER, Caroline Simon. **A Participação Dos Estudantes No Processo De Construção Do Referencial Curricular Gaúcho Para O Ensino Médio: De Que Protagonismo Estamos Falando?** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022. Disponível em <http://tede.upf.br:8080/jspui/handle/tede/2315>. Acesso em 28 out. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm. Acesso em 26 jan. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 26 jan. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 13 nov. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4530, de 2004.** Aprova o Plano Nacional de Juventude e dá outras providências. Câmara dos Deputados: Brasília, DF, 2004. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=253927. Acesso em 13 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 59. Disponível em: <Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em 26 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 28 out. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em 28 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018a. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 2018b, DF, pp. 21-24. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em 13 nov. 2023.

BOGHOSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. S. Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. **Saúde Soc.** São Paulo, n. 3, v. 18, p. 411-423, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Srx45XZG3Fr8MNMBDJ6BVnM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**. Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: https://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: 03 jan. 2024.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Universidade Federal de Educação de Minas Gerais. Faculdade de Educação **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, Set/Out/Nov/Dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2023.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Revista Brasileira de Educação**: Campinas vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.

DAYRELL, Juarez (org.). **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte Mazza Edições, 2016. Disponível em https://reaju.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/07/livro_por_uma_pedagogia_das_juventudes.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

DURKEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

ESTEVES, T. J.; OLIVEIRA, R. R. A. de. Projeto de Vida em Minas Gerais – Vale Tudo? Perfil docente deste componente curricular do Ensino Médio. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 12, p. 01-22, 2022. Disponível em <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/610/624>. Acesso em 19 set. 2023.

FERREIRA, M. F. T.; PEREIRA, A. S. Gestão Escolar e Participação: A percepção dos alunos. **Revista de Iniciação Científica**, Criciúma, v. 15, n. 2, p. 48-56, 2017. Disponível em

<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/iniciacaocientifica/article/view/2405>. Acesso em 19 set. 2023.

FERRETI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; TARTUCE, G. L. B. P. Protagonismo Juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n.122, p. 411-423, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 34. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FONSECA, Marcele Melo. Juventude e Escola: Iniciativas de Aproximação. **Juventude.Br**, v. 20, n. 1, p. 26-34, 2022. Disponível em: <https://juventudebr.emnuvens.com.br/juventudebr/article/view/269/236>. Acesso em 26 jan. 2023.

GONZÁLEZ, J. L. C; MOURA, M. R. L. Protagonismo Juvenil e Grêmio Estudantil: A produção do indivíduo resiliente. **EccoS - Revista Científica**, v. 11, n. 2, p. 375-392, jul/dez 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71512786004.pdf>. Acesso em 26 jan. 2023.

JÚNIOR, E. B. L; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, A. C. O. dos; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/2356-Texto%20do%20Artigo-8504-1-10-20210407.pdf>. Acesso em 02 dez. 2023.

LIMA, M. J. R. **Protagonismo juvenil: dificuldades e desafios de sua promoção em uma escola estadual de Belo Horizonte**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em <https://mestrado.caedufjf.net/menu/dissertacoes-defendidas/>. Acesso em 19 set. 2023.

MAGALHÃES, J. E. P. Políticas Públicas para a Juventude no período de 2003-2006: da vulnerabilidade social ao protagonismo juvenil. **Revist Aleph**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 37-63, jul. 2017. Disponível em <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/iniciacaocientifica/article/view/2405>. Acesso em 19 set. 2023.

MENEZES, Luciane de Souza. **Grêmios estudantis: quais sentidos na atualidade?** 2020. Dissertação (Centro de Educação e Humanidades/Faculdade de Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10265915. Acesso em 04 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 12084, de 12 de janeiro de 1996**. Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências. Belo Horizonte, 1996. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/12084/1996/>. Acesso em: 29 out. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13410, de 21 de novembro de 1999**. Altera dispositivos da Lei nº 12.084, de 12 de janeiro de 1996, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências. Belo Horizonte, 1999. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/13410/1999/>. Acesso em: 29 out. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18136, de 14 de maio de 2009**. Institui a Política Estadual de Juventude e dá outras providências. Belo Horizonte, 2009. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-18136-2009-minas-gerais-institui-a-politica-estadual-de-juventude-e-da-outras-providencias-2009-05-14-versao-original>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Resolução SEE nº 2795, de 28 de setembro de 2015. **Estabelece normas para escolha de servidor ao cargo de diretor e à função de vice-diretor de escola estadual de Minas Gerais e trata de outros dispositivos correlatos**. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Minas Gerais, MG, 29 set. 2015. p. 38-39.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Consolidado das Análises dos Registros das Ações do Movimento Virada Educação Minas Gerais – VEM**. Destinatário: Camilla Sá Esteves. [S.,l.], 25 mai. 2016a. 1 mensagem eletrônica.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.413, de 16 de dezembro de 2016**. Institui a Semana Estadual das Juventudes. Belo Horizonte, 2016b. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-22413-2016-minas-gerais-institui-a-semana-estadual-das-juventudes>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Belo Horizonte, 2017. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 10 nov. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Relatório da Virada Educação Minas Gerais 2016c**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, dezembro de 2016, 21 p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Ofício Circular SB/SEM/DJUV N° 37/2017**. Ações de Fomento à Participação Estudantil nas Escolas. Belo Horizonte: 06 mar. 2017a.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Ofício Circular SB/SEM/DJUV N° 128/2017**. Ações de Fomento à Participação Estudantil nas Escolas. Belo Horizonte: 18 mai. 2017b.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Ofício Circular SB/SEM/DJUV N° 61/2017**. Seminário Observatório da Juventude. Belo Horizonte: 15 mar. 2017c.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. 2018a. Disponível em <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/20181012%20-%20Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%AAncia%20de%20Minas%20Gerais%20vFinal.pdf>. Acesso em 30 out. 2024.

MINAS GERAIS. **Catálogo Linux SEE/MG: Conhecendo seus aplicativos**. 2018b. Versão I. Disponível em <https://orientaeducacao.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/12/programas-do-linux-educacional-seemg.pdf>. Acesso em 30 out. 2024.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE N° 3.685, de 29 de Janeiro de 2018**. Institui na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais o Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2018c. Diário Oficial do Executivo, p. 70.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **1ª Reunião com os Pontos Focais na SRE para as pautas das Juventudes**. Destinatário: Camilla Sá Esteves. [S.,l.], 17 mai. 2021. 1 mensagem eletrônica.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Conselho de Representantes de Turma: Orientações 2022a**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2022. Disponível em <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Conselho%20de%20representante%20de%20turma%20-%20orienta%C3%A7%C3%B5es%202022.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

MINAS GERAIS. **Resolução SEE N° 4.782, de 04 de novembro de 2022**. Estabelece normas para o processo de escolha de servidor para o cargo de provimento em comissão de Diretor e para função gratificada de Vice-diretor de Escola da Rede Estadual de Minas Gerais e trata de outros dispositivos correlatos. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2022c. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1G_9UZznbxml1vyAwqEAEt6khoqQKR_Za/view?pli=1. Acesso em 10 nov. 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Memorando Circular nº 4**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2022. <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando->

Circular%20n%C2%BA%204%202022%20SEE%20SPP.pdf. Acesso em 26 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Memorando Circular nº 6**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2022. Disponível em [https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando-Circular_n%C2%BA6-2022-SEEDMTE-CTETC\(1\).pdf](https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Memorando-Circular_n%C2%BA6-2022-SEEDMTE-CTETC(1).pdf). Acesso em 26 jan. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular. **Representantes de Turma e Conselho de Representantes – 2023a**. Destinatário: Camilla Sá Esteves. [S.,l.], 02 mar. 2023. 1 mensagem eletrônica.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Memorando-Circular nº 12/2023/SEE/DMTE - CTETC.2023c** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação, 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular. **Representantes de Turma e Conselho de Representantes – 2024a**. Destinatário: Camilla Sá Esteves. [S.,l.], 02 abr. 2024. 1 mensagem eletrônica.

MINEIRO, Márcia. Pesquisa de Survey e Amostragem: Aportes Teóricos e Elementares. **REED - Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 1, n. 2, p. 284-306, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7677/5424>. Acesso em 28 nov. 2023.

OLIVEIRA, R. G. de; LUIZ, M. C.; SILVA, C. P. Participação e protagonismo juvenil na perspectiva dos Grêmios Estudantis. **Revista e-Curriculum**, v. 20, n. 3, p. 1415-1431, jul./set., 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/curriculum/v20n3/1809-3876-curriculum-20-03-1415.pdf>. Acesso em 03 jan. 2024.

PETERMANN, Alexandre Barbosa. **As contribuições de uma escola estadual de Uberaba/mg para a formação política de jovens**. 2022. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – MESTRADO/PPGE, Universidade de Uberaba, 2022. Disponível em: https://dspace.uniube.br:8443/bitstream/123456789/2749/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_ALEXANDRE%20BARBOSA%20PETERMANN.pdf. Acesso em 28 out. 2024.

RABELLO, M. E. D. L. **O que é protagonismo juvenil**. Centro de Referência Integral de Adolescente / Sede do MIAC, 2004. Disponível em Acesso em 05 de janeiro de 2017. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/52863/mod_resource/content/2/Protagonismo%20juvenil.pdf. Acesso em 26 jan. 2023.

SEBA, A. V; BRESSANIM, J. A. O Discurso Do “PROTAGONISMO JUVENIL” na BNCCEM: Deslocamentos e Movimento de Sentidos. **Web - Revista**

SOCIODIALETO. Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD, n. 34, v. 12, p. 1-13, jul. 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/sociodialeto/article/view/8086/5832>. Acesso em: 23 set. 2023.

SCHIERHOLT, M; SILVA JR, G.E. Desigualdade de Renda nas Microrregiões do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. **Revista do CEPE**. Santa Cruz do Sul, n. 44, p. 17-38, jul./dez.2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/17623/1/artigo.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2023.

SILVA, Joaquim Celso Freire. **Políticas Públicas no Vale do Jequitinhonha: A difícil construção da nova cultura política regional**. Santo André, SP: Aupharrabio. 2005.

SILVA, Mônica Izilda da. **Olhares juvenis para as escolas – gaiolas ou asas?** Um estudo em Uberaba MG. 2019. Dissertação (Programa de Pós - Graduação em Educação) Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2019. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/123456789/1118/1/DISSERT%20MONICA%20%20SILVA.pdf>. Acesso em 04 nov. 2023.

SILVA, R. R. D. da. A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, 2023, v. 31, n.118, p.1-22, jan/mar. 2023. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3YtRDW6FdDzVsXdswMzDHs/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 nov. 2023.

SILVA, C. A.; SCHWERTNER, S. F.; ZANELATTO, E. M. Grupos Focais: Desafios e Possibilidades na Pesquisa Qualitativa em Educação. **Debates em Educação**. Maceió, n. 24, v. 11, p. 1-13, maio/ago/2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6852/pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SILVA, I. R.; NEVES, A. L. M.; Callegare, F. P. P.; Higuchi, M. I. G.; Pereira, E. C. F. F.. Vivências de Protagonismo Socioambiental por Jovens: Implicações na Constituição do Sujeito Ético-Político. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, n. 2, v. 26, p. 617-621, junho/2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/WZZ9qym7CHRcK9rK4WjVYwD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SIQUEIRA, T. B. Protagonismo juvenil: cooptação ou emancipação dos jovens?. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n.1, p.649-660, jan/jun. 2021. Disponível em <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f85817177cf5711ed976d71393b4c16ff/protagonismo-juvenil-cooptacao-ou-emancipacao.pdf>. Acesso em 19 set. 2023.

SOUSA. Maria Alda de. **A Propósito do Protagonismo Juvenil: Quais Discursos e Significados?** 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) –

Centro de Humanidades. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2243/1/2011_DIS_MASOUSA.pdf. Acesso em 23 set. 2023.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O Discurso do Protagonismo Juvenil**. 2006. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-25042007-115242/publico/tese_regina.pdf. Acesso em 01 ago. 2024.

VIEIRA, Yres Stella Macedo. **Protagonismo Juvenil: construção e participação nos Grêmios Estudantis nas escolas públicas da CREDE 14, no Ceará**. 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/15788/1/yresstellamacedovieira.pdf>. Acesso em 28 out. 2024.

ZIBAS, D. M. L.; FERRETI, C. J.; TARTUCE, G. L. B. P. Micropolítica Escolar e Estratégias para o Desenvolvimento do Protagonismo Juvenil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n.127, p. 51-85, jan/abril 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/Bv9qVvWppc6RkS9g5k8jgNb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 04 nov. 2023.

APÊNDICE A – DETALHAMENTO DE PROGRAMAS/PROJETOS DA SRE ARAÇUAÍ

Outros Programas/Projetos	Caracterização
Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)	Executado em colaboração pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), PNLD foi instituído pelo Decreto nº 9.099, de 2017, com a finalidade de avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.
Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG)	Elaborado a partir dos fundamentos educacionais expostos na nossa Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE/2014), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) e a partir do reconhecimento e da valorização dos diferentes povos, culturas, territórios e tradições existentes no estado.
Educação para a Vida	Uma semana, normalmente do mês de novembro de cada ano letivo, é destinada a realização de atividades escolares em consonância com o Projeto Político Pedagógico. Esta semana recebe o nome de Semana Educação para a Vida. São desenvolvidas por meio da parceria e da participação de todos os profissionais da Escola, estudantes e familiares.
Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM	O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em

	anos anteriores.
Educação no Trânsito	A iniciativa da SEE/MG desperta o interesse dos alunos sobre a importância de práticas educativas que colaborem por um trânsito mais seguro. Destaque para ações do mês Maio Amarelo - É um movimento internacional, celebrado anualmente no mês de maio, que ganhou repercussão no Brasil em 2014. Há seis anos, ininterruptos, o governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais SES/MG, apoia a campanha.
Ensino Fundamental em Tempo Integral (EFTI)	O Ensino Fundamental em Tempo Integral – EFTI – propõe a formação integral dos estudantes a partir da ampliação da matriz curricular, que por sua vez, está assentada em uma proposta pedagógica integrada, na qual componentes curriculares da BNCC e atividades integradoras articulam-se de forma a garantir os direitos à aprendizagem e o pleno desenvolvimento do educando.
Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA)	O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é uma prova gratuita e voluntária servindo para conceder periodicamente "certificados de conclusão de ensino fundamental", e de "certificados de conclusão de ensino médio" para quem não teve oportunidade de concluir os estudos na idade escolar adequada, para jovens e adultos residentes em liberdade no Brasil, no Exterior e para detentos.
Banca Itinerante	A Banca Itinerante é um exame realizado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) que visa aferir habilidades e competências de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir o ensino fundamental e o ensino médio na idade adequada.
Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG)	O JEMG é uma ferramenta pedagógica que valoriza a prática esportiva escolar e a construção da cidadania dos jovens estudantes-atletas de forma educativa e democrática. O público-alvo para os

	<p>jogos são estudantes-atletas na faixa etária entre 12 a 17 anos matriculados em escolas da rede pública ou particular, dos 853 municípios de Minas Gerais.</p>
<p>Programa Gestão Integrada da Escola (GIDE)</p>	<p>A GIDE é um projeto desenvolvido pela Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), que unifica e foca os esforços e recursos da escola em objetivos, metas e ações para melhoria de resultados e processos, fundamentado no método PDCA (Planejar, Executar, Verificar, Atuar) e no gerenciamento do processo pedagógico a partir de fatos e dados.</p>
<p>Programa Tempo de Aprender</p>	<p>Tempo de Aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do país. Para isso, o programa realiza ações que atuam no sentido de aprimorar a formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; disponibilizar materiais e recursos baseados em evidências científicas para alunos, professores e gestores educacionais; aprimorar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, por meio de atenção individualizada; e valorizar os professores e gestores da alfabetização.</p>
<p>Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar</p>	<p>Projeto de parceria entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) com objetivo de promover formações e sensibilizar e propagar a mediação como instrumento hábil, capaz de solucionar conflitos nas escolas, e incentivar as SRE's a divulgá-la entre os gestores como prática dialógica e democrática foram os objetivos da capacitação.</p>
<p>Programa Convivência Democrática</p>	<p>O Programa de Convivência Democrática tem por finalidade a promoção, defesa e garantia de Direitos Humanos, o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades no ambiente escolar. Contempla o novo sistema oficial de registro dos casos de violência e ações de promoção em direitos humanos nas</p>

	<p>escolas estaduais - Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos (SIMA - Educação), em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). Após o registro de ocorrências, um encaminhamento é feito para a rede de apoio (Polícia Militar, Promotoria, Conselho Tutelar, Cras, entre outros) dependendo da situação de violência registrada. O sistema também é utilizado como banco de dados para análises e recortes regionais das ocorrências.</p>
Meio Ambiente	<p>Todas as temáticas relacionadas ao Meio Ambiente também são centralizadas sob uma Coordenação na SRE. Como a recente consulta pública da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM, referente ao Plano Estadual de Ação Climática de Minas Gerais.</p> <p>A ação Plantio 2023 também faz parte da temática do Meio Ambiente. Com realização do Plantio, meses de setembro e outubro, culminância da ação em novembro e apresentação de Portfólio em dezembro de 2023.</p>
Núcleo de Acolhimento Educacional – NAE	<p>Em 2019 foi promulgada a Lei 13.935 de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas redes públicas de educação básica. A partir dessas legislações, a Secretaria de Estado de Educação organizou o Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE), que é composto por dois profissionais: Psicólogo (a) e Assistente Social. O núcleo é pensado para dar ênfase no acompanhamento ao processo de ensino e aprendizagem em conjunto com os demais profissionais da unidade escolar.</p>
Olimpíadas Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)	<p>A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP é dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e aos alunos do Ensino Médio, de escolas públicas municipais, estaduais e federais, e escolas privadas, bem como aos respectivos professores,</p>

	escolas e secretarias de educação. A OBMEP é um projeto nacional realizado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA.
Olimpíada da Língua Portuguesa	A Olimpíada de Língua Portuguesa é um concurso de produção de textos para alunos de escolas públicas de todo o país. De Iniciativa do MEC e do Itaú Social, com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária CENPEC, a Olimpíada integra as ações desenvolvidas pelo Programa Escrevendo o Futuro.
PDDE Interativo	O PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias de Educação e está disponível para todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar. Para isso, o sistema tem ferramentas de apoio ao planejamento e à gestão escolar, por meio das quais as equipes escolares podem identificar seus principais problemas e definir ações para resolvê-los.
Programa Saúde na Escola (PSE)	O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma iniciativa intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação que tem como objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes rede pública de ensino da educação básica. Ao se fortalecer as ações que integram as áreas de saúde e educação no enfrentamento de vulnerabilidades, ampliando o acesso aos serviços de saúde, contribui-se para a melhoria da qualidade de vida e apoia-se o processo formativo dos profissionais de saúde e educação.
Prêmio Escola Transformação	O Prêmio Escola Transformação tem o objetivo de reconhecer publicamente as práticas e experiências exitosas das escolas públicas estaduais com destaque nos resultados de desempenho e fluxo escolar nos seguintes níveis do ensino regular: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino

	médio.
Itinerários Formativos	O Programa Itinerários Formativos tem a finalidade de coordenar a implementação do Novo Ensino Médio, por meio de apoio técnico e financeiro às redes para implantação dos itinerários formativos, para contribuir com o desenvolvimento do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho.
Programa Jovem de Futuro	O Jovem de Futuro é um programa desenvolvido pelo Instituto Unibanco em parceria com a SEE/MG com o objetivo de apoiar e oferecer uma educação de qualidade, que possibilite o desenvolvimento integral de todos os estudantes, com equidade, num processo de transformação contínuo.
Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA)	O Plano de Recomposição das Aprendizagens é uma ação pedagógica que tem como principal objetivo apoiar as escolas estaduais na elaboração de estratégias de ensino com foco na melhoria da aprendizagem dos estudantes. Seus pilares são o Currículo Referência de Minas Gerais e os indicadores educacionais da rede estadual.
Agrupamento Temporário	A estratégia de Agrupamento Temporário está prevista dentre as ações de intervenção pedagógica com estudantes que apresentam defasagem de aprendizagem ou dificuldades de aprendizagem que interferem na consolidação de habilidades já trabalhadas anteriormente.
Programa Cemig nas Escolas 2023	O Programa CEMIG nas Escolas 2023 é uma iniciativa em Eficiência Energética e apresenta uma nova organização e estrutura de funcionamento para o período de 2023 a 2025. Nesta oportunidade, serão ofertados Cursos de Formação para Profissionais com a realização de webinars e cursos EAD “Energia que Transforma - EqT”, com tutoria especializada sobre o uso consciente de recursos naturais e estratégias de abordagem em sala de aula.

Programa Reforço Escolar	O Reforço Escolar consiste em um conjunto de ações que vislumbra o atendimento dos estudantes da Educação Básica por meio de aulas extras, ou seja, além da sua jornada de ensino regular. O programa pretende potencializar o aprendizado dos estudantes bem como a melhoria do fluxo escolar, garantindo ações diferenciadas e eficazes de retomada das habilidades não desenvolvidas pelos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme a necessidade de cada um.
Programa de Iniciação Científica na Educação Básica (ICEB)	A proposta de Iniciação Científica para a Educação Básica visa fomentar o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à pesquisa, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e nos Currículos Referência de Minas Gerais - CRMG, por meio da formação de núcleos de pesquisa e de investigação científica para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, corroborando para a progressão na trajetória escolar dos estudantes e para o incentivo à continuidade dos estudos e o ingresso dos jovens ao Ensino Superior.
JUVENTUDE- Coordenação da Juventude	Organiza todas as demandas relacionadas à JUVENTUDE. A principal demanda trata da Constituição dos Conselhos de Representantes de Turma. Além desta, também há a divulgação de Programas como Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) e Jovem Senador.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

APÊNDICE B – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO PORTAL CAPES DE TRABALHOS SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL

Região	Tipo de trabalho	Título	Autor	Instituição	Data	Objetivo	Palavras-chave
Sul	Dissertação	Educomunicação e protagonismo juvenil: contribuições de uma rádio escolar	Edemilson Gomes De Souza	Universidade do Estado de Santa Catarina	24/11/2015	Descobrir como a Rádio Escolar pode contribuir para o protagonismo juvenil no Centro Educacional Marista São José.	Educomunicação. Protagonismo Juvenil. Prática Pedagógica Educomunicativa .
Sul	Dissertação	Projeto Profissional de Vida do (a) Jovem (PPVJ): protagonismo e permanência no campo	Lariane Fedrigo	Universidade Comunitária da Região Chapecó	31/08/2022	Investigar as contribuições do PPVJ no desenvolvimento do protagonismo juvenil e da permanência do campo dos jovens atendidos pela Casa Familiar Rural (CFR) de Alpestre (RS).	Pedagogia da Alternância. Casa Familiar Rural. Permanência no Campo. Projeto Profissional de Vida do(a) Jovem. Protagonismo juvenil.
Sul	Dissertação	O Projeto Escola De Hackers Como Ambiente Potencializador Do Protagonismo Juvenil	Joao Alberto Ramos Martins	Fundação Universidade de Passo Fundo	23/08/2017	Investigar se o Projeto Escola de Hackers consiste em um espaço propício ao protagonismo juvenil, no qual se possa identificar e desenvolver ações protagonistas na atuação de estudantes participantes	Informática educativa; Escola de hackers.; Protagonismo juvenil; Processos educativos.
Sul	Dissertação	A Participação Dos Estudantes No Processo De Construção Do Referencial Curricular Gaúcho Para O Ensino Médio: De	Caroline Simon Bellenzier	Fundação Universidade de Passo Fundo	23/08/2022	O objetivo geral é analisar a forma (ou nível) de participação e o protagonismo estudantil no processo de elaboração da política curricular do Referencial Gaúcho do Ensino Médio.	Participação; Protagonismo; Ensino Médio; Juventudes; Referencial Curricular Gaúcho.

		Que Protagonismo Estamos Falando?					
Sul	Dissertação	Sentidos de protagonismo juvenil nas políticas curriculares para o Ensino Médio no sul do Brasil	Fabiane Gai Pereira	Universidade do Vale dos Rios dos Sinos	10/04/2018	A presente dissertação analisa os sentidos de protagonismo juvenil derivados das políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil, que foram implementadas no período entre 2007-2017.	Protagonismo juvenil; Juventude; Políticas curriculares; Ensino médio.
Sul	Tese	Por uma proposta pedagógica na perspectiva da educação intercultural decolonizadora	Joao Alberto Steffen Munsberg	Universidade La Salle	03/02/2020	Analisar as potencialidades do Ensino Médio Politécnico como proposta pedagógica inscrita na perspectiva da educação intercultural decolonizadora.	Ensino médio politécnico.; Protagonismo juvenil.;Intervenção na realidade.; Interculturalidade.; Decolonialidade.
Sul	Dissertação	Competências Empreendedoras No Novo Ensino Médio: Uma Resposta ÀS Dores E Aos Sonhos Educacionais Canoas	Tatiani Prestes Soares	Universidade La Salle	14/12/2022	O objetivo deste estudo consiste em Analisar o itinerário formativo de empreendedorismo para o desenvolvimento de competências nos estudantes concluintes do ensino médio de uma escola da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.	Gestão Educacional; Empreendedorismo; Educação Empreendedora; Novo Ensino Médio.
Sul	Dissertação	O Novo Ensino Médio E A Educação Física Nas Escolas Públicas Do Mato Grosso:	Weder Camillo De Souza	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	30/07/2021	Analisar as discussões sobre BNCC no Ensino Médio na perspectiva da Educação Física enquanto componente curricular com potencialidade para contribuir com o pro-tagonismo juvenil.	Ensino Médio; Educação Física. Itinerários Formativos. Protagonismo Juvenil.

		Itinerários Formativos E O Protagonismo Juvenil					
Sul	Tese	Pelos Estudantes E Para Os Estudantes: A Instrução E A Literatura Nos Periódicos Estudantis Brasileiros (1870- 1880)	Lais Pacifico Martineli	Universidade Estadual de Maringá	24/04/2020	Investigar: Por que, na década de 1870, a produção periódica estudantil ascendeu? Quais seriam as características, as temáticas priorizadas, e os gêneros textuais contemplados nos textos publicados nos jornais estudantis de 1870 e 1880? Qual era o teor dos textos literários publicados nos jornais estudantis das décadas de 1870 e 1880 que levaram Leonardo Arroyo a classifica-los como a pré-história da literatura infanto-juvenil brasileira?	Educação; História da Educação; Imprensa estudantil; Instrução; Literatura
Sul	Dissertação	As Contribuições Da Prática De Teatro De Mamulengo E Da Educação Social Em Saúde Para Crianças E Adolescentes Com Câncer	Wesley Dos Santos Borges	Universidade Estadual de Maringá	05/03/2020	Analisar e discutir o protagonismo infanto-juvenil advindo da prática do Teatro de Mamulengo e da Educação Social em Saúde para crianças e adolescentes em tratamento de câncer e seus familiares.	Teatro de Mamulengo; Educação Social em Saúde; Crianças e Adolescentes com Câncer
Sul	Dissertação	O Letramento Literário nas Práticas Pedagógicas: Vozes de Professores	Sandro Everton Nascimento	Universidade da Região de Joinville	13/12/2021	Investigar, por meio dos relatos dos Professores de Língua Portuguesa, como se dão as práticas pedagógicas realizadas no trabalho em sala de aula que objetivam o letramento literário dos estudantes do 9º ano.	Professor; Formação do leitor; Letramento Literário
Sul	Tese	Delineamento,	Grazielli	Universidade	27/05/2021	Desenvolver, implementar e avaliar uma	Bullying; intervenção;

		Implementação e Avaliação de Intervenção Antibullying no Contexto Escolar	Fernandes	La Salle		intervenção antibullying no contexto escolar, denominada #NoBullying.	adolescentes escolares.
Sul	Tese	A Mercadologização da Educação e as Funções da Escola Contemporânea: Processos e Práticas de Governo nos Cadernos do Novo Ensino Médio do Estado de Santa Catarina (Brasil)	Liliane Geisler	Universidade do Vale do Itajaí	06/12/2022	Analisar como a mercadologização da educação constitui funções escolares contemporâneas a partir de práticas e processos de governo neoliberal presentes em enunciados nos cadernos do novo ensino médio da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.	Educação escolar; Novo Ensino Médio. Mercadologização. Governamentalidade. Neoliberalismo.
Sudeste	Dissertação	Protagonismo Juvenil E As Perspectivas Do Grêmio Estudantil Nas Escolas Estaduais Paulistas	Ricardo Gavioli De Oliveira	Universidade Federal de São Carlos	13/02/2017	Investigar, a partir da perspectiva de alunos e gestores, as ações de normatização desenvolvidas pela Diretoria de Ensino da região de São Carlos no período de 2013 a 2015.	Grêmio Estudantil; Gestão Democrática; Protagonismo Juvenil
Sudeste	Dissertação	A Prática Social Da Mediação No Futebol Callejero: Processos Educativos Decorrentes	Nathan Raphael Varotto	Universidade Federal de São Carlos	21/02/2020	Identificar e compreender processos educativos que decorrem da prática social da mediação no Futebol Callejero.	Processos Educativos; Futebol Callejero. Mediação
Sudeste	Dissertação	(Re)descobrimdo O Prazer De Ler:	Thais Batista Siqueira	Universidade Estadual de	28/08/2020	Compreender as relações dos adolescentes dos anos finais do Ensino	Práticas de leitura; Protagonismo juvenil;

		O Incentivo À Prática De Leitura Entre Estudantes Do Ensino Fundamental 2		Campinas		Fundamental 2 com as práticas de leitura e verificar se ações pautadas no protagonismo juvenil promovem uma (re)aproximação entre ambos.	Ensino Fundamental 2; Adolescência
Sudeste	Tese	A Função Social da Escola: a implantação de um projeto institucional para a convivência ética	Flavia Maria De Campos Vivaldi	Universidade Estadual de Campinas	20/02/2020	Implantar e avaliar o programa de formação de professores; e identificar quais transformações ocorreram, indicando os principais avanços e dificuldades da escola, na área da convivência.	Responsividade; Convivência democrática; Intervenção escolar; Programas em educação; Formação de professores
Sudeste	Dissertação	A Responsividade no Programa “A Convivência Ética na Escola”: Um Olhar para a Transformação	Soraia Souza Campos	Universidade Estadual de Campinas	30/11/2020	Investigar e compreender o processo responsivo no programa “A Convivência Ética na Escola”, a partir das narrativas dos implementadores do programa, diante das demandas das escolas e dos diferentes contextos educativos; identificar as principais adequações ocorridas, relacionando-as com o desenho original do programa; e relatar as aprendizagens a serem incorporadas em novos programas.	Responsividade; Convivência democrática; Intervenção escolar; Programas em educação; Formação de professores
Sudeste	Tese	A formação para o mercado de trabalho: a Guarda Mirim de Montes Claros – MG (1992 - 2018)	Claudia Rosane Parrela	Universidade Federal de Uberlândia	16/07/2020	Conhecer o trabalho da Associação por meio de ações para a aprendizagem profissional dos jovens; analisar o papel da Associação da Guarda Mirim e sua constituição frente à reprodução das relações sociais de trabalho e hierarquia.	Guarda Mirim; Trabalho; Poder Local; Protagonismo Juvenil
Sudeste	Dissertação	Coletivo Immutare: uma	Laura Soares Abbad	Universidade de São Paulo	05/02/2020	Compreender esta experiência social construída por jovens ribeirão-pretanos	Experiência Social; Sujeito Juvenil;

		experiência social juvenil de produção identitária, subjetividades e conquista da autonomia em bairro periférico de Ribeirão Preto				que conformaram o Coletivo Immutare, no bairro Quintino Facci II, e como ela contribuiu para construção de subjetividades, autonomia e produção identitária nesta etapa da vida, bem como as contribuições que propostas de educação não escolar poderiam oferecer aos processos de escolarização dos jovens na atualidade.	Educação não escolar; Protagonismo
Sudeste	Dissertação	Grêmio estudantil: quais sentidos na atualidade?	Luciane De Souza Menezes	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	21/12/2020	Investigar possíveis respostas para a questão central deste trabalho, de caráter qualitativo: quais sentidos pode assumir o grêmio estudantil diante das diversas formas de movimentos juvenis que estão emergindo na atualidade?	Participação política juvenil. Juventude. Grêmio Estudantil. Democracia na escola.
Sudeste	Dissertação	Olhares juvenis para as escolas – gaiolas ou asas? Um estudo em Uberaba MG	Monica Izilda Da Silva	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	13/02/2019	Investigar: “Quais significados são atribuídos pelo jovem estudante de Ensino Médio às escolas da rede pública estadual de Uberaba-MG?”.	Jovem. Ensino Médio. Escola. Juventudes. Protagonismo.
Sudeste	Dissertação	“Solução Educacional para o Ensino Médio”? Uma Análise Sobre a Política Curricular do Programa de Educação Integral do Estado do Rio de Janeiro	Juliana Rodrigues De Oliveira Souza	Universidade Federal Fluminense	06/03/2020	Analisar a dimensão curricular da política educacional denominada Solução Educacional para o Ensino Médio (SEEM), formulada em 2012 no âmbito da parceria institucional entre a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e o Instituto Ayrton Senna.	Educação Integral; Ensino Médio; Política Educacional; Políticas Curriculares.
Sudeste	Dissertação	As Contribuições	Alexandre	Universidade	22/02/2022	Analisar e compreender as	Juventude; Escola;

		de Uma Escola Estadual de Uberaba/mg para a Formação Política de Jovens	Barbosa Petermann	de Uberaba		contribuições de uma escola estadual de Uberaba/MG para a formação política dos jovens.	Política
Sudeste	Dissertação	A Influência do Empresariado na Reforma do Ensino Médio	Sergio Feldemann De Quadros	Universidade Estadual de Campinas	27/02/2020	Investigar a influência do empresariado na Reforma do ensino médio, publicada pela medida provisória 746 de 2016 e transformada na lei 13.415 de 2017.	Reforma do Ensino Médio; Neoliberalismo; Mercadificação;MP746 /2016;Empresariado
Sudeste	Dissertação	Qualidade do Ensino Médio Integral de Pernambuco: Percepções de Gestores Escolares e Professores	Maria Claudia Ferreira De Andrade	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	24/02/2022	Investigar as ações desencadeadas pela equipe de gestão escolar e pelos professores em prol da qualidade da educação do Ensino Médio integral de quatro escolas de mesorregiões de Pernambuco.	Políticas públicas de avaliação; Covid-19;Idepe
Nordeste	Dissertação	Currículo Bahia: Projeto De Vida Como Componente Curricular Para O Protagonismo Juvenil No Ensino Médio	Marcos Alves Moreira	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	29/04/2022	Desvelar o real sentido do Projeto de Vida para o protagonismo juvenil nas políticas curriculares da Bahia.	Currículo Bahia; ensino médio; política curricular; Projeto de Vida; protagonismo juvenil
Nordeste	Dissertação	EDUCAÇÃO INTEGRAL COMO POLÍTICA EDUCACIONAL: o protagonismo juvenil nas Escolas	Dayane Priscilla Bernardes Anjos	Universidade de Pernambuco	23/03/2021	Analisar se, e como, são estabelecidas as relações entre o protagonismo juvenil e a formação integral no contexto das Escolas de Referências em Ensino Médio (horário integral e semi-integral), na cidade de Petrolina-PE.	Protagonismo Juvenil; Educação Integral; Projeto de vida; Emancipação

		Estaduais de Referência em Ensino Médio no município de Petrolina - PE					
Norte	Dissertação	Educação Integral E Currículo: O Vivido E O Concebido Por Professores De Uma Escola De Ensino Médio De Tempo Integral Em Porto Velho-ro	Anna Paula Johnson Cabral	Universidade Federal de Rondônia	29/01/2021	Analisar se o currículo ofertado pelos professores no ensino médio de tempo integral proporciona ao educando condições para que possa desenvolver-se como sujeito ativo, em suas múltiplas dimensões.	Educação Integral; Ensino Médio de Tempo Integral; Currículo.; Protagonismo juvenil
Norte	Dissertação	Educação Integral E A Avaliação Da Aprendizagem Escolar: Um Estudo Em Uma Escola De Ensino Médio De Tempo Integral No Município De Porto Velho-ro	Selena Castiel Gualberto	Universidade Federal de Rondônia	25/09/2019	Analisar se na avaliação da aprendizagem realizada no ensino médio de tempo integral estão presentes os princípios que materializam o desenvolvimento dos alunos em suas múltiplas dimensões.	Educação Integral; Educação de Tempo Integral; Avaliação da aprendizagem escolar; Ensino Médio de tempo integral
Norte	Dissertação	Problematizações Sobre a Transição Escolar para os Anos Finais do Ensino Fundamental:	Aline Freire De Souza	Universidade Federal do Rio Grande	15/12/2021	Discutir estratégias para diminuir as barreiras que a transição pode causar ao estudante do 6º ano do Ensino Fundamental e proporcionar uma reflexão às professoras e gestoras que atuam com esse grupo de ensino.	Transição escolar; Rotina escolar; Ensino Fundamental; Espaço-Tempo escolar; Relações pedagógicas

		Espaços, Tempos e Relações Pedagógicas					
Norte	Dissertação	Participação estudantil na gestão da educação profissional técnica de nível médio: estudo no IFAM - Campus Manaus Zona Leste	Martha Lima Reis	Universidade Federal do Amazonas	26/02/2019	Conhecer a configuração dos processos de participação estudantil e verificar em que medida esses processos de participação identificados favorecem a democratização da gestão.	Educação - Participação do estudante na administração; Ensino profissional - Manaus (AM); Ensino médio - Manaus (AM)
Centro-oeste	Tese	Sociodrama: Um Novo Paradigma Em Educação Como Prática da Liberdade	Yandra De Oliveira Firmo	Universidade Federal de Mato Grosso	06/12/2019	Compreender como as narrativas autorais de jovens aprendizes, emergidas pelo sociodrama, podem contribuir para uma educação democrática, perpassando por questões que nos trazem as dimensões pedagógicas, sociais, afetivas e políticas, resultantes das ações sociodramáticas, quando praticadas na educação formal.	Educação Básica; Sociodrama; Educação Libertadora
Centro-oeste	Dissertação	A Educação Católica e o Cuidado Com a Casa Comum à Luz da Ecologia Integral	Joaquim Alberto Andrade Silva	Universidade Católica de Brasília	03/03/2022	Analisar as contribuições da educação escolar católica, para o cuidado da casa comum, à luz da ecologia integral.	Educação Católica; Ecologia Integral; Cuidado; Casa Comum
Centro-Oeste	Tese	Projeto de Vida: Realidades e Expectativas de	Aline Fernanda Ventura	Universidade Estadual Paulista Júlio	15/02/2023	Conhecer os projetos de vida, as realidades e as expectativas dos jovens indígenas estudantes do Ensino Médio	Indígena Juventude Escola indígena Intercultural

		Jovens Indígenas Kayabi/kawaiwet é no Município de Juara do Estado do Mato Grosso	Savio Leite	de Mesquita Filho (Rio Claro)		da etnia Kawaiweté/Kayabi aldeia Tatuí, de Juara/MT.	
--	--	---	-------------	-------------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados de busca no Portal CAPES (2023).

APÊNDICE C – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO PORTAL SCIELO SOBRE O PROTAGONISMO JUVENIL

Região	Título	Autor	Instituição	Data	Objetivo	Palavras-chave
Sul	A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular	Roberto Rafael Dias da Silva	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	02/09/2022	Analisar e levantar a hipótese da emergência de um “imperativo da autenticidade”, que posiciona os estudantes como eternos colecionadores de experiências originais em um contexto cada vez mais padronizador e pouco afeito a diferenças e a singularidades.	Protagonismo Juvenil; Políticas Curriculares; Conhecimento Escolar; Ensino Médio; Brasil
Sul	Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes	Ana Paula Lazzaretti de Souza; Luciana Dutra-Thomé; Eva Diniz Bensaja Dei Schiró; Camila de Aquino Morais; Silvia Helena Koller	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	19/09/2011	Descrever a aplicação do método de Inserção Ecológica em um programa de intervenção para educação em direitos humanos e protagonismo juvenil para adolescentes em situação de vulnerabilidade social.	Métodos; desenvolvimento do adolescente; educação; direitos humanos
Norte	Vivências de Protagonismo Socioambiental por Jovens: Implicações na Constituição do Sujeito Ético-Político	Iolete Ribeiro da Silva; André Luiz Machado das Neves; Fernanda Priscilla Pereira Callegare; Maria Inês Gasparetto Higuchi; Eleonora Celeste Farkas Félix Pereira;	Universidade do Estado do Amazonas	13/04/2017	Realizar estudo acerca dos conceitos teóricos de protagonismo juvenil e socioambiental, de vivência e de sujeito ético-político.	Jovens; meio ambiente; sujeito ético-político; Educação ambiental
Nordeste	Saúde do adolescente na rede federal de ensino brasileira: uma metassíntese	Emily Lima Carvalho; Ludmila Anjos de Jesus; Jairo Oliveira dos Santos; Osni Santos Paz; Gabriel Nóbrega Vieira e Robson da Fonseca Neves	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)	10/02/2023	Sistematizar e sintetizar a produção científica desenvolvida por trabalhadores da rede federal de ensino sobre saúde do adolescente no âmbito escolar.	Serviços de saúde escolar; Saúde do adolescente; Promoção da saúde
Nordeste	Protagonismo Juvenil e Medidas Socioeducativas Em Meio Aberto: Experiência Em	Rafaela Rocha da Costa; Italo de Oliveira Guedes; Maria de Fatima Pereira Alberto	Universidade federal da Paraíba	01/11/2021	Apresentar uma experiência sobre o desenvolvimento do Protagonismo Juvenil dos adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, a partir de Oficinas	Medidas Socioeducativas; Adolescentes; Jovens; Protagonismo

	Oficinas Temáticas				Temáticas realizadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).	Juvenil
Sudeste	As Estratégias da Saúde da Família no enfrentamento das violências envolvendo adolescentes	Moysés Francisco Vieira Netto; Suely Ferreira Deslandes	Instituto Fernandes Figueira	05/09/2015	Avaliar a atuação dos profissionais da ESF no enfrentamento e prevenção das violências envolvendo adolescentes.	Violência; Adolescente; Estratégia Saúde da Família
Sudeste	Protagonismo juvenil no ensino médio: reflexões acerca da elaboração e implementação dos jogos interclasses	Murilo Eduardo dos Santos Nazario; Wagner dos Santos e Amarílio Ferreira Neto	Universidade Federal do Espírito Santo	14/04/2023	Discutir e analisar as possibilidades e limitações dos jogos interclasses como conteúdo de ensino em uma escola de ensino médio.	Ensino médio; educação física; esporte; jogos interclasses
Sudeste	A Linguagem Como Instrumento de Inclusão Social: Uma Experiência de Ensino do Hip Hop para Jovens e Adultos Com Deficiência Intelectual e Autismo	Ingrid Rosa Carvalho; Joyce Klein; Daiane Matheus Pessoa; José Francisco Chicon; Maria das Graças Carvalho Silva de Sá;	Universidade Federal do Espírito Santo	14/01/2022	Compreender e analisar as diversas manifestações de linguagem produzidas ao longo de uma experiência de ensino do hip hop e seus desdobramentos para o reconhecimento juvenil de jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo.	Educação Física; Dança; Pessoas com deficiência; Inequidade social
Sudeste	Sexualidade na Medida Socioeducativa de Internação: traçando Pistas por uma Revisão da Literatura	Aline Monteiro Garcia; Hebe Signorini Gonçalves	Universidade Federal do Rio de Janeiro	29/07/2019	Mapear a produção bibliográfica acerca do modo como os profissionais do sistema socioeducativo lidam com as expressões da sexualidade dos adolescentes em cumprimento de medida de internação.	Sexualidade; Adolescentes; Socioeducativo; Direitos Sexuais; Direitos Reprodutivos
Sudeste	O protagonismo de jovens com doença renal crônica e a dádiva na construção da atenção à saúde	Daniele Borges de Mello; Martha Cristina Nunes Moreira	Fundação Oswaldo Cruz	27/05/2015	Analisar os significados de ser jovem com doença renal crônica no universo das trocas sociais de bens de cuidado.	Protagonismo Juvenil; Doença Renal Crônica; Teoria da Dádiva

Sudeste	Adolescência e saúde coletiva: entre o risco e o protagonismo juvenil	Simone Gonçalves Assis ; Joviana Quintas Avanci; Cristiane S. Duarte	Departamento de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli	11/2015	Refletir sobre diversos aspectos da saúde do adolescente, como as questões associadas ao desenvolvimento físico através da alimentação e dos cuidados com a saúde oral; a presença de problemas para a saúde mental como depressão, decorrentes do bullying e de outras formas de violência; e a temática da desigualdade social que permeia a vida dos adolescentes e sua qualidade de vida.	-
Sudeste	Quando uma proposição não se converte em política?: O caso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens - PNAISAJ	Silvia Brãna Lopez; Martha Cristina Nunes Moreira	Fundação Oswaldo Cruz	07/05/2013	Apresentar os resultados parciais da análise das narrativas de atores participantes da construção da proposta da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ), com o objetivo de explorar os dissensos observados neste processo.	Políticas públicas de saúde; Adolescentes e jovens; Protagonismo juvenil; Políticas culturais
Sudeste	Programa de erradicação do trabalho infantil: ações extensionistas e protagonismo	Maria de Fátima Pereira Alberto; Romanan Silva Borges; Manuella Castelo Branco Pessoa; Juliana Mendes Lopes de Sousa; Pedro Felipe Moura de Araújo; Rodrigo de Oliveira Feitosa Vaz; Felipe Medeiros de Farias; Leonardo José de Alencar Mendes	Universidade Federal da Paraíba	30/07/2012	Realizar estudo sobre a experiência de extensão desenvolvida por estudantes e professores de Psicologia nos Núcleos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da cidade de João Pessoa. A extensão objetivava desnaturalizar o trabalho infantil, contribuir para a formação da cidadania, desenvolver o protagonismo e formar profissionais em Psicologia social.	Trabalho infantil; Direitos da criança; Empoderamento; Psicologia social
Sudeste	A política empresarial: a responsabilidade social como mecanismo de segurança	Sonia Moreira França; Fernando Zanetti	Universidade Estadual Paulista	19/09/2011	Realizar estudo acerca das ações da política empresarial no Brasil, em específico a política de responsabilidade social das empresas, por entender que existe nessa iniciativa um status de inovação tecnológica	Política empresarial; controle social; mecanismos de segurança.

					que precisa ser interrogado, pois se inscreve no interior de uma racionalidade que objetiva o governo das populações e tem como instrumento técnico, para realizar esse fim, uma sociedade controlada por mecanismos de segurança.	
Sudeste	Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos	Cynthia Ozon Boghossian; Maria Cecília de Souza Minayo	Fundação Oswaldo Cruz	05/10/2009	Relacionar e discutir as principais questões trazidas pelos pesquisadores que publicam em língua inglesa e portuguesa nos últimos 10 anos. Destacando a importância do tema da participação no âmbito dos atuais estudos e práticas sociais que contemplam a juventude, o texto contextualiza a aproximação desses conceitos.	Juventude; Participação; Protagonismo juvenil; Cidadania
Sudeste	Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores	Maria Emília Passamani; Edinete Maria Rosa	Universidade Federal do Espírito Santo	09/03/2012	Conhecer a percepção que os operadores da medida socioeducativa de liberdade assistida comunitária Casa Sol Nascente têm a respeito do seu programa.	Liberdade assistida; Adolescentes em conflito com a lei; ECA; Programa socioeducativo
Sudeste	Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil	Dagmar M. L. Zibas; Celso J. Ferretti; Gisela Lobo B. P. Tartuce	Fundação Carlos Chagas	07/07/2006	Verificar como as escolas interagem com as diretrizes oficiais que propõem a participação efetiva de alunos e dos pais na dinâmica escolar e quais são as mediações que articulam os microprocessos institucionais às orientações políticas e sociais mais abrangentes.	Ensino Médio; Reforma do Ensino; Juventude; Políticas Públicas
Sudeste	Factors associated with safe sex among public school students in Minas Gerais, Brazil	Francisco J. M. Viana; Anibal Faúndes; Maeve B. de Mello; Maria H. de Sousa	Universidade Estadual de Campinas	14/12/2006	A cross-sectional study was conducted to evaluate factors associated with safe sex among sexually active public school students in Minas Gerais State, Brazil.	Adolescent; Safe Sex; Students
Sudeste	Protagonismo juvenil na literatura especializada e na	Celso J. Ferretti; Dagmar M. L. Zibas; Gisela Lobo B. P.	Fundação Carlos Chagas	05/01/2005	Analisar o protagonismo juvenil, tal como proposto pelo documento oficial da Reforma do Ensino Médio. O "protagonismo juvenil"	Juventude; Adolescentes; Ensino Médio;

	reforma do ensino médio	Tartuce			tem tido ampla repercussão na área educacional, principalmente a partir da implementação da reforma curricular do ensino médio, cujas diretrizes adotam esse conceito como um dos pilares das inovações sugeridas. No entanto, o tema é sujeito a diferentes interpretações.	Reforma do Ensino
Centro-Oeste	Educação entre pares: protagonismo juvenil na abordagem preventiva de álcool e outras drogas	Maria Regina Araújo de Vasconcelos Padrão; Ana Júlia Tomasini; Maria Laura Alves de Moura Romero; Douglas Silva; Aline Guio Cavaca; Luciana Sepúlveda Köptcke;	Universidade de Brasília	23/08/2017	Descrever a experiência do curso Saúde e Segurança na Escola, que formou jovens para a multiplicação de saberes na prevenção de álcool e outras drogas, por meio da metodologia da educação entre pares.	Educação em saúde; Adolescentes; Drogas ilícitas; Alcoolismo
Centro-Oeste	Da literatura para a infância à literatura de fronteira: Agustín Fernández Paz e Lygia Bojunga	Blanca-Ana Roig Rechou	Brasília	31/10/2019	Propor uma análise comparativa, de natureza panorâmica, da obra infantil e juvenil de dois autores bastante significativos dos sistemas literários galego e brasileiro - Agustín Fernández Paz e Lygia Bojunga, respectivamente.	Agustín Fernández Paz; Lygia Bojunga; literatura infantil; literatura juvenil; literatura comparada; narrativa
Espanha	Promoción de la lectura y transmedia. De la creación editorial al book-trailer como epitexto ficcional	Manuel F. R. Oliva; Hugo Heredia Ponce; Carmen R. Claudio	Facultad de Ciencias de la Educación	24/03/2023	Pretende analizar el perfil de los epitextos virtuales que aparecen en cuatro plataformas editoriales de ámbito educativo para la promoción del libro.	Sociedad digital; Epitextos editoriales; Book-trailer; Sector editorial
Cuba	Los movimientos sociales y la acción juvenil: apuntes para un debate	María Isabel Domínguez	Universidad de La Habana	10/10/2006	El trabajo aborda el rol que está jugando la juventud como generación, en el marco del aumento de las acciones colectivas y convivencia de movimientos sociales de múltiples orientaciones.	Juventud; identidad generacional; movimientos sociales; participación juvenil

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos resultados de busca no portal SCIELO (2023).

APÊNDICE D – SELEÇÃO DE TRABALHOS SOBRE PROTAGONISMO JUVENIL DO PORTAL SCIELO

Região	Título	Autor	Instituição	Data	Objetivo	Palavras-chave
Sul	A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular	Roberto Rafael Dias da Silva	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	02/09/2022	Analisar e levantar a hipótese da emergência de um “imperativo da autenticidade”, que posiciona os estudantes como eternos colecionadores de experiências originais em um contexto cada vez mais padronizador e pouco afeito a diferenças e a singularidades.	Protagonismo Juvenil; Políticas Curriculares; Conhecimento Escolar; Ensino Médio; Brasil
Norte	Vivências de Protagonismo Socioambiental por Jovens: Implicações na Constituição do Sujeito Ético-Político	Iolete Ribeiro da Silva; André Luiz Machado das Neves; Fernanda Priscilla Pereira Callegare; Maria Inês Gasparetto Higuchi; Eleonora Celeste Farkas Félix Pereira;	Universidade do Estado do Amazonas	13/04/2017	Realizar estudo acerca dos conceitos teóricos de protagonismo juvenil e socioambiental, de vivência e de sujeito ético-político.	Jovens; meio ambiente; sujeito ético-político; Educação ambiental
Sudeste	Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos	Cynthia Ozon Boghossian; Maria Cecília de Souza Minayo	Fundação Oswaldo Cruz	05/10/2009	Relacionar e discutir as principais questões trazidas pelos pesquisadores que publicam em língua inglesa e portuguesa nos últimos 10 anos. Destacando a importância do tema da participação no âmbito dos atuais estudos e práticas sociais que contemplam a juventude, o texto contextualiza a aproximação desses conceitos.	Juventude; Participação; Protagonismo juvenil; Cidadania
Sudeste	Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil	Dagmar M. L. Zibas; Celso J. Ferretti; Gisela Lobo B. P. Tartuce	Fundação Carlos Chagas	07/07/2006	Verificar como as escolas interagem com as diretrizes oficiais que propõem a participação efetiva de alunos e dos pais na dinâmica escolar e quais são as mediações que articulam os microprocessos institucionais às orientações políticas e sociais mais abrangentes.	Ensino Médio; Reforma do Ensino; Juventude; Políticas Públicas
Sudeste	Protagonismo juvenil na literatura especializada e na	Celso J. Ferretti; Dagmar M. L. Zibas; Gisela Lobo B. P.	Fundação Carlos Chagas	05/01/2005	Analisar o protagonismo juvenil, tal como proposto pelo documento oficial da Reforma do Ensino Médio. O "protagonismo juvenil"	Juventude; Adolescentes; Ensino Médio;

	reforma do ensino médio	Tartuce			tem tido ampla repercussão na área educacional, principalmente a partir da implementação da reforma curricular do ensino médio, cujas diretrizes adotam esse conceito como um dos pilares das inovações sugeridas. No entanto, o tema é sujeito a diferentes interpretações.	Reforma do Ensino
--	-------------------------	---------	--	--	--	-------------------

Fonte: Elaboração da autora (2023) com base nos resultados apresentados no Apêndice C.

APÊNDICE E – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS INDIVIDUAIS AOS GESTORES E ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pretende-se, por meio da aplicação deste roteiro conhecer o perfil dos gestores escolares e especialistas da educação básica, as ações de protagonismo juvenil que ocorrem na escola e como esses sujeitos percebem a relação do protagonismo juvenil da escola, SRE de Araçuaí e CTETC.

DADOS PRELIMINARES

Nome:	
Idade:	
Formação acadêmica:	
Escola:	
Há quanto tempo é gestor ou especialista na escola?	

APRESENTAÇÃO

Questões centrais	Possíveis desdobramentos
Minha pesquisa trata do Protagonismo Juvenil na SRE de Araçuaí. Já agradeço a sua disponibilidade em participar desse momento e para começarmos, gostaria de saber como você descreveria a sua trajetória enquanto profissional da educação.	

PROTAGONISMO E JUVENTUDE

Questões centrais	Possíveis desdobramentos
1. O que você entende por protagonismo juvenil?	Que atividades presentes na escola poderiam ser consideradas como exemplos de protagonismo juvenil? (Essas atividades partem dos estudantes, da gestão, dos professores, da SEE, da SRE de Araçuaí...)

2. Para ações e demandas da Juventude, qual é o contato de referência fora da escola?	Na SRE, qual é o contato referência? E no órgão central? Há algum contato? A escola conhece a CTETC (Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular)?
3. Há ações relacionadas à participação juvenil, propostas pela SEE/MG/ SRE de Araçuaí, que a escola tenha implementado nos últimos anos?	Existe algum tipo de apoio das instâncias superiores (SRE de Araçuaí e SEE/MG via CTETC) para implementação das ações propostas?
4. De que forma a escola recebe informações ou demandas sobre o protagonismo juvenil pela SRE e CTETC?	Trata de um meio de comunicação eficiente? Por quê? O que poderia ser diferente?
5. A SRE de Araçuaí e CTETC explicaram para a gestão da escola os processos de protagonismo juvenil? De que forma isso foi feito?	Quais programas/projetos ou ações foram abordados?
6. A SRE de Araçuaí e CTETC apoiam as ações dos estudantes?	De que forma?
7. Para você, o fortalecimento do protagonismo juvenil traz vantagens para a escola?	
8. Na sua opinião, quais desafios ou situações problemáticas problemas o protagonismo juvenil pode acarretar?	De qual maneira a SRE ou CTETC poderia atuar para dar mais subsídios para pensar esses elementos?
GESTÃO DEMOCRÁTICA/CONSELHO DE REPRESENTANTES E GRÊMIO ESTUDANTIL	
Questões centrais	Possíveis desdobramentos
9. Há ações fomentadas pela SRE/CTETC voltadas à participação dos estudantes nas decisões da escola? Quais? Os alunos participam ou já participaram de tomadas de decisões nas escola? Eles gostariam de participar? Por quê?	As ações contribuíram, de alguma forma, para a ampliação da participação dos estudantes? Como CTETC via SEE/MG ou SRE de Araçuaí podem fortalecer a participação dos jovens estudantes?

10. Quais os espaços de participação estudantil existentes na escola (Colegiado é atuante? Há Conselho de Representante de Turma, Coletivos, ou outros grupos de jovens?)?	Qual o papel do estudante na gestão democrática da escola? Do seu ponto de vista, a relação entre a gestão da escola e os estudantes favorece ou impede a participação? Por quê?
11. Como a CTETC via SEE e SRE de Araçuaí podem auxiliar a escola para a mobilização para a participação dos estudantes?	
12. Existem outras ações para a participação dos estudantes que a escola realiza além das descritas pela SEE/MG ou SRE de Araçuaí? Quais?	Normalmente são ações em que os estudantes são convidados a participarem, opinarem? (Apresentações e comemorações diversas, Feiras e Mostras, Torneios...) Alguma ação mais recente na escola que tenha envolvido a participação dos alunos? De que forma participaram?
13. De qual maneira a escola realiza Eleição de Representantes de Turma? E a elaboração de Plano de Ação conforme orientações da SRE de Araçuaí/SEE-MG?	A escola possui a dupla de representantes de turma?
14. O Conselho de Representantes de Turma já foi contatado diretamente pela SRE de Araçuaí/ SEE/MG em algum momento?	
15. A SEE/SRE de Araçuaí acompanha as eleições de representantes e execução do plano de ação em sua escola?	Caso acompanhe, você acredita que isso facilita a execução das ações? Caso não acompanhe, você percebe que essa deficiência prejudica o andamento das ações?
16. Você costuma contatar a SEE/SRE de Araçuaí para tratar de demandas da Juventude?	É sempre atendido? Há lacunas nessa relação escola/SEE/SRE?
ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	

Questões centrais	Possíveis desdobramentos
17. A SRE de Araçuaí ou SEE/MG via CTETC repassou orientações sobre a constituição dos grupos de representação estudantil para a escola?	De qual maneira foram encaminhadas essas orientações e suas principais características?
18. Houve incentivo da SEE ou SRE de Araçuaí para constituição de Grêmio ou outros coletivos em sua escola? Como ocorreu?	Há Grêmio em sua escola? Se sim, como se deu a sua constituição?
19. São realizadas formações ou encontros entre SEE/MG, SRE de Araçuaí e escola com os estudantes gremistas ou lideranças estudantis?	Que tipo de formação ou encontro?
20. A SRE Araçuaí/CTETC realiza o monitoramento/acompanhamento das ações dos espaços de representação estudantil?	De qual maneira?
21. Como estão estruturadas as reuniões/encontros dos Conselhos de Representantes de Turma ou outros grupos de representação?	Existe algum registro ou planejamento das ações dos alunos representantes/participantes? Você participa ou participou destes momentos?
22. A SRE de Araçuaí ou SEE/MG via CTETC participou de alguma ação ou encontro dos grupos de representação estudantil?	A escola já convidou a SEE ou SRE para algum evento relacionado a algum desses grupos?
23. Para você, quais as principais dificuldades de atuação dos alunos representantes?	
24. Há algo que gostaria de dizer sobre o protagonismo juvenil, que não foi tratado na entrevista?	

APÊNDICE F – ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA O GRUPO FOCAL

Pretende-se, por meio da realização deste grupo focal conhecer o perfil dos estudantes, as ações de protagonismo juvenil que ocorrem na escola e como o estudante percebe as ações de protagonismo juvenil e o apoio da SRE de Araçuaí e CTETC na execução das ações.

PROTAGONISMO E JUVENTUDE	
Questões centrais	Possíveis desdobramentos
1. Existem na escola atividades que permitam vocês expressarem sobre seus desejos, o que pensam, o que gostam?	Quem planeja essas atividades? Essas atividades representam o interesse de vocês e demais estudantes? Por quê?
2. Vocês já ouviram falar da Coordenação de Temáticas e Transversalidade Curricular (CTETC) da SEE e Superintendência Regional de Ensino (SRE de Araçuaí)? Existiu algum contato desse (s) setor (es) em algum momento?	Vocês já foram contatados ou convidados pela CTETC via Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG) ou SRE de Araçuaí a participarem de alguma ação da juventude? (Encontros, Seminários, Rodas de Conversa, Pesquisa de Opinião...) Como tomaram conhecimento disso?
3. A gestão da escola repassa as informações sobre os projetos e atividades da SEE e da SRE com vocês? De qual maneira isso tem ocorrido?	Exemplos: Processo de Eleição de Representantes de Turma, Informações sobre Coletivos ou Grêmios Estudantis... Vocês recebem material digital ou impresso sobre isso?
4. Houve algum representante da SRE que conversou com vocês sobre as possibilidades de suas escolhas? Como isso ocorreu?	Desejos e escolhas pessoais, familiares... Escolhas sobre as atividades escolares... Sobre como gostariam de atuar na escola...
5. A gestão da escola conversa com vocês sobre essas possibilidades de escolha sobre atividades e ações escolares? E sobre participação nos processos decisórios da	De qual maneira isso ocorre? Vocês sabem quem faz parte da Gestão de sua escola? Exemplos de processos decisórios:

<p>escola? O que vocês entendem por participar das decisões da escola?</p>	<p>Participação no Colegiado Escolar... Alguns de vocês participam do Colegiado, sabe como funciona ou tem acesso ao que se passa nas reuniões de alguma maneira? Participam da organização de Feiras, Torneios, Apresentações? Opiniam sobre o cardápio da merenda? Já opinaram alguma vez?</p>
<p>6. A gestão da escola leva em conta, na estruturação de seus projetos, os seus pedidos e solicitações?</p>	<p>Vocês se sentem ouvidos? Por quê? Por exemplo, com muita frequência as escolas fazem campanhas contra a Dengue. Alguma dessas campanhas foi ideia de vocês? Tiveram a ideia de como fazer e se sentiram ouvidos? Ou já tiveram qualquer outra ideia sobre uma ação na escola e chegaram a contar e pedir a gestão para executar?</p>
<p>7. Para vocês qual a importância de serem ouvidos nos processos escolares?</p>	

GESTÃO DEMOCRÁTICA/CONSELHO DE REPRESENTANTES E GRÊMIO ESTUDANTIL	
Questões centrais	Possíveis desdobramentos
<p>8. Que espaços de participação estão presentes na escola? (Conselho de Representantes de Turma, Grêmios Estudantil, Coletivos...)</p>	<p>Como vocês gostariam de participar? De qual maneira a escola poderia ouvi-los? Coletivos (Existe algum grupo de jovens com uma causa específica? Responsável por monitoria, ou pela horta da escola, ou grupo de pesquisa científica... Ou um grupo de dança, de teatro...)</p>
<p>9. Do ponto de vista de vocês, a relação entre a gestão da escola e os estudantes favorece ou impede a participação? Por quais motivos?</p>	

10. Como a gestão chama os alunos a participarem dos processos?	Caso não chamem, vocês gostariam de participar? Por quê? E de quais processos ou decisões gostariam?
APRESENTAÇÃO	
Questões centrais	Possíveis desdobramentos
11. Foi realizada Eleição de Representantes de Turma e elaboração de Plano de Ação? Como foram feitos? O que vocês sabem sobre esse plano de ação?	Tiveram dificuldades para entender a demanda? Quem auxiliou? A escola possui a dupla de representantes de turma?
12. O Conselho de Representantes de Turma já foi contatado pela SRE de Araçuaí/ CTETC via SEE/MG em algum momento? De qual maneira ocorreu esse contato?	Vocês já participaram de reuniões, encontros com a CTETC ou SRE de Araçuaí? Essas coordenações já participaram de reuniões do Conselho de Representante?
13. Vocês têm ou já tiveram grupos de contato entre os representantes de turma? Seja de <i>WhatsApp</i> ou outra mídia como <i>facebook, instagram...</i>	Acreditam que esses grupos facilitaram a interação e o desenvolvimento de ações na escola? Já tiveram grupos de contato com a CTETC ou SRE de Araçuaí? Acreditam que esse contato pode contribuir? De que modo?
14. Vocês desenvolvem ações que considerem protagonistas na escola?	Podem descrevê-las?
15. Há Grêmio Estudantil na escola? Quais ações normalmente realiza?	Vocês sabem o que é um Grêmio, como se constitui, o que faz na escola? Vocês participam do Grêmio? Como se deu a constituição do Grêmio? Quem mais incentivou essa criação?
16. Vocês participam ou já participaram de algum grupo fora da escola, como grupos de teatro, grupos de evangelização, times esportivos, manifestações de gênero ou outros?	Como se deu a organização desse grupo?

ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	
Questões centrais	Possíveis desdobramentos
17. Agora gostaria que vocês falassem um pouco da escola, como se sentem, que espaços e atividades mais gostam e o que não gostam e por quê.	
18. Quais formações ou encontros entre SRE de Araçuaí, e CTETC via SEE/MG ou escola são realizadas com os estudantes representantes de turma ou gremistas?	Vocês gostariam de encontros nesse sentido? Como vocês sugerem que esses encontros possam acontecer?
19. Para vocês, quais as principais dificuldades de atuação do Conselho de Representantes de Turma ou Grêmios Estudantis? E quais as principais potencialidades?	
20. Qual a importância de ter um Conselho de Representante de Turma, Grêmios Estudantis ou outro grupo de representação estudantil na escola?	
21. Vocês sentem que têm o apoio da escola para as ações que pretendem?	De que forma percebem esse apoio? Ou de que forma gostariam de receber esse apoio/incentivo?
22. Como estão estruturadas as reuniões/encontros dos Conselhos/gremistas?	Existe algum tipo de registro ou Planejamento das ações dos Conselhos e Grêmios Estudantis? Quem apoia vocês na condução destes encontros?
23. Tem algo que vocês gostariam de dizer que não foi tratado neste momento?	

APÊNDICE G - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PAE

Questionário de Avaliação do Funcionamento do Portal da Juventude

Pretende-se, por meio da realização deste questionário conhecer o nível de satisfação dos usuários do Portal da Juventude.

Por favor, responda as questões abaixo sobre sua experiência com o Portal da Juventude.

1. Informações Gerais

1.1. Qual seu nível de usuário no Portal da Juventude?

- Aluno
- Membro de equipe escolar
- Membro da SRE de Araçuaí

2. Navegação

2.1. Como você avalia a navegação na plataforma?

- Muito fácil
- Fácil
- Regular
- Difícil
- Muito difícil

2.2. Você encontrou dificuldades para acessar os recursos (videochamada, materiais, fóruns)?

- Sim
- Não
- Se sim, por favor, descreva:

3. Recursos

3.1. Quais os recursos você mais utiliza? (Marque todas as que se aplicam)

- Fóruns de discussão
- Videochamada
- Wiki
- Jogos Educativos
- Atas, vídeos e outros materiais postados pelas escolas
- Outros (especifique):

3.2. Você considera que os recursos disponíveis atendem suas necessidades?

- Sim
- Não
- Se não, quais recursos você gostaria de ter?

4. Comunicação

4.1. Como você avalia a comunicação entre alunos, gestão da escola e equipe da SRE de Araçuaí na plataforma?

- Excelente
- Boa
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

4.2. Você já precisou de suporte técnico?

- Sim
- Não
- Se sim, como foi sua experiência?

5. Satisfação Geral

5.1. Qual sua satisfação geral com o Portal da Juventude?

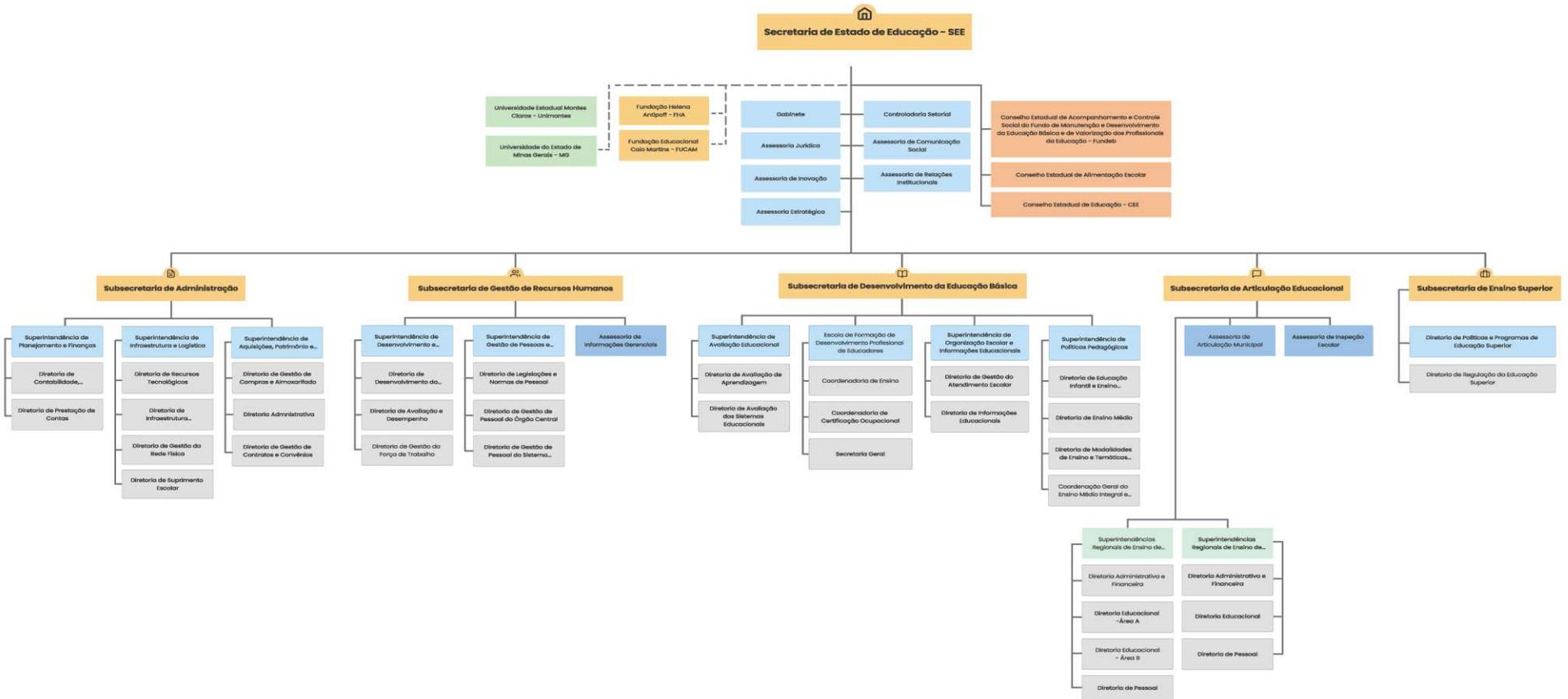
- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Neutro
- Insatisfeito
- Muito insatisfeito

5.2. Quais sugestões você tem para melhorar o funcionamento do Portal?

6. Comentários Finais

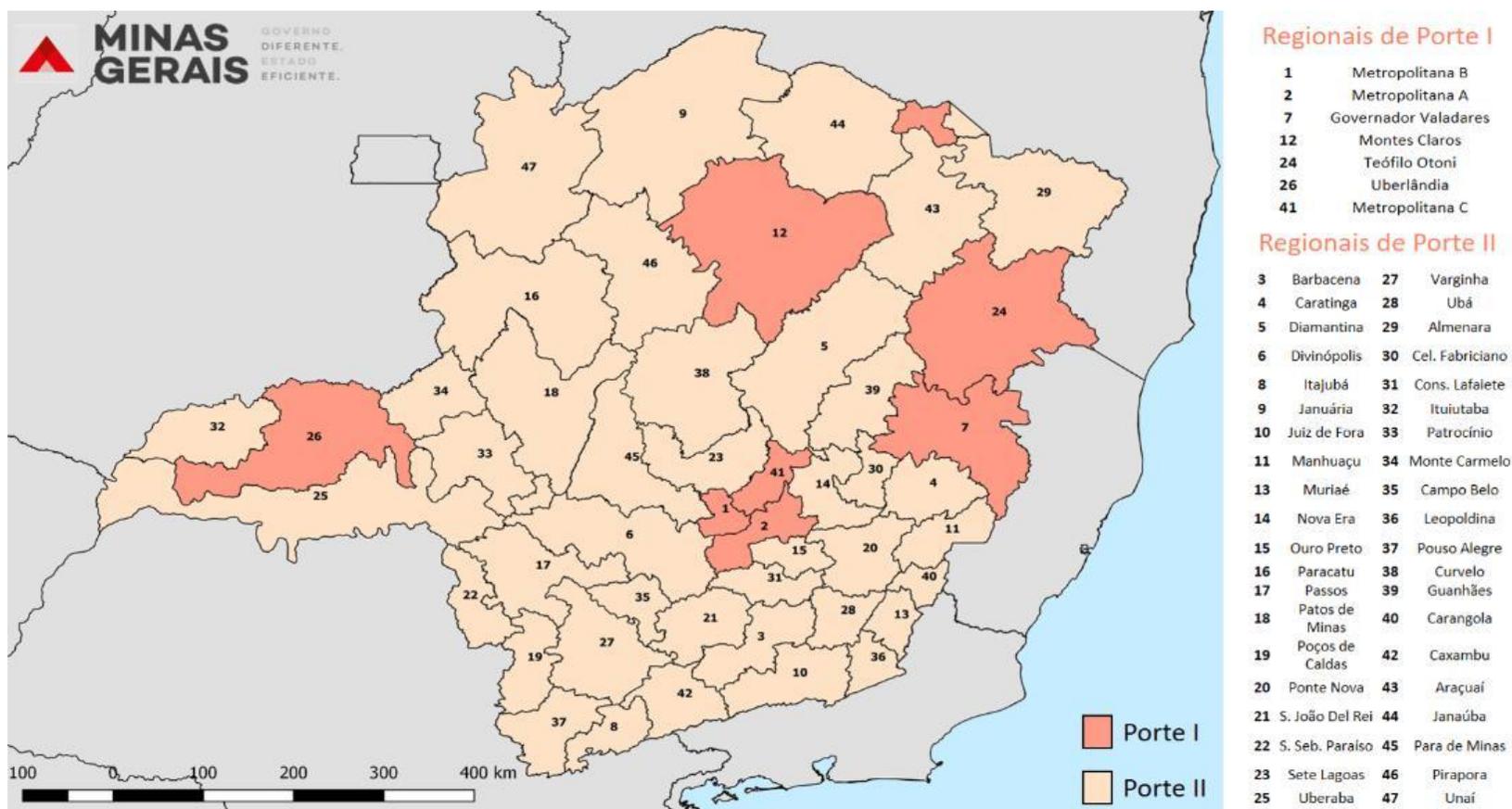
6.1. Você acredita que a o Portal da Juventude contribuiu para o fortalecimento do protagonismo juvenil nas escolas da SRE de Araçuaí? Quais as potencialidades e fragilidades você acredita que ainda existam.

ANEXO A – ORGANOGRAMA GERAL DA SEE/MG



Fonte: Minas Gerais, 2024c, recurso *online*.

ANEXO B – MAPA DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE ENSINO DA SEE/MG



Fonte: Minas Gerais, 2023b, recurso *online*.

ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO DE DIRETOR DE ESCOLA ESTADUAL**ANEXO III****TERMO DE COMPROMISSO DO DIRETOR DE ESCOLA ESTADUAL**

- I - Responder integralmente pela escola, exercendo em regime de dedicação exclusiva as funções de direção, mantendo-se permanentemente à frente da instituição, enquanto durar a investidura do cargo comissionado de diretor de escola;
- II - Praticar condutas probas, que levem em consideração os princípios que regem a administração com vistas a uma gestão eficiente e capaz de elevar a qualidade de ensino da escola;
- III - Representar oficialmente a escola, em consonância aos interesses da comunidade, **estimulando o envolvimento dos estudantes**, pais e/ou responsáveis, professores e demais membros da equipe escolar por meio de uma **gestão democrática, participativa e transparente**, voltada para os resultados de aprendizagem dos estudantes;
- IV - Cumprir e fazer cumprir as legislações em vigor, programas, projetos, políticas públicas e orientações da Secretaria de Estado de Educação - SEE/MG;
- V - Desenvolver a gestão escolar contemplando as dimensões pedagógica, de pessoas e administrativa e financeira, na perspectiva da gestão democrática, participativa e transparente voltada para os resultados de aprendizagem dos estudantes;
- VI - Participar de maneira integral e com aproveitamento satisfatório do Programa de Desenvolvimento de Gestores Escolares do Estado de Minas Gerais, bem como demais ações formativas da SEE/MG, voltadas para a gestão escolar;
- VII - Responsabilizar pela gestão pedagógica da escola nos seguintes aspectos:
- a. garantir o cumprimento do calendário escolar estabelecido conforme as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais;
 - b. zelar para que a escola ofereça serviços educacionais de qualidade;
 - c. assumir pleno compromisso na execução do seu Plano de Gestão conjuntamente com o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar da unidade escolar, em prol da melhoria dos indicadores educacionais;
 - d. garantir o desenvolvimento da avaliação pedagógica, a participação dos estudantes e tornar pública a evolução dos indicadores da unidade para toda a comunidade escolar;
 - e. acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e adotar medidas para elevar os níveis de proficiência e realizar as intervenções pedagógicas identificadas a partir das avaliações pedagógicas internas e externas;
 - f. promover a participação nas avaliações externas com vistas a garantir a presença de, no

mínimo, 80% (oitenta por cento) dos estudantes;

g. incentivar a frequência e a permanência dos estudantes na unidade escolar, monitorar as ausências, assegurar a Busca Ativa, implementando ações imediatas para a normalização da frequência escolar, em conformidade com a legislação vigente;

h. assegurar o lançamento tempestivo e atualizado de todos os dados da unidade escolar no Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE) e Diário Escolar Digital (DED), zelando pela fidedignidade das informações, conforme normativas da SEE/MG, bem como adotar medidas para garantir o lançamento dos dados nos sistemas por parte dos demais servidores da escola, conforme calendário escolar;

i. providenciar a fusão de turmas quando o número de matrículas for insuficiente para mantê-las, comunicando o fato à SRE para a regularização dos sistemas Plano de Atendimento e Quadro de Pessoal;

j. garantir o lançamento tempestivo e se responsabilizar pela fidedignidade das informações no Censo Escolar.

k. garantir a execução das campanhas promovidas pela SEE/MG, observando diretrizes e prazos estabelecidos;

l. garantir o preenchimento fidedigno do Quadro de Horários;

m. garantir a legalidade, a autenticidade e a regularidade do funcionamento da escola e da vida escolar dos estudantes.

VIII - Responsabilizar pela gestão de pessoas nos seguintes aspectos:

a. agir, de forma exemplar, no respeito às normas e às pessoas e estimular a boa convivência e harmonia entre todos no âmbito da unidade escolar;

b. estimular e promover o desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores em sua formação e qualificação, possibilitando, sempre que possível, a efetiva participação nos processos de formação continuada e de qualificação, observando a legislação vigente;

c. fomentar na unidade escolar, em articulação com a equipe de Especialistas em Educação Básica - EEB, o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem solidária, mediante identificação das deficiências profissionais e se valendo da contribuição dos talentos internos para organização e realização de capacitações/treinamentos dos demais servidores;

d. organizar o quadro de pessoal e controlar a frequência dos servidores;

e. manter atualizados os registros da vida funcional do servidor em meios físicos e nos sistemas da SEE/MG;

f. responsabilizar pela Avaliação de Desempenho da equipe da escola, condizente com a atuação de cada servidor, respeitando os prazos e as orientações institucionais.

IX - Responsabilizar pela gestão administrativa e financeira nos seguintes aspectos:

- a. prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da escola e a presidência da Caixa Escolar, observando as legislações e normas que regulamentam a execução administrativa e financeira da escola;
- b. assegurar a regularidade do funcionamento da Caixa Escolar, responsabilizando-me por todos os atos praticados na gestão da escola;
- c. manter regular a situação fiscal da Caixa Escolar nas receitas federal, estadual e municipal;
- d. fornecer, com fidedignidade, os dados solicitados pela SEE/MG, em meios físicos e nos sistemas, observando os prazos estabelecidos;
- e. realizar o preenchimento das informações obrigatórias das fichas cadastrais de todos os estudantes da unidade escolar no SIMADE, atualizando constantemente o endereço residencial e a necessidade de provimento de transporte escolar para cada estudante, sinalizando o modal utilizado;
- f. assegurar o consumo eficiente dos recursos de energia elétrica, água, telefonia e demais insumos utilizados na unidade escolar;
- g. garantir a boa gestão da alimentação escolar, no que diz respeito à aquisição, à conservação de gêneros alimentícios e à aplicação das orientações da SEE/MG, com vistas à qualidade da alimentação oferecida aos estudantes;
- h. zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar, prezando pela conservação e recuperação;
- i. comunicar tempestivamente à Superintendência Regional de Ensino (SRE) a necessidade de intervenção na rede física da escola e realizar, quando autorizado pela SRE, serviços de manutenção da infraestrutura, para garantir boas condições dos espaços escolares;
- j. manter e preservar o patrimônio arquivístico, conforme legislação vigente, e elaborar o inventário do arquivo da escola, anualmente, conforme diretrizes e orientações do Setor de Arquivo da SEE/MG;
- k. realizar, anualmente, em duas etapas, conforme orientações da SEE/MG, o inventário dos bens móveis constantes nas dependências da escola e, em caso de divergência, adotar as medidas cabíveis;
- l. realizar a entrega das prestações de contas dos termos de compromissos firmados com a caixa escolar, para transferência de recursos financeiros e eventuais diligências, dentro do prazo estabelecido no instrumento jurídico ou determinado pela SRE.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Termo de Compromisso do Diretor disposto em Minas Gerais (2022c), grifo nosso.